

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
NÍVEL MESTRADO**

JÚLIA KLEIN CALDAS

**CONSTRUÇÃO ENUNCIATIVA: a representação da imagem dos personagens
do *impeachment* em editoriais do jornal O Globo**

São Leopoldo

2020

Júlia Klein Caldas

**CONSTRUÇÃO ENUNCIATIVA: a representação da imagem dos personagens
do *impeachment* em editoriais do jornal O Globo**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Eduarda Giering

São Leopoldo

2020

C145c Caldas, Júlia Klein.

Construção enunciativa : a representação da imagem dos personagens do impeachment em editoriais do jornal O Globo / Júlia Klein Caldas. – 2020.

119 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, 2020.

“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Eduarda Giering.”

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

Agradecimentos à Capes

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradecimentos

À minha orientadora, professora Maria Eduarda Giering, pela orientação e pelos ensinamentos ao longo destes dois anos de Mestrado.

Aos professores Pedro Luiz Osório e Rosane Monnerat, pelas importantes contribuições recebidas na banca de qualificação, que possibilitaram a conclusão deste estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Unisinos, por acreditarem na minha proposta de pesquisa.

À querida colega e amiga Dieila, pelo companheirismo e pelas palavras de incentivo.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa CCELD, pelos momentos de estudo.

Ao meu marido Bruno, pelo apoio incondicional.

Aos meus pais, Viviana e Ricardo (em memória), que sempre acreditaram e confiaram em minhas escolhas.

À Mafalda, minha filha canina, pela fiel companhia durante as longas horas de escrita.

A todas e todos que defendem a democracia e a liberdade de expressão.

Resumo

O objetivo desta dissertação é identificar estratégias discursivas utilizadas nos editoriais do jornal O Globo para a construção da imagem das principais figuras do *impeachment*, Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Michel Temer e Partido dos Trabalhadores (PT). Destaca-se a relevância histórica da destituição da presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff e a representação midiática da imagem dos principais envolvidos no processo. A pesquisa baseia-se nos pressupostos teóricos da Teoria Semiolinguística do Discurso, de Patrick Charaudeau (1992, 2005, 2008, 2015). Investiga-se a relação contratual entre os sujeitos de linguagem e o Modo de Organização do Discurso Enunciativo, que indica como os seres de fala agem na encenação do ato de comunicação, assim como o Argumentativo, que trata da argumentação como uma atividade discursiva que objetiva seduzir e persuadir o interlocutor. O corpus deste estudo é composto por quatro editoriais que tratam do *impeachment* de Dilma Rousseff, veiculados no jornal entre março e setembro de 2016. A metodologia empregada consiste em uma análise qualitativa, que considera as situações de comunicação global e específica em que se inserem os editoriais e identifica categorias linguístico-discursivas relacionadas aos componentes da lógica argumentativa e aos comportamentos enunciativos (Charaudeau, 1992 e 2008). No que diz respeito às marcas argumentativas do discurso, identificou-se, nos editoriais analisados, o engajamento do locutor na defesa de uma tese favorável à destituição da presidenta Dilma e a expressão da opinião, que desqualifica o lulismo e o PT, por meio da modalidade delocutiva. Por fim, observou-se que os editoriais do jornal O Globo atuam como ferramenta social e política para pressionar opositores e manipular a opinião pública.

Palavras-chave: Discurso midiático. Editorial. Representação. Lógica argumentativa. Construção de sentido.

Abstract

The purpose of this dissertation is to identify discursive strategies used in the editorials of the newspaper O Globo to build the image of the main figures of the impeachment, Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Michel Temer and Partido dos Trabalhadores (PT). The historical relevance of the removal of the democratically elected president, Dilma Rousseff and the media representation of the main players image of the main players involved in the process are highlighted. The research is based on the theoretical assumptions of the Semiolinguistic Theory of Discourse, by Patrick Charaudeau (1992, 2005, 2008, 2015). The contractual relationship between language subjects and the Enunciative Discourse Organization Mode is investigated, which indicates how speech beings act in staging the act of communication, and Argumentative, which deals with argumentation as a discursive activity that aims to seduce and persuade the interlocutor. The corpus of this study consists of four editorials dealing with the impeachment of Dilma Rousseff, published in the newspaper between March and September 2016. The methodology used consists of a qualitative analysis, which considers the situations of global and specific communication in which editorials and identifies linguistic-discursive categories related to the components of argumentative logic and enunciative behaviors (Charaudeau, 1992 and 2008). Regard to the argumentative marks of the speech, it was identified, in the editorials analyzed, the engagement of the speaker in the defense of a thesis favorable to the dismissal of President Dilma and the expression of opinion, which disqualifies Lulism and the PT, through the delocative modality. Finally, it was observed that the editorials of the newspaper O Globo act as a social and political tool to pressure opponents and manipulate public opinion.

Keywords: Media discourse. Editorial. Representation. Argumentative logic. Meaning construction

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo de semiotização do mundo	20
Figura 2 – Processo do discurso informativo	26
Figura 3 - A situação de comunicação	30
Figura 4 - O contrato de comunicação	34
Figura 5 - Relação triangular da argumentação	44
Figura 6 - A relação argumentativa	46
Figura 7 - <i>Print screen</i> da editoria “Opinião”	49
Figura 8 - <i>Print screen</i> do editorial “Ressurge a Democracia!”	53
Figura 9 - <i>Print screen</i> do editorial “Julgamento da Revolução”	54
Figura 10 - <i>Print screen</i> do editorial “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo”	60
Figura 11 – <i>Print screen</i> do editorial “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”	69
Figura 12 - <i>Print screen</i> do editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”	78
Figura 13 - <i>Print screen</i> do editorial “Para que jamais haja outro impeachment”	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Situação de comunicação	35
Quadro 2 - Modos de Organização do Discurso	37
Quadro 3 - Correspondências entre modos de discurso e gêneros textuais	38
Quadro 4 - Procedimentos da construção enunciativa	40
Quadro 5 - Quadro comparativo das Modalidades Elocutivas e Modalidades Delocutivas	42
Quadro 6 - Editoriais analisados nesta pesquisa	49
Quadro 7 - A situação de comunicação nos editoriais do jornal O Globo	58
Quadro 8 – Transcrição do editorial “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo”	61
Quadro 9 - A asserção de partida e a asserção de chegada do editorial “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo”	65
Quadro 10 – As asserções de passagem do editorial “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo”	65
Quadro 11 – Transcrição do editorial “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”	70
Quadro 12 - A asserção de partida e a asserção de chegada do editorial “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”	73
Quadro 13 – As asserções de passagem do editorial “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”	73
Quadro 14 – A restrição no editorial “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”	76
Quadro 15 – Transcrição do editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”	79
Quadro 16 – A asserção de partida e a asserção de chegada do editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”	82
Quadro 17 – As asserções de passagem do editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”	83
Quadro 18 - A restrição I no editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”	86
Quadro 19 – A restrição II no editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”	88
Quadro 20 - Transcrição do editorial “Para que jamais haja outro impeachment” ...	91
Quadro 21 - A asserção de partida e a asserção de chegada do editorial “Para que jamais haja outro impeachment”	96

Quadro 22 - As asserções de passagem do editorial “Para que jamais haja outro impeachment”	96
Quadro 23 – A restrição I no editorial “Para que jamais haja outro impeachment”	101
Quadro 24 – A restrição II no editorial “Para que jamais haja outro impeachment”	101

LISTA DE SIGLAS

Situação específica de comunicação	SEC
Situação global de comunicação	SGC
Secretaria de Comunicação Social	SECOM
Teoria Semiológica do Discurso	TSD

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 A Teoria Semiolinguística do Discurso (TSD)	19
2.2 O discurso midiático	22
2.3 A situação de comunicação na perspectiva da TSD	28
2.4 Os Modos de Organização do Discurso	36
3 METODOLOGIA	48
4 ANÁLISE DO CORPUS	50
4.1 A situação específica de comunicação (SEC) nos editoriais do jornal O Globo	50
4.2 Análise de editorial “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo”	60
4.3 Análise de editorial “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”	69
4.4 Análise do editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”	78
4.5 Análise de editorial “Para que jamais haja outro <i>impeachment</i> ”	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	113

1 INTRODUÇÃO

Consideramos os estudos críticos sobre a mídia de extrema importância para os cidadãos, já que grande parte da população se informa pelos meios de comunicação de massa, especialmente pelos veículos pertencentes aos grandes conglomerados de mídia. De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira¹, promovida pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM) do governo federal, os principais meios de comunicação utilizados pelos entrevistados para se informar sobre o que acontece no país são a televisão, a internet, o rádio e o jornal. Dos entrevistados, 77% responderam que assistem à TV todos os dias, enquanto 8% leem jornais nos sete dias da semana. A emissora líder é a Rede Globo, com 56% de audiência, seguida pela Record, com 12%, e pelo SBT, com 11% de audiência entre os participantes da pesquisa. Em relação à leitura de jornais, 66% responderam que o adquirem em modo impresso, enquanto 30% disseram acompanhar os periódicos pelo domínio digital. Não existem novas pesquisas do governo federal em relação ao comportamento e hábitos de mídia da população brasileira (a pesquisa citada é a mais recente promovida pela SECOM).

Em relação à estrutura do mercado de comunicação social no Brasil, entende-se por conglomerado de mídia toda a organização que possua empresas em vários meios, ou seja, emissora de televisão, rádio, jornal impresso, portal de notícias na internet, publicações, entre outros. A Constituição Brasileira de 1988, que fundamenta o conjunto de leis válidas no país, proíbe que os meios de comunicação sejam, direta ou indiretamente, objeto de monopólio ou oligopólio, conforme o art. 220², parágrafo 5º, que trata da comunicação social. Entretanto, a lei é ignorada pelas grandes empresas de comunicação, que exploram as concessões públicas de radiodifusão como se fossem operações privadas. As concessões públicas pertencem ao Estado e possuem validade de 10 anos para as emissoras de rádio e 15 anos para os canais de TV. Após esse período, para que seja renovada, a continuidade da concessão deve ser votada no Senado.

¹ Relatório Final Pesquisa Brasileira de Mídia - PBM 2016. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>.

² Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_220_.asp.

O Código Brasileiro de Telecomunicações³, criado em 1962, surgiu para organizar o setor de radiodifusão no país. Entretanto, falhas na legislação permitiram o crescimento desproporcional de alguns grupos, como é o caso da Rede Globo. Jornais, revistas e outras emissoras de TV simplesmente desapareceram, comprimidas pela expansão da emissora da família Roberto Marinho, em função do rápido desenvolvimento obtido com ajuda governamental. Sodré (1999, p. 193) destaca que “para dominar a imprensa, não é mais necessário utilizar métodos violentos ou autoritários. Recursos financeiros são suficientes para a mídia se sujeitar a novos interesses”. A falta de uma revisão e atualização no Código Brasileiro de Telecomunicações fez com que poucos grupos empresariais dominassem a mídia desde os anos 1960. A centralização do interesse privado em detrimento do interesse público foi fundamental para contribuir com a formação de uma mídia controladora. Os donos dos principais jornais eram os mesmos concessionários de rádios que, tempos depois, passaram a gerenciar as revistas e as emissoras de televisão. Dessa forma, surgiram os principais grupos de mídia do país, que, por meio desses oligopólios, detêm o controle e a concentração da comunicação no Brasil. A transmissão nacional através das redes forçou acordos entre líderes regionais e os donos das retransmissoras, o que reforça as barreiras político-institucionais construídas pela líder do mercado.

Em 2009, ocorreu a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecon)⁴, promovida pelo Ministério das Comunicações, com o objetivo de debater temas como o sistema público de comunicação, as concessões de rádio e TV e a universalização da banda larga. Pela primeira vez, o Estado instituiu um mecanismo formal de consulta à sociedade sobre os rumos que a comunicação do país deve seguir. Além disso, diversas entidades se organizam em comitês estaduais ou regionais pela democratização da comunicação, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)⁵, o Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social⁶ e a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço Brasil)⁷.

³ Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm.

⁴ I Conferência Nacional de Comunicação. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/pfdc/informacao-e-comunicacao/eventos/comunicacao/copy_of_1a-conferencia-nacional-de-comunicacao-confecom.

⁵ Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Disponível em: <http://fndc.org.br>.

⁶ Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. Disponível em: <https://intervezes.org.br>.

⁷ Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço Brasil). Disponível em: <http://abracobrasil.org.br>.

Na Constituição brasileira, não há norma que limite a propriedade cruzada nos meios de comunicação e faltam leis sobre o assunto. Os maiores grupos do Brasil são familiares ou liderados por forças políticas regionais, que ganharam força justamente por controlar diversos meios de comunicação, como jornais, revistas, emissoras de rádio e TV e portais de notícias. Assim sendo, Caparelli e Lima (2004, p. 53) salientam a ineficiência do Estado brasileiro para impedir a propriedade cruzada na mídia do país. Para os autores,

É também por ação ou omissão do Estado que a legislação (ou a ausência dela) continua a permitir que boa parte de nossa radiodifusão e de nossa imprensa seja controlada por grupos familiares, esteja vinculada a elites políticas regionais e locais, e ainda impeça a participação direta da cidadania na formulação das políticas públicas do setor.

Com a mudança de regime no Brasil, ocorrida após o afastamento de Dilma Rousseff, em abril de 2016 e confirmada pelo *impeachment*, em agosto do mesmo ano, o país viu-se diante de uma colisão entre o acordo de classes representado pelo lulismo⁸ e uma crise econômica elevada pela destituição da ex-presidenta, aliada à ascensão de posições ultraconservadoras. A cobertura das ações da Operação Lava Jato⁹ foi destaque na mídia. Os diálogos trocados entre os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff¹⁰ foram representados na íntegra e ao vivo pelos apresentadores do Jornal Nacional, sendo reproduzidos nos diversos veículos de comunicação do grupo naquele período. Ao repetir determinados assuntos em demasia ou ocultá-los, os veículos de comunicação assumem para si um compromisso (ou a falta dele) com a reprodução dos conteúdos e com seus reais interesses.

Posteriormente, com a maior exposição do presidente Michel Temer e de seus assessores diretos como investigados por denúncias de corrupção, a mídia determinou uma nova orientação da cobertura midiática. Desse modo, as rotinas

⁸ Conceito desenvolvido pelo jornalista e cientista político André Singer. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a04.pdf>.

⁹ Operação da Justiça Federal de Curitiba. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso>.

¹⁰ Jornal Nacional, edição de 16 de março de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2016/03/16.html>.

produtivas daquilo que é dito publicamente, os temas abordados e o recorte de conjuntura onde se localiza esse enunciado são diretamente vinculados à finalidade discursiva do locutor.

Retomando a destituição de Dilma Rousseff, destacamos as fases do processo: a primeira votação para o afastamento da ex-presidenta ocorreu na Câmara dos Deputados, dia 17 de abril de 2016. Com a maioria dos votos, o processo seguiu para votação no Senado Federal e, no dia 12 de maio do mesmo ano, foi determinado o afastamento da presidenta, por 180 dias. Como consequência, Michel Temer assumiu como presidente interino. Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi destituída da Presidência da República (sem a perda de seus direitos políticos), por ter autorizado o Tesouro Nacional a atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos, operação denominada como “pedaladas fiscais”. Com o *impeachment*, Temer iniciou o mandato como presidente, mantendo-se no cargo até 1º de janeiro de 2019.

Considerando o peso do grupo de mídia em questão para a ocorrência do *impeachment* e a cobertura permanente em torno do tema, o presente estudo volta-se às Organizações Globo, em especial para os editoriais, a fim de identificar estratégias discursivas utilizadas pelo jornal para a construção da imagem das principais figuras do *impeachment*, no período entre março e setembro de 2016. Destaca-se a relevância histórica da destituição da presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, e a representação midiática da imagem dos principais envolvidos no processo.

A intenção de pesquisarmos o gênero editorial se dá em função de sua característica institucional, em que a empresa assume posições em relação ao interlocutor e a outros discursos, com o objetivo de persuadir o público. Assim, é possível demonstrar algumas posições enunciativas e estratégias argumentativas presentes nos textos e como essas escolhas podem influenciar e manipular a opinião pública.

Ressaltamos que a crise instaurada no governo Dilma teve início em 2014, ano da reeleição, com a Operação Lava Jato, liderada pela Justiça Federal de Curitiba (PR), que divulgou denúncias via delação premiada sobre um esquema de corrupção na estatal Petrobrás. Ao assumir o Palácio do Planalto, o presidente ilegítimo ganhou destaque nos meios de comunicação, em especial nos veículos das Organizações Globo. A mídia tem o poder de mobilizar o público para garantir a difusão ou o

encerramento de discussões, principalmente ao tratar de temas relevantes para o país. Nesse sentido, é de fundamental importância compreendermos o papel da empresa líder na legitimação do *impeachment* e na crise de legitimidade do governo Temer.

Assim sendo, o problema de pesquisa é: “quais estratégias discursivas foram utilizadas nos editoriais do jornal O Globo para construção da imagem das principais figuras do *impeachment*: Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Michel Temer e PT, no período entre março a setembro de 2016?”

Este estudo propõe dar continuidade às pesquisas críticas da mídia que desenvolvo desde a graduação em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, porém, agora, focando no discurso midiático e em posições enunciativas, sob a perspectiva da Análise Semiolinguística do Discurso. A pesquisa desenvolvida em meu Trabalho de Conclusão de Curso versou sobre o uso político das empresas de comunicação pertencentes a políticos de carreira (termo denominado como “coronelismo eletrônico”). Posteriormente, já no curso de especialização, realizei um estudo sobre a imagem e a reputação de alguns políticos que utilizaram o treinamento de mídia, conhecido como *media training*, como ferramenta de vantagem competitiva perante à mídia, principalmente em momentos de crise ou problemas de governo. Compreender como o discurso midiático se constrói é fundamental para entendermos a influência dos meios de comunicação na manipulação da opinião pública. De minha parte, surge o interesse em pesquisar os fenômenos de linguagem que envolvem o domínio midiático, em especial no campo político e no controle das discussões correntes na sociedade.

Em consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), verifica-se que, entre 2016 e 2019, para mestrado e doutorado, foram registradas¹¹ 55 pesquisas na grande área de conhecimento linguística, letras e artes; área de conhecimento linguística, tanto dedicadas diretamente aos termos indexados como a temas afins. Em consulta semelhante na grande área de conhecimento das ciências sociais aplicadas; área de conhecimento comunicação social, o site mostra 45 pesquisas, entre dissertações e

¹¹ O Catálogo de Teses e Dissertações CAPES não indexa o link de acesso à pesquisa por área, e mostra somente a página de busca geral. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

teses. Observa-se que a indexação pelas palavras-chave “*impeachment* Dilma Rousseff” não se refere necessariamente ao tema do processo de derrubada do governo e mudança de regime, mas também está relacionada a temas e títulos semelhantes, como 2013 e Eduardo Cunha.

A presente pesquisa pretende contribuir com os estudos de linguagem, especialmente da análise do discurso, e para a formação de um público leitor mais crítico da mídia. Dessa forma, pretende-se colaborar, também, com os projetos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa do qual faço parte, Comunicação da Ciência: Estudos Linguístico-Discursivos (CCELD), que estuda, sob a perspectiva da linguística aplicada, acontecimentos discursivos pertinentes não apenas ao domínio acadêmico, mas ao midiático.

Trata-se de um estudo interdisciplinar, que se propõe a verificar algumas das manifestações de linguagem no meio midiático, além de considerar o discurso como representação. No que tange à linguística aplicada, há uma forte preocupação com o social, que busca a interação de diversos estudos para asseverar a importância do letramento midiático e a percepção de algumas estratégias discursivas utilizadas pelas Organizações Globo, com a finalidade de se posicionar diante dos principais acontecimentos políticos do país, contribuindo, também, com a análise do Brasil contemporâneo.

Para atingir o objetivo proposto, em termos mais específicos, pretende-se: i) identificar nos editoriais as características contratuais da interação entre locutor e interlocutores; ii) reconhecer marcas linguístico-discursivas utilizadas para a construção dos personagens do *impeachment*, por meio de componentes da lógica argumentativa; iii) verificar como o discurso praticado pelas Organizações Globo pode manipular a opinião pública, por intermédio de estratégias enunciativas.

Desse modo, selecionaram-se 71 editoriais do jornal O Globo, veiculados entre março e setembro de 2016, que tratam do tema *impeachment* e dos objetos discursivos Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Michel Temer e PT. O critério de escolha foi justamente a presença do termo *impeachment* nos textos. Como escopo de análise desta dissertação, elegeram-se quatro editoriais: “A farsa do 'golpe' construída pelo lulopetismo”, de 30 de março de 2016, “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”, de 29 de abril de 2016, “Otimismo com o novo tom do Planalto”, de 13 de maio de 2016, e “Para que jamais haja outro *impeachment*”, de 01

de setembro de 2016. A seleção dos quatro textos ocorreu em função do período histórico em questão e pela construção que o jornal faz das figuras de Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Michel Temer e PT, ao longo dos editoriais, conforme serão apresentados no capítulo de análise. Enquanto empresa líder de audiência, as Organizações Globo marcaram o tempo da política brasileira e do *impeachment*, tanto no apoio à Operação Lava Jato e à destituição da presidenta Dilma como na deslegitimação dos governos petistas.

Esta pesquisa divide-se em cinco capítulos. O capítulo 1 constitui a Introdução do trabalho, que apresenta a trajetória a ser seguida na organização desta pesquisa.

O capítulo 2 indica a fundamentação teórica utilizada neste estudo, no que diz respeito à Teoria Semiolinguística do Discurso (TSD), de Charaudeau (2008), às características do discurso midiático, de Bakhtin (2006) e Charaudeau (2015), e aos componentes da construção enunciativa e da lógica argumentativa, pertencentes aos Modos de Organização do Discurso, de Charaudeau (1992 e 2008). Em relação à manipulação da opinião pública, retoma-se Charaudeau (2016) para explicitar como a mídia pode manipular pelo discurso e, assim, confundir a opinião pública.

No capítulo 3, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados para esta pesquisa, a seleção e descrição do corpus de estudo, assim como as etapas da análise. O *corpus* deste estudo é formado por quatro editoriais do jornal O Globo, veiculados entre março e setembro de 2016, que tratam do tema *impeachment*. Os textos serão analisados a partir dos níveis situacional, discursivo e semiolinguístico, propostos por Charaudeau (2008).

O capítulo 4 contém a descrição e análise dos editoriais apresentados, com base nas categorias apontadas nos procedimentos metodológicos.

O capítulo 5, das considerações finais, discute os resultados obtidos a partir das análises, com base nos objetivos definidos na introdução, que visam a responder à pergunta de pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, serão apresentados:

- a) os fundamentos da Teoria Semiolingüística do Discurso (CHARAUDEAU, 2005 e 2008);
- b) a definição e as características do discurso midiático (BAKHTIN, 2006 e CHARAUDEAU, 2015);
- c) os Modos de Organização do Discurso: os componentes da construção enunciativa, a lógica argumentativa e os modos de encadeamento (CHARAUDEAU, 1992 e 2008);
- d) a situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2008 e 2015);
- e) a manipulação da opinião pública (CHARAUDEAU, 2015 e 2016).

2.1 A Teoria Semiolingüística do Discurso (TSD)

A Teoria Semiolingüística do Discurso (doravante TSD), desenvolvida pelo linguista francês Patrick Charaudeau, propõe uma relação entre a linguagem e o contexto psicossocial em que ela ocorre. De acordo com o autor (2005), trata-se de uma dupla articulação entre a semiótica e a lingüística, na qual a primeira apresenta uma relação entre forma e sentido (considerando as intenções e o projeto de influência de quem enuncia), enquanto a segunda trata da estrutura e do funcionamento da língua. Segundo Charaudeau (2008, p. 32-33),

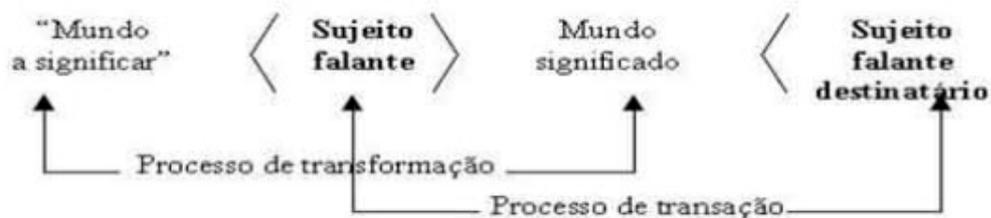
[...] a significação de um ato de linguagem é uma totalidade não autônoma, já que ela depende de filtros de saberes que a constroem, tanto do ponto de vista do Enunciador, quanto do ponto de vista do Interpretante. [...] não se pode afirmar que o signo seja uma unidade autônoma de sentido, pois ele também é preenchido por um saber que depende da expectativa particular de cada ato de linguagem e, portanto, dos filtros construídos e colocados pelo Enunciador e pelo Interpretante.

Por meio da TSD é possível analisar diversos domínios de discurso, como o midiático, o político, o jurídico, o publicitário, entre outros. Além disso, a teoria permite

a compreensão de fenômenos linguísticos, como a representação da imagem por intermédio de operações argumentativas e da encenação discursiva.

Charaudeau (2005) salienta que a TSD se volta à linguagem verbal, à construção de sentido e à construção do texto. Desse modo, a teoria demonstra que a construção de sentido ocorre em uma relação forma-sentido, na qual o locutor se apropria da língua para construir o seu discurso, em um determinado quadro de ação, considerando um projeto de influência social, que o autor denomina semiotização do mundo, conforme a figura a seguir:

Figura 1 – Processo de semiotização do mundo



Fonte: Charaudeau (2005).

Para Charaudeau (2005), a semiotização envolve dois processos: o processo de transformação, que ocorre quando o sujeito falante parte de um “mundo a significar” para um “mundo significado”, e o processo de transação, que considera o “mundo significado” como um objeto de troca entre sujeito falante (locutor) e o sujeito falante como destinatário (interlocutor). O processo de transformação apresenta quatro tipos de operação: identificação, qualificação, ação e causação. Nesse processo, os seres do mundo são nomeados, caracterizados e transformados em identidades narrativas, em função de uma causa. Já o processo de transação ocorre por meio de quatro princípios: alteridade, pertinência, influência e regulação. Nesse caso, os parceiros de linguagem se reconhecem como semelhantes e, ao mesmo tempo, diferentes, e o locutor constrói o seu discurso visando a influenciar o interlocutor.

De acordo com o linguista (2005), um ato de linguagem presume que exista uma intencionalidade por trás do enunciado. Além disso, o ato deve considerar a identidade dos parceiros, a influência que o locutor busca provocar no interlocutor e a

proposição sobre o mundo dos participantes da interação, dentro de uma situação de comunicação, em um tempo e espaço determinados. Segundo o autor, para que o ato de linguagem seja válido, é necessário que os participantes da troca linguageira reconheçam o direito à fala um do outro e que partilhem saberes e visões de mundo no ato da troca, considerando as restrições do ato comunicativo e certa margem para que os parceiros utilizem estratégias de encenação. Conforme Charaudeau (2005),

Dizemos então que a estruturação de um ato de linguagem comporta dois espaços: um espaço de restrições, que compreende as condições mínimas às quais é necessário atender para que o ato de linguagem seja válido, e um espaço de estratégias, que corresponde às escolhas possíveis à disposição dos sujeitos na mise-en-scène do ato de linguagem.

Dessa forma, o linguista propõe que, ao realizar um ato de linguagem, os sujeitos envolvidos estão em um jogo de encenação, em que o discurso do falante se volta para um “fazer-crer”, um “fazer-saber”, um “fazer-sentir” ou, ainda, um “fazer-fazer”, com o objetivo de atingir o parceiro da troca.

De acordo com a Teoria Semi linguística do Discurso (TSD), o ato de linguagem parte de uma situação específica de troca, que depende da intenção de quem enuncia e que se organiza num espaço de restrições e estratégias, com o objetivo de persuadir o outro. “O ato de linguagem não pode ser concebido de outra forma a não ser como um conjunto de atos significadores que falam o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão” (CHARAUDEAU, 2008, p. 20). Para o autor, o ato linguageiro ocorre em um duplo espaço, interno e externo à verbalização, que “[...] se faz através da estratégia humana da significação” (Charaudeau, 2008, p. 20), considerando do que fala a linguagem e como fala a linguagem, em uma situação de comunicação específica.

Para analisar um ato de comunicação, Charaudeau (2005) considera três níveis relacionados entre si: o situacional, o discursivo e semi linguístico. No nível situacional, determinam-se os aspectos externos, que restringem a situação da troca: a identidade dos protagonistas da ação linguageira (locutores e interlocutores), as circunstâncias materiais e a finalidade do ato comunicativo, considerando que todo ato de linguagem ocorre dentro de uma situação de comunicação. O nível discursivo trata das maneiras de falar (escrever) e dos modos de organização do discurso

(enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo), que permitem diferentes estratégias de captação. Já o nível semiolinguístico trata da organização do texto e de seus aspectos linguísticos, considerando as restrições da situação e as estratégias discursivas utilizadas pelo sujeito comunicante (projeto de fala).

Considerando os postulados da TSD, apresentar-se-ão, nesta pesquisa, os editoriais do jornal O Globo como atos de linguagem inseridos em uma determinada situação de comunicação, com um projeto de fala específico, revelando algumas das estratégias linguístico-discursivas utilizadas pelo jornal para captar o público leitor e construir o seu discurso.

2.2 O discurso midiático

A informação é o principal componente dos meios de comunicação, mais especificamente, do campo jornalístico. Trata-se de utilizar a linguagem para transmitir conhecimento a um determinado grupo de indivíduos. Nos estudos da comunicação social, há diversas teorias que tratam da relação entre locutor e interlocutor – entretanto, esta pesquisa está ancorada em fundamentos desenvolvidos pelos estudiosos de linguagem. Para Bakhtin (2006), mídia e sociedade estão em duas esferas distintas, seguindo os conceitos de infraestrutura e superestrutura. De acordo com o autor, a infraestrutura abarca a base da sociedade, as informações e os fatos constitutivos do social. Já a superestrutura é representada por alguns elementos que refletem as mudanças ocorridas na sociedade, como o Estado, a ideologia social, a educação, a política e a mídia, entre outros. Ainda segundo Bakhtin, a mídia torna mais visível a relação entre infraestrutura e superestrutura, já que trabalha com a palavra enquanto signo ideológico, influenciando diretamente no social.

Nesse sentido, conforme Charaudeau (2015), deve-se considerar quem é o responsável pela informação e quem irá recebê-la, avaliando o efeito social do que é dito. Segundo o autor,

A linguagem não se refere somente aos sistemas de signos internos a uma língua, mas a sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares. Trata-se da linguagem enquanto ato de discurso, que aponta para a maneira pela qual se organiza a circulação da fala numa comunidade social ao produzir sentido. (CHARAUDEAU, 2015, p. 33-34).

Para Charaudeau (2010), todo ato de linguagem ocorre dentro de um “jogo de expectativas”, no qual o locutor atribui sentidos explícitos ou implícitos ao construir o seu enunciado, de acordo com suas possibilidades de produção e de interpretação do interlocutor. Nesse processo, o parceiro da troca pode formular o sentido do que lhe é dito através de inferências, ou seja, pode construir sentido por meio de um processo mental que relaciona o conteúdo recebido com informações externas ao ato de linguagem. Para isso, o linguista propõe definir uma situação de comunicação específica, já que é por intermédio dela que se organiza o ambiente de linguagem. O autor postula que é necessário definir os sujeitos, conforme sua identidade social e discursiva, além de determinar as condições de produção e interpretação do ato de linguagem, em meio a um espaço de restrição. Segundo Charaudeau (2010), “todo texto é o resultado de uma coconstrução do sentido efetuada pelos dois parceiros do ato de comunicação”. Conforme o linguista, é a situação de comunicação que determina o sentido do ato languageiro e a relação de troca entre locutor e interlocutor, obedecendo às restrições de produção e interpretação dos enunciados.

Além de serem analisados quem são os envolvidos no ato de linguagem, é preciso observar também, de acordo com Charaudeau (2015), o canal de transmissão da informação e possíveis tratamentos que a notícia pode sofrer antes de ser veiculada. Para o teórico (2015, p. 36), as adaptações dependem do efeito que o locutor deseja produzir em seu público:

A informação é pura enunciação. Ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimentos que o circunscribe, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento.

Desse modo, a comunicação transcorre dentro de um terreno de interações, conflitos e disputas sociais, que pertencem a determinada época e lugar. Para Bakhtin, a função de cada signo é vital para observar a continuidade do processo dialético entre infraestrutura e superestruturas. “A existência do signo nada mais é do que a materialização dessa comunicação. É nisso que consiste a natureza de todos os signos ideológicos”. (BAKHTIN, 2006, p. 34).

Os meios de comunicação de massa projetam a imprensa como relatora da verdade, aquela que está em contato com os fatos. Em relação à credibilidade atribuída ao discurso midiático, as empresas de mídia apresentam uma condição de fazer-crer, na qual detêm o direito à palavra, independente da verdade em si. No entanto, a construção do saber passa por um processo complexo, que depende da escolha discursiva de quem informa – pode ser voltada para o mundo (categorias de conhecimento) ou voltada para si (categorias de crença). Aplicada a contextos sociais distintos, a informação midiática passa por inúmeras instâncias de produção, desde a seleção da pauta até a edição. Nessa perspectiva, segundo Charaudeau (2015), todos os envolvidos colaboram para a produção de uma enunciação aparentemente homogênea, seguindo os preceitos da direção da empresa. Trata-se de “uma coenunciação, [...] um projeto comum a esses atores e do qual se pode dizer que, por ser assumida por esses atores, representa a ideologia do organismo de informação” (CHARAUDEAU, 2015, p. 73).

Herman e Chomsky (2003, p. 54) definem os meios de comunicação como um “sistema de mercado dirigido”, no qual a informação é tendenciosamente construída de acordo com os interesses dos proprietários das empresas de mídia. Segundo os autores (2003, p. 54),

A maioria das escolhas tendenciosas da mídia decorre da pré-seleção de pessoas de mentalidades coadunadas, pre-concepções internalizadas e da adaptação de pessoal às restrições impostas pelo poder da propriedade, da organização, de mercado e político. A censura é em grande parte autocensura, exercida por repórteres e comentaristas que se ajustam às realidades das exigências organizacionais das fontes e da mídia, e por pessoas em níveis mais elevados em organizações de mídia escolhidas para implementar, e que geralmente já internalizaram, as restrições impostas pelos centros de poder de proprietários e outros mercados governamentais.

Já para Gomes (2004, p. 53), o jornalismo é um espaço social organizado, o qual interliga práticas e representações que configuram “controle e distribuição de poder material e simbólico”. Segundo o autor,

Como muitas instituições sociais, o jornalismo conheceu muitas fases, do jornalismo como escriba a serviço dos interesses do patrão ao

jornalismo como habilitação socialmente reconhecida, do jornalismo fisiológico que se praticava até bem recentemente ao jornalismo ideológico e ao jornalismo “profissional”. De todo o modo, chegou um momento em que o jornalismo foi reconhecido como um sistema de princípios, de valores, de relações objetivas e de distribuição de reconhecimento, como um campo social.

De acordo com Traquina (2005, p. 207-208), o jornalismo está condicionado a fatores ideológicos e econômicos que, entre outras causas, também representam um negócio em busca de audiência. Entretanto, a atividade jornalística deve manter sua função primordial de informar, atentando para o compromisso social da notícia.

Mesmo limitado e constrangido, o poder do jornalismo e dos jornalistas aponta para a importância de suas responsabilidades sociais. A afirmação do reconhecimento das suas responsabilidades, por parte dos jornalistas e também por parte dos donos das empresas jornalísticas, não é possível reduzindo as notícias a uma simples mercadoria, e ignorando a existência dos ideais mais nobres do jornalismo, que fornecem uma manta de legitimidade ao negócio (TRAQUINA, 2005, p. 207-208).

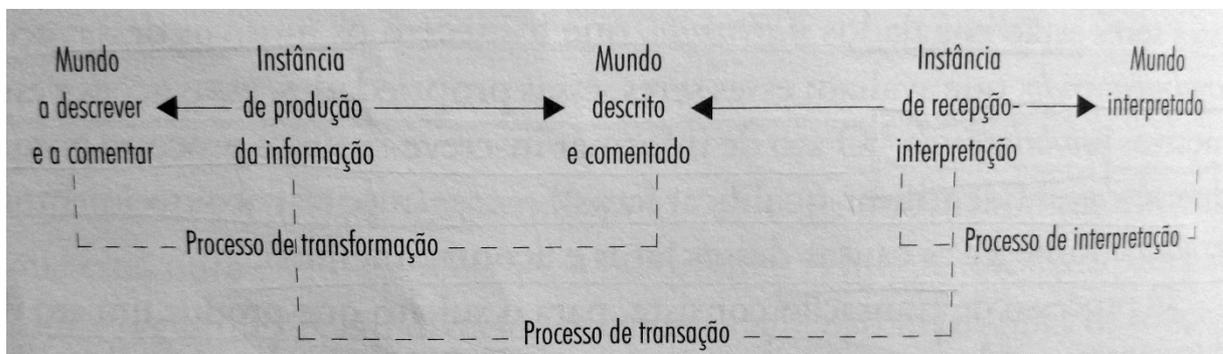
Charaudeau (2015, p. 48) reitera que a escolha de determinadas palavras ou expressões pela mídia pode conduzir a determinados valores. Dessa forma, enunciados aparentemente neutros revelam o conjunto de crenças de quem os escreve.

Para tanto, é importante diferenciar efeito visado de efeito produzido, considerando que nem sempre o interlocutor irá interpretar a informação de acordo com as intenções de quem a produziu. “Comunicar, informar, tudo é escolha” (CHARAUDEAU, 2015, p. 39). De acordo com o autor, essas escolhas são estratégias construídas para influenciar o outro, de acordo com os efeitos de sentido que o locutor deseja transmitir. É uma espécie de jogo com a linguagem, em que a significação é colocada no discurso, considerando inúmeros efeitos enunciativos. “O informador é obrigado a reconhecer que está permanentemente engajado num jogo em que ora é o erro que domina, ora a mentira, ora os dois, a menos que seja tão somente a ignorância” (CHARAUDEAU, 2015, p. 39).

Ao considerar a informação como discurso, podemos observá-la como resultado de uma combinação de situações que visa a produzir sentido. Segundo

Charaudeau (2015), trata-se de um duplo processo de semiotização, denominado pelo autor como transformação e transação. O processo de transformação baseia-se em dar sentido ao mundo, modalizando os seres e as ações envolvidas na interação, nomeando e qualificando, narrando ou argumentando sobre as ações descritas. Para Charaudeau (2015, p. 41), o ato de informar inscreve-se nesse processo “porque deve descrever (identificar-qualificar fatos), contar (reportar acontecimentos), explicar (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos)”. Já o processo de transação se volta para a significação psicossocial que esse locutor dá a seu ato, considerando quem pode ser o outro, o quanto ele sabe, sua posição social, sua visão de mundo, etc. O linguista (2015, p. 41) postula que o ato de informar enquadra-se nesse processo, porque faz “circular entre os parceiros um objeto de saber que, em princípio, um possui e o outro não, estando um deles encarregado de transmitir e o outro de receber, compreender, interpretar [...]”. O esquema a seguir representa esse processo de mundo construído e de mundo interpretado, aplicado ao discurso informativo:

Figura 2 – Processo do discurso informativo



Fonte: Charaudeau (2015, p. 42).

Dessa forma, Charaudeau (2015) demonstra que todo discurso representa uma relação entre os seres envolvidos na situação de troca, de maneira que o sujeito, produtor da informação, só consegue construir seu informe em função de conhecimentos específicos sobre o interlocutor. Por isso é possível afirmar que nenhuma informação é isenta ou livre de princípios. “Nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à factualidade” (CHARAUDEAU, 2015, p. 42).

O domínio midiático é, para o linguista, um domínio da prática, isto é, o local em que se produzem as interações sociais, definidas por um conjunto de práticas. Nesse sentido, o autor apresenta a situação global de comunicação (doravante SGC) como um primeiro lugar de construção do domínio das práticas sociais, conforme será apresentado no item 2.3. De acordo com o autor (2010),

A situação global de comunicação das mídias de informação propõe uma instância de “informação”, uma instância “pública” (ela é igualmente sua própria instância de mediação), uma finalidade discursiva de “fazer saber e comentar os acontecimentos do mundo” e um domínio temático de “acontecimentos que se produzem no espaço público imediato”, o que explica a convivência que pode se produzir entre o discurso político e o discurso de informação midiático.

O linguista também apresenta a situação específica de comunicação (doravante SEC), que corresponde a um segundo lugar de concepção do domínio das práticas, em que se determinam as condições físicas da situação linguageira. Nesse caso, os participantes da interação possuem uma identidade social definida e desempenham papéis específicos.

As situações de comunicação global e específica compõem o ambiente que estabelece os sujeitos do ato de linguagem. Ao se inscrever em uma situação de comunicação, o sujeito de linguagem deve, de acordo com Charaudeau, compor estratégias de legitimação, credibilidade e de captação. Em relação ao discurso da informação, o linguista destaca o desenvolvimento das mídias audiovisuais de massa, no século XX, voltadas para os telespectadores, tornando-se dominantes em relação a sua audiência.

No que tange ao gênero editorial, destacamos sua principal característica, que é marcar um posicionamento institucional. Trata-se de uma manifestação formal da empresa jornalística em relação aos principais acontecimentos sociais e políticos do momento. Esse texto, sem assinatura, transmite os valores defendidos pela instituição que o reproduz. Nesse sentido, o sujeito editorialista encena uma representação de mundo, a partir de uma realidade comentada. Para Charaudeau (2015, p. 235), o editorial apresenta “[...] um engajamento relativamente livre da instância midiática”, uma vez que permite revelar o ponto de vista da empresa em relação a uma questão específica. Nessa perspectiva, o agendamento dos temas e a abordagem discursiva

utilizada nos textos irá indicar a linha editorial adotada pela instituição e os interesses políticos e econômicos da organização. De acordo com Wolf (2008, p. 150), “[...] os vários meios de comunicação de massa possuem uma capacidade diferente de estabelecer a ordem do dia dos argumentos publicamente relevantes”.

Por fim, pode-se dizer que o discurso midiático modaliza a sua construção discursiva, de acordo com a finalidade institucional de cada organização. Por tratarem-se de organismos comercialmente especializados (como as empresas jornalísticas), os meios de comunicação possuem notoriedade para falar, oferecendo uma espécie de “garantia” da veracidade das informações produzidas. Entretanto, se o locutor apresentar uma imagem de manipulador dos fatos, os efeitos de sentido podem gerar um efeito contrário, tornando o seu conteúdo duvidoso: “[...] a verdade não está no discurso, mas somente no efeito que produz” (CHARAUDEAU, 2015, p. 63). Além disso, quem informa possui certa autoridade para fazê-lo, uma espécie de poder sobre o outro. Como as grandes empresas de mídia concentram o domínio da informação, elas também “detém uma parte do poder social” (CHARAUDEAU, 2015, p. 63). Assim, em uma democracia indireta e representativa, o domínio da emissão tende a confundir a opinião pública com a opinião publicada, aumentando o poder de barganha e a pressão dos conglomerados mídia.

2.3 A situação de comunicação na perspectiva da TSD

Charaudeau (2008) relaciona o ato de linguagem com o contexto psicossocial no qual ele ocorre, considerando os diferentes papéis sociais dos sujeitos participantes do ato de comunicação, bem como as condições de produção e interpretação da linguagem (circunstâncias de discurso). Dessa forma, a TSD compreende o ato de linguagem como uma troca entre os seres de fala, em uma situação de comunicação concreta, em que o locutor e interlocutor inferem uma intencionalidade à comunicação, fazendo uso de certas categorias de língua para construir sentido e influenciar o outro. Portanto, considera o discurso como uma prática social estabelecida em uma mesma situação de comunicação, tendo em vista as condições em que o ato de linguagem foi produzido. Em relação ao processo de comunicação, Gouvêa, Pauliukonis e Monnerat (2013) afirmam que “[...] para que o

fenômeno comunicativo se realize, o locutor mobiliza o sentido das palavras e suas regras de combinação, numa articulação de sentidos e de formas”.

Conforme abordado no capítulo anterior, Charaudeau (2010) propõe a situação global de comunicação (SGC) como primeiro lugar de construção das práticas sociais, em que se determinam as instâncias de comunicação presentes na troca, o papel dos participantes, o domínio temático e o fim discursivo. De acordo com Charaudeau (2010, p. 12), é “[...] onde o jogo de regulação é construído em finalidades discursivas e o universo do saber envolvido é construído em domínio macro-temático”. Esta pesquisa trata do domínio midiático e caracteriza-se pelas instâncias “informação” e “pública”, com o fim discursivo de “fazer-creer”, já que os editoriais transmitem a opinião das Organizações Globo em relação aos acontecimentos políticos do país (opinião publicada). Já a situação específica de comunicação (SEC) é o segundo lugar do domínio de prática, em que são determinadas as condições físicas do ato de linguagem, com a definição das identidades sociais e papéis comunicacionais dos participantes da troca. Segundo Charaudeau (2010, p. 13), “não há, portanto, situação global que não se concretize numa situação específica”. De acordo com o autor, é na situação de comunicação que se observa a identidade psicossocial dos parceiros de linguagem: o EU (locutor) e o TU (interlocutor).

Um ato de comunicação compreende um processo de produção criado por um EU enunciador, direcionado a um TU destinatário, e por um processo de interpretação, no qual o TU interpretante pode reagir de diversas maneiras em relação ao EU comunicante, concordando ou não com ele. Dessa forma, Charaudeau (2008) trata o ato de linguagem como um encontro dialético que envolve os processos de produção, no qual o EU dirige-se a um TU destinatário (idealizado por EU), e de interpretação, em que o TU interpretante constrói uma imagem do EU.

Nessa abordagem, o autor denomina o sujeito EU como EU comunicante (representado por EUc) e como EU enunciador (representado por EUe). Entende-se por EUc o locutor do ato de linguagem (sujeito comunicante, ser social) e por EUe o sujeito enunciador (ser de fala). Segundo Charaudeau (2008, p. 49),

EUe é apenas uma máscara de discurso usada por EUc. É por isso que EUc, consciente desse estado de fato, pode jogar, com finalidades

estratégicas, tanto o jogo da transparência entre EUE e EUC quanto o da ocultação de EUC por EUE.

Charaudeau (2008) também define o TU como TU destinatário (denominado como TUd) e TU interpretante (denominado como TUi). De acordo com o postulado do autor (2008, p. 47),

O TUd (sujeito destinatário) é um sujeito de fala, que depende do EU, já que é instituído por este último. Pertence, portanto, ao ato de produção produzido pelo EU. O TUi (sujeito interpretante) é um sujeito que age independentemente do EU, que institui a si próprio como responsável pelo ato de interpretação que produz.

Nessa perspectiva, o linguista (2008, p. 52) reitera que “todo o ato de linguagem resulta de um jogo entre o implícito e o explícito [...]”, considerando uma situação de discurso específica, que irá se originar dentro de um processo de produção e interpretação e que será encenado por dois sujeitos: um de fala e outro agente. Para representar o esquema da situação de comunicação, o autor utiliza como referência a seguinte figura:

Figura 3 - A situação de comunicação



Fonte: Charaudeau (2008, p. 52).

O esquema divide o ato de linguagem em dois circuitos: o espaço interno, em que estão situados os seres de fala (sujeito enunciador EUE e sujeito destinatário TUD), e espaço externo, onde estão localizados os sujeitos agentes (sujeito comunicante EUC e sujeito interpretante TUI). Charaudeau (2008) denomina como parceiros do ato de linguagem os sujeitos atuantes no espaço externo da situação, seres sociais, sujeitos da ação, enquanto contempla como protagonistas os seres de fala posicionados internamente ao ato de linguagem, sujeitos de fala responsáveis pela enunciação. Desse modo, considera-se que EUE e TUD se originam de um saber relacionado às representações de linguagem das práticas sociais, enquanto EUC e TUI advêm de um saber relativo ao conhecimento de mundo dos sujeitos. O linguista (2008) caracteriza o ato de linguagem como uma encenação, em que os sujeitos se constroem e são construídos pela linguagem, de acordo com as restrições da situação de comunicação. Segundo o autor (2008, p. 76),

[...] a Situação de comunicação determina a identidade social e psicológica das pessoas que comunicam. E que, ao comunicar, essas pessoas se atribuem também uma identidade propriamente linguageira que não tem a mesma natureza da identidade psicossocial.

Para Charaudeau (2008), analisar um ato de linguagem consiste em demonstrar as intenções do sujeito comunicante, mas também em apontar as possíveis interpretações que surgem na convergência dos processos de produção e interpretação. Entre os componentes da situação de comunicação estão as características físicas e identitárias dos parceiros, o canal de transmissão e as características contratuais. Conforme o autor (2008, p. 76),

Não existe então o mesmo tipo de relação entre Destinatário e Interlocutor de um lado, e Enunciador e Locutor do outro. O Destinatário depende do locutor (é pelo lugar que este lhe confere que ele existe), enquanto o Interlocutor que interpreta só depende de si mesmo.

Para explicitar as condições de encenação do ato de linguagem, Charaudeau (2008) propõe a noção de contrato de comunicação, que funciona como um acordo entre os indivíduos envolvidos na ação, uma espécie de combinação sobre as representações languageiras das práticas sociais. Segundo o autor (2008, p. 56), “nesta perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma proposição que o EU faz ao TU e da qual ele espera uma contrapartida de convivência”. Nesse sentido, o autor (2008, p. 56) postula que:

[...] O sujeito comunicante (EUc) concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados efeitos – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi), para levá-lo a se identificar – de modo consciente ou não – com o sujeito destinatário ideal (TUd) construído por EUc.

Assim sendo, o enunciador (EUc) apresenta um fato como verdade, em conformidade com seus próprios interesses e projeções, visando a alcançar um destinatário idealizado (TUd). Entretanto, nem sempre o sujeito interpretante (TUi) irá se identificar como o Tud proposto discursivamente pelo EUe.

Ao propor o contrato de comunicação, Charaudeau (2015) considera os dados externos e internos ao acordo, ou seja, as características da interação. Os dados externos são, para o autor, aqueles relacionados ao ato da troca languageira, e podem ser reunidos em quatro categorias de enunciação: condição de identidade, condição de finalidade, condição de propósito e condição de dispositivo.

A condição de identidade consiste nos traços que identificam os sujeitos envolvidos (natureza social e psicológica, *status* social, econômico e cultural, etc.), e deve responder às perguntas: “quem troca com quem? ou quem fala a quem? ou quem se dirige a quem?” (CHARAUDEAU, 2015, p. 69). A condição de finalidade se refere ao objetivo do ato de linguagem e deve responder à pergunta: “Estamos aqui para dizer o quê?” (CHARAUDEAU, 2015, p. 69). A resposta à questão manifesta-se no que Charaudeau (2015) classifica como visadas, ou seja, uma finalidade discursiva que objetiva influenciar o interlocutor. A visada prescritiva baseia-se no “fazer-fazer”, isto é, levar o outro a agir de determinado modo. A visada informativa é fundamentada no “fazer saber”, que é transmitir um conhecimento a quem não o possui. Já a visada incitativa consiste em “fazer crer”, ou seja, fazer o outro acreditar no que está sendo

dito pelo locutor (considerar verdadeiro). Por fim, a visada do *pathos*, que representa um “fazer sentir”, quando o locutor suscita no outro um estado emocional bom ou ruim. A condição de propósito apoia-se na condição de que todo o ato de comunicação se constrói “em torno de um domínio de saber” (CHARAUDEAU, 2015, p. 69) e deve responder sobre o que trata o assunto abordado. A condição de dispositivo diz respeito à construção particular do ato de comunicação e deve responder às perguntas: “Em que ambiente se inscreve o ato de comunicação, que lugares físicos são ocupados pelos parceiros, que canal de transmissão é utilizado?” (CHARAUDEAU, 2015, p. 70.).

Os dados internos ao contrato de comunicação dizem respeito a conhecer como é o comportamento dos parceiros da troca linguageira, o que Charaudeau (2015, p. 70) denomina como dados “propriamente discursivos”. Cabe, aqui, reconhecer como falam os participantes da interação e os papéis linguageiros que cada um deve assumir, isto é, como se portar discursivamente diante das restrições situacionais. Para o autor (2015, p. 70),

Esses dados constituem as restrições discursivas de todo ato de comunicação, são o conjunto dos comportamentos linguageiros esperados quando os dados externos da situação de comunicação são percebidos, compreendidos, reconhecidos.

No contrato de comunicação midiático, Charaudeau (2015) destaca os processos de transformação e transação pelos quais as informações são filtradas. O processo de transformação corresponde à interpretação dos fatos pela mídia, ou seja, quando a informação é construída (do estado bruto à notícia). Já a transação relaciona-se à construção da notícia, considerando os possíveis interlocutores do meio de comunicação, de acordo com a figura 4:

Figura 4 - Contrato de comunicação



Fonte: Charaudeau (2015, p. 114).

Trata-se de um processo de construção de sentido, em que a informação é reconstituída seguindo os interesses de quem a divulga, dentro de uma situação de comunicação específica. “Esse duplo processo se inscreve num contrato que determina as condições de encenação da informação, orientando as operações que devem efetuar-se em cada um desses processos” (CHARAUDEAU, 2015, p. 114). O contrato de comunicação demonstra como se portam os envolvidos no ato linguageiro, considerando as posições e as restrições da troca.

Nessa perspectiva, Charaudeau (2008) traz os conceitos de situação e contexto, diferenciando-os em relação um ao outro. Para o autor, a situação refere-se ao ambiente social e físico da ação de comunicação, ou seja, é externa ao ato de linguagem, enquanto o contexto se refere ao ambiente textual de uma palavra, expressão ou sequência de palavras, ou seja, é interno ao ato de linguagem.

Charaudeau (2008, p. 70-71) também apresenta os componentes da situação de comunicação, responsáveis por definir a troca linguageira. Nesse caso, o locutor ocupa um lugar central em uma situação de comunicação, que constitui um espaço de troca entre o locutor e o seu interlocutor, de acordo com as características físicas dos parceiros (se estão presentes fisicamente ou ausentes, se o canal de transmissão é oral ou gráfico, se é direto ou indireto, etc.), características identitárias (sociais, socio profissionais, psicológicas, relacionais) e as características contratuais (troca/não troca, condições do contrato e papéis comunicativos em função do contrato que os une).

Para o linguista (2008), a combinação particular dos componentes de cada situação de comunicação influencia o comportamento linguageiro dos participantes da interação. O autor destaca que a configuração verbal da troca pode se caracterizar como uma situação monológica ou dialogal, de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 1 - Situação de comunicação

SITUAÇÃO	COMPONENTES SITUACIONAIS	CONSEQUÊNCIAS PARA O LOCUTOR	CONFIGURAÇÃO VERBAL
DIALOGAL	Presença dos parceiros	Percepção imediata pelo locutor das reações do interlocutor	• Ordem das palavras "afetiva"
	Contrato de troca	Locutor "à mercê" do interlocutor – antecipação, hesitação, retificação, complementação	• Construção segmentada • Alternância de termos de valor genérico/específico ⇒ "Redundância progressiva"
	Ambiente físico comum	Utilização de elementos percebidos pelos dois parceiros	• Economia de palavras e utilização de dêiticos
	Canal oral	Utilização de entonações, gestos e mímica	• Superposição de signos
MONOLOGAL	Não presença dos parceiros	Não percepção imediata	• Ordem das palavras "Progressiva"
	Contrato de não troca	Locutor "não à mercê" do interlocutor: reflexão e organização lógica	• Construção "contínua e hierarquizada" • Sucessão de termos com valor semântico progressivo
	Ambiente comum	Utilização ou não dos elementos dos ambientes	Explicitação ou não do ambiente
	Canal oral ou gráfico	Utilização ou não da entonação, gestos e mímicas	Explicitação ou não da entonação ou dos gestos

Fonte: Charaudeau (2008, p. 73).

Na situação dialogal, os parceiros estão presentes fisicamente, o que permite a troca instantânea, o canal de transmissão é oral e o meio físico está acessível para ambos os parceiros. Nesse caso, o locutor pode perceber as reações do interlocutor no ato da interação.

Já na situação monologal, os parceiros não estão presentes fisicamente, não sendo possível realizar a troca no ato da interação, e o canal de transmissão pode ser oral ou gráfico. Nessa circunstância, o locutor não pode perceber imediatamente as reações do interlocutor, apenas imaginá-las.

De acordo com as situações apresentadas acima, destaca-se que os editoriais do jornal O Globo apresentados nesta pesquisa se enquadram em uma situação monologal e serão analisados junto de sua situação de comunicação, nos próximos capítulos.

2.4 Os Modos de Organização do Discurso

Os Modos de Organização do Discurso aqui apresentados constituem estratégias discursivas que integram a Teoria Semiollingüística do Discurso. Patrick Charaudeau propõe analisar o discurso a partir dos níveis situacional (no qual se determina a situação de comunicação), discursivo (em que se constroem estratégias enunciativas, a partir dos Modos de Organização do Discurso) e semiollingüístico (que faz uso de diversas categorias de língua para compor o texto), de acordo com a finalidade comunicativa do sujeito falante e das relações impostas pelo contrato de comunicação.

Charaudeau (2008) apresenta os Modos de Organização como procedimentos que permitem utilizar certas categorias de língua, de acordo com a finalidade discursiva do falante, no ato de comunicação. São eles: o Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo. Cada Modo possui uma função de base, ou seja, um projeto de fala do locutor e um princípio de organização, que é duplo para os modos Descritivo, Narrativo e Argumentativo. Trata-se, de acordo com o autor (2008), de ordenar o mundo referencial por meio de lógicas de construção desses mundos.

O Modo Enunciativo apresenta uma função específica na organização do discurso, comandando os demais modos. Ele é responsável por demonstrar o posicionamento do locutor em relação a si mesmo e aos demais participantes da interação, e, por isso, interfere na encenação dos outros três Modos de Organização (Descritivo, Narrativo e Argumentativo).

Para demonstrar a relação dos Modos de Organização do Discurso, a função de base e os princípios de organização, Charaudeau (2008) apresenta o quadro a seguir:

Quadro 2 - Modos de Organização do Discurso

MODO DE ORGANIZAÇÃO	FUNÇÃO DE BASE	PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO
ENUNCIATIVO	Relação de influência (EU -> TU) Ponto de vista do sujeito (EU -> ELE) Retomada do que já foi dito (ELE)	<ul style="list-style-type: none"> • Posição em relação ao interlocutor • Posição em relação ao mundo • Posição em relação a outros discursos
DESCRITIVO	Identificar e qualificar seres de maneira objetiva / subjetiva	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da construção descritiva (Nomear-Localizar-Qualificar) • Encenação descritiva
NARRATIVO	Construir a sucessão das ações de uma história no tempo, com a finalidade de fazer um relato.	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da lógica narrativa (actantes e processos) • Encenação narrativa
ARGUMENTATIVO	Expor e provar casualidades numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor	<ul style="list-style-type: none"> • Organização da lógica argumentativa • Encenação argumentativa

Fonte: Charaudeau (2008, p. 75).

Para Charaudeau (2008, p. 75), o locutor “[...] utiliza categorias de língua ordenadas nos Modos de Organização do Discurso para produzir sentido, através da configuração de um texto”. Sendo assim, ao enunciar, o locutor fala e escreve estrategicamente, de acordo com um projeto de fala específico, considerando o que o interlocutor espera dele. Segundo o autor (2008), o texto é a materialização da encenação em um ato comunicativo, em uma determinada situação de comunicação, para servir a um fim discursivo específico. Como existem situações de comunicação e projetos de fala semelhantes em textos distintos, o linguista utiliza a classificação dos gêneros situacionais, conforme o seguinte quadro:

Quadro 3 - Correspondências entre modos de discurso e gêneros textuais

GÊNEROS	MODOS DE DISCURSO DOMINANTES	OUTROS MODOS DE DISCURSO
Publicitários	<ul style="list-style-type: none"> • Enunciativo (Simulação de diálogo) • Variável; Descritivo no slogan 	Narrativo (quando se conta uma história) E Argumentativo , nas revistas especializadas
Imprensa – “Faits divers” – Editoriais – Reportagens – Comentários	<ul style="list-style-type: none"> • Narrativo e descritivo • Descritivo e Argumentativo • Descritivo e Narrativo • Argumentativo 	Enunciativo Pode haver apagamento ou intervenção do jornalista
Panfletos políticos	<ul style="list-style-type: none"> • Enunciativo (Apelo) 	Descritivo (Lista de reivindicações) Narrativo (ação a realizar)
Manuais escolares	<ul style="list-style-type: none"> • Variável segundo as disciplinas, mas com a onipresença do Descritivo e do Narrativo 	Enunciativo (nos comandos das tarefas) Mais Argumentativo em algumas disciplinas (matemática, física, etc.)
De informação – receitas – informações técnicas – regras de jogos	<ul style="list-style-type: none"> • Descritivo • Descritivo e Narrativo (fazer) • Descritivo e Narrativo 	
Relatos – romances – novelas, contos – de imprensa	<ul style="list-style-type: none"> • Narrativo e Descritivo 	Enunciativo Intervenção variável do autor-narrador segundo o gênero (Autobiografia, depoimento, notícia, etc.)

Fonte: Charaudeau (2008, p. 79).

Conforme Charaudeau (2008), um gênero discursivo pode estar relacionado com mais de um Modo de Organização, como ocorre com alguns gêneros da mídia impressa, a exemplo de notícias, reportagens e relatos, que apresentam dominância descritiva e narrativa, enquanto outros apresentam visada argumentativa, como ocorre com os editoriais, textos de opinião e análises.

O Modo de Organização Enunciativo do Discurso, de acordo com o autor (2008), focaliza nos protagonistas, que estão situados no espaço interno da fala (considerando a relação de influência, o ponto de vista dos sujeitos e a retomada de

algo dito anteriormente). Trata-se de uma categoria de discurso que diz respeito à maneira como o sujeito falante age na encenação do ato de linguagem. Nesse sentido, o autor (2008) distingue três funções do Modo Enunciativo: estabelecer uma relação de influência entre locutor e interlocutor, que corresponde ao comportamento alocutivo (quando o sujeito falante impõe um comportamento ao interlocutor); revelar o ponto de vista do locutor, denominado como elocutivo (quando o falante enuncia o seu ponto de vista sobre o mundo, sem que o interlocutor seja envolvido nesse posicionamento); desvincular o locutor e o interlocutor da encenação, o que configura o comportamento delocutivo (o locutor apresenta seu propósito comunicativo como se não fosse responsável por ele, sem considerar o interlocutor).

Em relação aos procedimentos da construção enunciativa, Charaudeau (2008) divide-os em duas ordens: linguística e discursiva. Para o autor, os procedimentos da ordem linguística demonstram as diferentes relações do ato enunciativo por meio da modalização do enunciado, enquanto a ordem discursiva apresenta os procedimentos de construção enunciativa em relação aos comportamentos enunciativos, às especificações enunciativas e às categorias de língua correspondentes, de acordo com o quadro a seguir:

Quadro 4 - Procedimentos da construção enunciativa

COMPORTAMENTOS ENUNCIATIVOS	ESPECIFICAÇÕES ENUNCIATIVAS	CATEGORIAS DE LÍNGUA
RELAÇÃO DE INFLUÊNCIA (relação do locutor ao interlocutor) ⇒ ALOCUTIVO	Relação de força (locutor/interlocutor) + -	Interpelação Injunção Autorização Aviso Julgamento Sugestão Proposta
	Relação de pedido (locutor/interlocutor) - +	Interrogação Petição
PONTO DE VISTA SOBRE O MUNDO (relação do locutor consigo mesmo) ⇒ ELOCUTIVO	Modo de saber	Constatação Saber/ignorância
	Avaliação	Opinião Apreciação
	Motivação	Obrigação Possibilidade Querer
	Engajamento	Promessa Aceitação/recusa Acordo/desacordo Declaração
	Decisão	Proclamação
APAGAMENTO DO PONTO DE VISTA (relação do locutor com um terceiro) ⇒ DELOCUTIVO	como o mundo se impõe	Asserção
	como outro fala	Discurso relatado

Fonte: Charaudeau (2008, p. 85).

Segundo o esquema apresentado por Charaudeau (2008), é possível observar a conexão das categorias de língua com os comportamentos enunciativos, de acordo com a relação de influência do locutor sobre o interlocutor. Nas modalidades alocutivas, as categorias podem representar uma relação de superioridade (em que o locutor atribui funções ao interlocutor para que execute uma ação), como ocorre na Interpelação, Injunção, Autorização, Aviso, Julgamento, Sugestão e Proposta, ou em relação de inferioridade, como acontece nas categorias Interrogação e Petição.

Nas modalidades elocutivas, segundo Charaudeau (2008), o locutor pode expressar o seu ponto de vista sobre o mundo por intermédio das categorias Constatação, Saber/ignorância (que correspondem ao modo de saber), Opinião, Apreciação (avaliação, como ocorre em editoriais e textos de opinião), Obrigação, Possibilidade e Querer (motivação), Promessa, Aceitação/recusa, Acordo/desacordo e Declaração (engajamento), Asserção (como o mundo se impõe) e Discurso relatado (traz a fala do outro), como se verifica em alguns textos no domínio midiático.

Na categoria Opinião, de acordo com o autor (2008), o locutor constrói o seu discurso de acordo com o universo de crenças do próprio autor. Dessa forma, ele avalia os fatos apresentados, revelando o seu ponto de vista, enquanto o interlocutor não está envolvido na ação, sendo apenas testemunha da opinião do locutor.

Já na categoria Apreciação, o locutor exprime sentimentos e avalia os fatos apresentados levando em conta valores particulares. Para Charaudeau (2008), trata-se de uma avaliação baseada no ponto de vista interno do locutor, em que o julgamento se dá pelo afeto e não pela razão. Nesse caso, o interlocutor também não está implicado, participando como testemunha da apreciação do locutor.

De acordo com Charaudeau (2008), nas modalidades delocutivas, o locutor apaga-se, apresentando um ponto de vista externo, que não implica o interlocutor. Desse modo, o sujeito falante demonstra o seu propósito de maneira aparentemente objetiva, porém, como se não fosse responsável pelo ato de enunciação, já que utiliza outros discursos para demonstrar o seu posicionamento. O linguista apresenta duas possibilidades: quando o propósito se impõe por si, em que o sujeito relaciona os dizeres do mundo com o seu grau de Asserção (modalidades de Evidência, Probabilidade, etc.), e quando o locutor apenas relata a fala de outro, por meio do Discurso Relatado.

O linguista retrata a categoria Asserção como uma modalidade que se desenrola em vários tipos, como Constatação, Evidência, Probabilidade, Apreciação, Obrigação, Possibilidade, Anseio, Exigência, Aceitação, Recusa, Confissão e Confirmação, que correspondem à grande parte das modalidades pertencentes ao comportamento elocutivo. Segundo Charaudeau (2008), a Asserção não trata da verdade em si, mas sim da maneira como o locutor expõe o seu propósito ou o seu “modo de dizer” (CHARAUDEAU, 2008, p. 100).

Enquanto isso, o Discurso Relatado depende da maneira como o locutor irá relatar o que já foi enunciado e da posição ocupada pelos interlocutores na interação. No que diz respeito às maneiras de relatar, o discurso reportado pode ser citado (integralmente ou em sua quase totalidade), integrado (a fala original é retomada parcialmente, e por isso pode transformar o enunciado), narrativizado (o discurso original se integra à fala do locutor) ou evocado (faz alusão a uma fala anterior).

Para comparar as modalidades elocutivas com as modalidades delocutivas, Charaudeau (2008) elaborou o seguinte quadro:

Quadro 5 - Quadro comparativo das Modalidades Elocutivas e Modalidades Delocutivas

ELOCUTIVO	DELOCUTIVO
MODALIDADES	ASSERÇÕES E CONFIGURAÇÃO
"Constatação e Saber"	"Constatação": "Admite-se que..." "É visível que...", "É notável que..."
"Opinião-convicção"	"Evidência": "É evidente que...", "É verdade que..." "É certo que...", "O fato é que..." "É incontestável que...", "Evidentemente", "Efetivamente", "Com certeza", etc.
"Opinião-suposição"	"Probabilidade": (forte) "É provável que...", "provavelmente", "É verossímil que...", "aparentemente", etc. (média) "Pode ser que...", "Talvez..." "É possível que...", "Pode acontecer que..." (fraca) "É pouco provável que..." "As chances são poucas de..."
"Apreciação" <i>favorável</i> <i>desfavorável</i>	"Apreciação" <i>Favorável:</i> "É bom que...", "É satisfatório que..." "É interessante que...", "É admirável que..." "É positivo que...", "É surpreendente que..." <i>Desfavorável:</i> "É uma tristeza que...", "É terrível que..." "É pena que...", "É constrangedor que..."
"Obrigação"	"Obrigação": "É preciso que...", "É obrigatório que..." "É necessário que...", "É indispensável que..." "É proibido...", "Basta que...", "É conveniente..."
"Possibilidade" (de fazer)	"Possibilidade": "É possível (fazer)...", "É factível"
"Querer- anseio"	"Anseio": "É desejável que..."
"Querer- exigência"	"Exigência": "Exige-se que...", "Há a exigência de que..."
"Aceitação" (Recusa)	"Aceitação": "É aceitável que..." "Recusa": "Não é aceitável que..."
"Declaração- Confissão"	"Confissão": "É inconfessável que..."
"Afirmção Confirmação"	"Confirmação": "É verdade que...", "É certo que..." "É exato que...", "É certo dizer que..."

Fonte: Charaudeau (2008, p. 101).

Para o autor, a Asserção deve ser marcada no texto, enquanto o Discurso Relatado dependerá da “posição dos interlocutores, das maneiras de relatar um discurso já enunciado, e da descrição dos modos de enunciação” (Charaudeau, 2008, p. 102). O linguista destaca que o Discurso Relatado pode ser mais ou menos fiel em relação ao original, assim como pode ser transformado por um processo de interpretação por parte de quem o utiliza.

O termo descritivo é utilizado por Charaudeau (2008) para definir um procedimento discursivo que pertence aos Modos de Organização do Discurso (representa um processo), diferentemente do termo descrição, que diz respeito a um resultado. Segundo o autor (2008, p. 111), “[...] descrever consiste em ver o mundo com um ‘olhar parado’ que faz existir os seres ao *nomeá-los, localizá-los e atribuir-lhes* qualidades que os singularizam”. Para Charaudeau, descrever está relacionado a contar, já que “[...] as ações só têm sentido em relação às identidades e às qualificações de seus actantes” (2008, p. 111). O autor também associa descrever a argumentar, uma vez que ambas as ações fazem uso de operações lógicas para classificar os objetos discursivos presentes no texto. Dessa forma, o modo descritivo pode se combinar com os demais modos na organização de um texto.

De acordo com Charaudeau (2008), o Modo de Organização Descritivo do Discurso é composto por três tipos de componentes: *nomear*, que consiste em dar existência aos seres no mundo, classificando-os; *localizar-situar*, que estabelece a posição espaço-temporal que um ser ocupa, concedendo-lhe características; e *qualificar*, que trata da particularização dos seres descritos no texto. Para o autor (2008), o modo descritivo constrói uma imagem atemporal do mundo, e só adquire sentido em conformidade com os demais modos.

Segundo o autor, para que ocorra uma narrativa é fundamental que exista um narrador disposto a transmitir algo a alguém, com algum grau de intencionalidade. Para Charaudeau (2008, p. 154), contar não é somente descrever acontecimentos, trata-se de “[...] uma atividade linguageira cujo desenvolvimento implica uma série de tensões e até mesmo de contradições”.

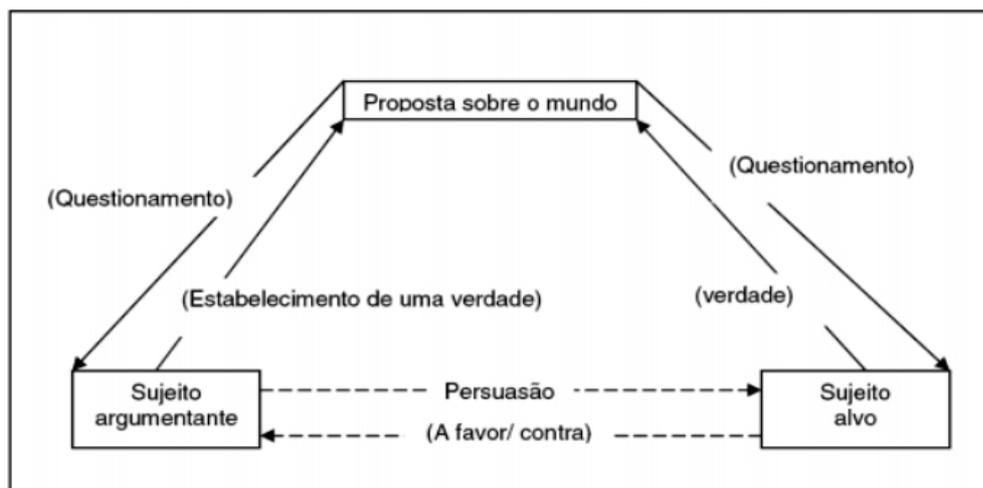
O Narrativo e o Descritivo são utilizados para narrar, entretanto, diferem entre si pela construção da visão de mundo e pelos papéis desempenhados por quem descreve ou narra. Em relação à construção de mundo, o autor mostra que o

Descritivo classifica os seres de maneira descontínua, sem necessariamente apresentar começo ou fim. Já o Modo Narrativo, constrói um mundo por intermédio de uma sucessão de ações sucessivas e contínuas, marcadas por um início e um fim. Com relação aos papéis dos sujeitos, Charaudeau (2008) atribui a quem descreve o papel de observador, que identifica e classifica os seres e situações, enquanto quem narra assume o papel de testemunha, que está em contato direto com os acontecimentos narrados.

Sobre o Modo de Organização Argumentativo do Discurso, Charaudeau (2008) postula que se trata de uma atividade da linguagem que busca persuadir o outro para influenciá-lo ou, pelo menos, para orientar o seu pensamento. De acordo com o linguista, a argumentação vai além de uma sequência de conectores lógicos, já que, frequentemente, o aspecto argumentativo de um discurso está implícito (apresentado de maneira indireta).

De acordo com o linguista, para que exista argumentação é necessário que o locutor apresente uma proposta sobre o mundo e provoque um questionamento no outro que, por sua vez, deve desenvolver um raciocínio em relação à proposta (pode aceitar ou refutar), que pode ser representado da seguinte forma:

Figura 5 - Relação triangular da argumentação



Fonte: Charaudeau (2008, p. 205).

O autor apresenta a argumentação como uma atividade discursiva que não se preocupa em estabelecer uma verdade, mas em fazer o outro crer no que é dito. O Modo de Organização Argumentativo permite construir explicações sobre o mundo a partir de duas perspectivas: de razão demonstrativa e razão persuasiva. Na primeira, são estabelecidas relações de causalidade (relações entre asserções), demonstradas por procedimentos que o autor denomina como organização da lógica argumentativa. Já na razão persuasiva, o objetivo é constituir, a partir de argumentos, provas que justifiquem a construção de mundo e as relações de causalidade que unem as asserções. Para tanto, é necessário que o sujeito argumentante utilize o que Charaudeau (2008) chama de procedimentos de encenação discursiva, também conhecidos como encenação argumentativa. De acordo com o linguista (2008, p. 208), “[...] todas as operações lógico-linguísticas participam de maneiras diversas, diretas ou indiretas, da organização argumentativa do discurso”.

Em relação às categorias de análise aplicadas nesta pesquisa, abordaremos, dentro da organização da lógica argumentativa, os elementos de base da relação argumentativa e os modos de encadeamento.

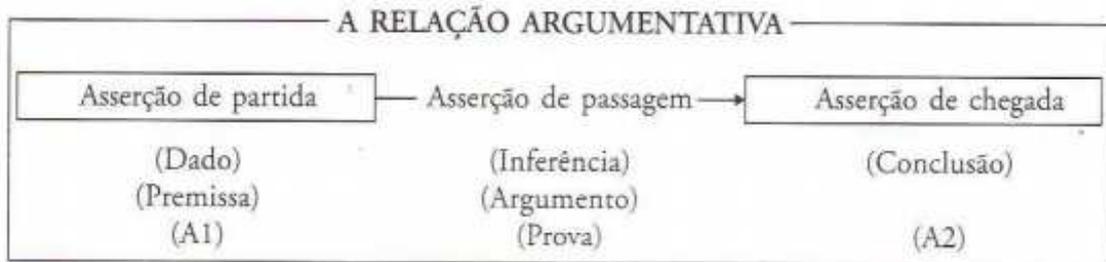
Segundo Charaudeau (2008, p. 209), qualquer relação argumentativa é composta pelos elementos asserção de partida, que representa um dado ou premissa, uma asserção de chegada, que representa uma conclusão ou resultado e uma ou mais asserções de passagem, que possibilitam passar de uma asserção à outra.

No âmbito da linguística, a asserção representa o valor modal de um enunciado. Dentro da lógica argumentativa, de acordo com Charaudeau (2008, p. 209), as asserções representam os elementos de base da relação argumentativa e são classificadas como:

- a) Asserção de partida (A1): é responsável por constituir os seres, atribuindo propriedades para descrevê-los.
- b) Asserção de chegada (A2): demonstra o que deve ser aceito como resultado da A1 (pode representar causa ou consequência), e serve para legitimar a proposta (aponta para uma conclusão).
- c) Asserção de passagem: é determinada por uma relação de causalidade que liga A1 e A2 (serve como prova ou argumento) e representa o universo de crenças do locutor.

A figura a seguir evidencia essa relação argumentativa:

Figura 6 - A relação argumentativa



Fonte: Charaudeau (2008, p. 210).

Ao compartilhar suas posições acerca do mundo, o locutor deve estabelecer uma prova para validar o argumento apresentado (a alegação de A1 implica a existência de A2), com o objetivo de motivar o interlocutor a aceitar tal posicionamento. Portanto, “[...] a relação argumentativa se define no seu fundamento como uma relação de causalidade [...]”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 210).

Nesse sentido, o autor (2008, p. 211) apresenta os modos de encadeamento relacionados à argumentação e alguns exemplos:

- a) A conjunção: ligação entre duas asserções que expressa uma relação argumentativa. Ex.: “*Parta bem cedo, e não encontrarás engarrafamento na estrada*”.
- b) A disjunção: pode representar uma operação de discriminação ou, acompanhada de uma negação, demonstra uma relação de causalidade. Ex.: “*Virei a pé, a cavalo ou de carro, mas virei*”.
- c) A restrição: indica uma relação de causa e consequência na qual a conclusão é substituída por uma asserção contrária. Ex.: “*Ele é inteligente [portanto se esperaria que compreendesse], entretanto não compreende essas coisas*”.
- d) A oposição: opõe duas asserções. Ex.: “*Enquanto alguns pensam que somente a educação da população pode trazer uma resposta a este flagelo, outros proclamam que é necessário enfrentar a realidade*”.
- e) A causa: aponta para uma relação de causalidade explicativa. Ex.: “*A1 porque A2*”.

- f) A consequência: demonstra causalidade explicativa ou implicativa. Ex.: “A1 portanto A2” ou “Se A1, então A2”.
- g) A finalidade: manifesta uma causalidade explicativa. Ex.: “A1 para A2”.

Charaudeau (2008, p. 211) observa que “[...] a relação argumentativa de causalidade nunca é puramente formal”, portanto, depende das relações de sentido entre as asserções e das condições lógicas que constituem a ligação de A1 com A2.

Já Koch & Elias (2016, p. 121), autoras da linguística do texto, consideram os articuladores textuais como “marcas responsáveis pelo encadeamento de segmentos textuais de qualquer extensão”, que assumem diversas funções, como situar a fala no tempo e no espaço, estabelecer relações lógicas entre enunciados, organizar o texto, demonstrar relações discursivo-argumentativas, etc. Para Gouvêa, Pauliukonis e Monnerat (2013), os operadores argumentativos “[...] mostram o sentido para o qual os enunciados apontam, independentemente de seu conteúdo informativo”.

Nesta pesquisa, o foco de análise está no nível discursivo, mais precisamente, no Modo de Organização Argumentativo do Discurso, nas categorias da lógica argumentativa e nos modos de encadeamento (Charaudeau, 1992 e 2008). Também, baseia-se nos elementos de construção enunciativa, indicando a posição dos parceiros de linguagem nos editoriais analisados (Charaudeau, 2008). Para complementar a pesquisa, observam-se alguns articuladores textuais e argumentativos que organizam o texto e orientam a interpretação do interlocutor, com base em Koch & Elias (2016).

3 METODOLOGIA

Esta dissertação, baseada na Teoria Semiollingüística do Discurso (TSD), de Patrick Charaudeau (2008), tem como objetivo identificar estratégias discursivas utilizadas nos editoriais do jornal O Globo para a construção da imagem das principais figuras do impeachment de 2016: Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Michel Temer e PT, no período entre março e setembro de 2016, por meio de categorias pertencentes ao Modo de Organização Argumentativo do Discurso. Para atender ao objetivo geral, busca-se identificar as características contratuais da interação entre locutor e interlocutores do jornal, procurando evidenciar como a representação produzida pelas Organizações Globo pode manipular a opinião pública, por intermédio de estratégias enunciativas.

Os resultados que serão apresentados neste trabalho são provenientes de uma análise qualitativa, obedecendo às seguintes etapas: i) verificação da situação de comunicação global e da situação específica de comunicação; ii) identificação do comportamento enunciativo do locutor, observando categorias do Modo de Organização Enunciativo do Discurso; iii) reconhecimento dos elementos de base da relação argumentativa e dos modos de encadeamento, pertencentes ao Modo de Organização Argumentativo do Discurso; iv) averiguação de como o discurso midiático pode, por meio da opinião publicada, incidir sobre a opinião pública.

Inicialmente, na fase de organização do material, foram selecionados 71 editoriais, sendo 56 veiculados em 2016 e 15 publicados em 2017, que tratam do *impeachment* de Dilma Rousseff. Para a dissertação, foram escolhidos quatro editoriais, seguindo a sequência cronológica dos acontecimentos durante o rito de destituição da presidenta (denúncia de um golpe de estado, julgamento do *impeachment* na Câmara dos Deputados, posse interina de Michel Temer e a destituição de Dilma Rousseff).

A seguir apresentam-se os editoriais selecionados, em ordem cronológica de publicação:

Quadro 6 - Editoriais analisados nesta pesquisa

Título do editorial	Data de veiculação
A farsa do 'golpe' construída pelo lulopetismo	30/03/2016
Reformar a Previdência seria bom começo de Temer	29/04/2016
Otimismo com o novo tom do Planalto	13/05/2016
Para que jamais haja outro impeachment	01/09/2016

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Reitera-se que o jornal O Globo pertence às Organizações Globo, um dos maiores grupos de mídia da América Latina. Trata-se de um dos principais periódicos do país, disponível nas versões impressa e digital, com parte de seu conteúdo *on-line* disponível para não assinantes. Os editoriais são nomeados pelo jornal como “Opinião”, e o acervo dos textos está disponível para assinantes no site do jornal, conforme o *print screen* da editoria:

Figura 7 - *Print screen* da editoria “Opinião”

OPINIÃO DO GLOBO

Ativismo climático ganha densidade na política global
Editorial

No Uruguai, Frente Ampla avança em direitos e tropeça na economia
Desgaste natural de uma década e meia de poder se soma a equívocos de política econômica
Editorial

Cabe agora ao STF reduzir os danos
Editorial

Fonte: site do jornal O Globo (2019).

4 ANÁLISE DO CORPUS

Este capítulo destina-se à análise qualitativa do *corpus*, fundamentada na Teoria Semiollingüística de Análise do Discurso, conforme já mencionado em capítulos anteriores.

De acordo com o contrato de comunicação estipulado entre os sujeitos envolvidos no ato de linguagem, os editoriais analisados demonstram um comportamento delocutivo, em que locutor apresenta o seu posicionamento pela Asserção Opinião. Ao compartilhar o universo de crenças com o outro, o editorialista busca influenciar e persuadir o leitor, em um processo racional e lógico de organização do discurso.

4.1 A situação específica de comunicação (SEC) nos editoriais do jornal O Globo

Os editoriais do jornal O Globo pertencem ao domínio midiático e se caracterizam por uma dupla visada: de demonstração e de informação. Os parceiros envolvidos no ato de linguagem são o locutor, na figura do editorialista, e os leitores, que representam os interlocutores dessa troca. O propósito dos editoriais é selecionar e comentar um acontecimento político ou social, com uma finalidade discursiva que visa a um fazer-criar. Para analisar os editoriais do domínio midiático, é necessário considerar as condições contratuais em que o ato de comunicação se realiza.

Fundado por Irineu Marinho, o jornal O Globo surge em julho de 1925, no Rio de Janeiro¹². Cinco anos depois, com a morte do fundador, o filho, Roberto Marinho, assume o posto de presidente do jornal e dá início à construção de um verdadeiro império da comunicação. O grupo Globo é proprietário das empresas¹³ Infoglobo (jornais), Editora Globo (revistas e livros), TV Globo, Globosat (programadora multicanal), Globo Filmes, Globo.com (portal de notícias), Sistema Globo de Rádio, Som Livre (gravadora), Zap (portal de venda e aluguel de imóveis) e a emissora Globo Internacional. A empresa divide-se entre a subsidiária Globo Comunicação e Participações S.A. e a controladora Globo Participações S.A. (“Grupo Globo”)¹⁴, que

¹² História do Grupo Globo. Disponível em: <http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm>.

¹³ Quem Somos. Disponível em: <https://grupoglobo.globo.com/quem-somos/>.

¹⁴ Sobre a Globo. Disponível em: <https://globoir.globo.com/show.aspx?idMateria=bOz0NXkg3cBj1kFF1zqnUA==>.

é a proprietária do jornal O Globo. Ambas as empresas são de capital aberto (operam em bolsas de valores), atraem fundos de investimento, têm cotação em agências de risco, buscam aporte financeiro internacional e mantêm um *site* específico, em língua inglesa, para tal propósito¹⁵.

Salienta-se que o desenvolvimento das Organizações Globo se deu em função de acordos políticos desde os anos 1930, com a distribuição das concessões de rádio. Posteriormente, durante a ditadura militar, a empresa foi beneficiada por um acordo financeiro com o grupo americano Time-Life (realizado em 1962), apesar da legislação brasileira da época proibir a participação de empresas estrangeiras no mercado de telecomunicações¹⁶. O acesso facilitado de capital estrangeiro no mercado brasileiro garantiu à Globo uma enorme vantagem tecnológica em relação às emissoras concorrentes, transformando Roberto Marinho em um dos principais empresários do ramo. Na época, um manifesto foi assinado por empresários de comunicação para denunciar a “infiltração de capitais estrangeiros na indústria jornalística nacional, bem como na exploração das concessões de rádio e de televisão e a entrega da direção de jornais e empresas de radiodifusão a estrangeiros ou ‘testas-de-ferro’ seus” (HERZ, 2009, p. 221). O caso chegou a gerar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) à época (1966), com a alegação de que tal benefício traria à Globo enorme vantagem tecnológica em relação às concorrentes. De acordo com Caparelli e Lima (2004, p. 73):

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada para investigar o caso, enquanto o processo corria no Conselho Nacional de Telecomunicações, formado por representantes do Estado Maior das Forças Armadas, membros indicados pelos Ministérios da Justiça, Educação e Cultura, Relações Exteriores e representantes dos partidos políticos. Para evitar que a maioria de membros da CPI prejudicasse a Globo e a levasse à perda da concessão, muitos de seus membros receberam missões de última hora na Europa.

¹⁵ Ações das Organizações Globo. Disponível em:

<https://globoir.globo.com/show.aspx?idMateria=ARbrT6IMJGDOVnC96s+yuA==>.

¹⁶ Na data desta pesquisa (março de 2018 a janeiro de 2020), a lei brasileira vigente permite até 30% de participação estrangeira em empresas de comunicação. Disponível em:

http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_15.09.2015/art_222_.asp.

Mesmo sendo condenada pela CPI, a Rede Globo teve sua situação legalizada pelo presidente marechal Arthur da Costa e Silva. Essa atrelada relação entre Roberto Marinho e o regime militar favoreceu somente aos envolvidos, já que a sociedade dependia das informações que esses grupos, detentores da mídia, escolhiam repassar. Para Lima (2011), nesse período, os militares fizeram grande uso político dos jornais e das emissoras de televisão. Segundo o autor, “o governo brasileiro optou por entregar o setor de radiodifusão, prioritariamente, à exploração comercial da empresa privada, através de concessões da União” (2011, p. 160).

Segundo Schröder e Castro, o crescimento desigual e ilícito do Grupo O Globo resultou em uma produção jornalística atrelada aos interesses ideológicos do Regime Militar. Para os autores (2009, p. 321),

O jornalismo no Brasil atravessou em um curto período de tempo o percurso seguido pelo jornalismo mundial ao longo de mais de um século. Surge como veículo opinativo e de engajamento político evoluindo para um viés comercial com ênfase no sensacionalismo. Com o aporte de novas tecnologias desenvolveu um padrão profissional que lhe conferiu credibilidade. Recentemente, operou uma inflexão; voltou ao viés opinativo travestido de uma pretensa objetividade.

Destacamos o apoio institucional do então presidente do Grupo Globo, Roberto Marinho, ao regime militar, ocorrido por meio de um editorial, publicado na capa do periódico em 02 de abril de 1964, conforme a seguir:

Figura 8 - Print screen do editorial “Ressurge a Democracia!”



Fonte: Acervo O Globo (1964).

Na ocasião, o proprietário das Organizações Globo exaltou a tomada de poder do país por parte das Forças Armadas. A proximidade com os governos militares possibilitou à Globo crescer rapidamente, fortalecendo a formação dos conglomerados de mídia que, vinculados a grupos políticos regionais, encontraram apoio político para manter benefícios e firmar parcerias para além das normas legais. Contudo, o apoio ao golpe militar não foi um ato isolado. Em 07 de outubro de 1964, o editorial publicado na capa do jornal ressalta a participação da empresa no golpe militar, chamada por Roberto Marinho como “Revolução”, de acordo com a figura 9:

Figura 9 - Print screen do editorial “Julgamento da Revolução”



Fonte: Acervo O Globo (1984).

Já nos anos 1980, o governo militar brasileiro distribuía concessões de TV em troca de favores políticos, possibilitando que as mesmas empresas proprietárias de jornais impressos e rádios adquirissem também emissoras de TV. Tal prática, conhecida como propriedade cruzada (quando uma mesma empresa possui diferentes meios de comunicação), passou a ser comum entre as maiores empresas de mídia da época. Para Herz (2009, p. 25),

Não se pode abordar o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa no Brasil, a partir da década de 60, sem tocar na Rede Globo. Essa rede, a partir da década de 60, passou a absorver mais de 40% da totalidade das verbas publicitárias disponíveis no País e desse modo condicionou todo o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa. (HERZ, 2009, p. 25).

O surgimento do Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962, permitiu que alguns grupos de mídia crescessem de maneira desproporcional, como foi o caso da Rede Globo. Jornais, revistas e outras emissoras de TV desapareceram, espremidas pela expansão da emissora de Roberto Marinho, que ocorreu com ajuda governamental. A ditadura militar não fez uso da implantação de um vasto sistema estatal de TV, mas, ao contrário, associou-se às redes privadas, em especial à Rede Globo de Televisão, nacionalizando seu sinal e, assim, estreitando as relações dos governos ditatoriais com a direção da empresa.

Durante o processo de democratização do país, o compromisso entre Roberto Marinho e o governo federal ficou ainda mais evidente. Segundo Capparelli e Santos (2005, p. 7), o “doutor Roberto”, seguidamente, recomendava nomes ao então presidente José Sarney (1985-1990) para postos públicos. Um dos casos foi o de Antônio Carlos Magalhães (ACM), indicado ao cargo de ministro das Comunicações pelo dono da Rede Globo. E foi com a ação conjunta de José Sarney (na presidência da República) e ACM (no ministério), que o Brasil viveu o período conhecido como a “farra” na distribuição de concessões de rádio e televisão. Além de simplificar o processo para os empresários do setor, o governo ofertou licenças de radiodifusão também a políticos. Sarney e ACM também foram beneficiados com outorgas de rádio e TV em seus estados. Essa troca de favores entre políticos e empresários do setor gerou no governo uma espécie de clientelismo, descrito por Capparelli e Santos (2005) como um tipo de escambo, em que os favorecidos recebem proteção, garantia de aporte de verbas publicitárias federais e apoio, em troca de favorecimento político.

De acordo com a pesquisa Mídia Dados 2018¹⁷, o jornal O Globo é o segundo com maior circulação no país, com uma média de circulação de 270 mil exemplares nos dias úteis e 350 mil aos domingos, dia de maior distribuição. Segundo a própria

¹⁷ Pesquisa Mídia Dados 2018. Disponível em: <https://www.gm.org.br/midia-dados-2018>.

empresa, o grupo alcança mais de 100 milhões de brasileiros em suas múltiplas plataformas¹⁸.

O jornal, que se intitula como “o preferido dos formadores de opinião¹⁹”, apresenta maior audiência nas classes B e C (50% e 28%, respectivamente), com leitores de faixa etária bem distribuída (60 anos ou mais equivalem a 20%, 30 a 39 anos respondem por 19% e 20 a 29 anos ocupam 18%), de acordo com dados apresentados pelo InfoGlobo. Em relação ao gênero, 52% dos leitores são homens e 48% mulheres. Quanto à escolaridade, 39% dos leitores possuem ensino superior e 22% ensino médio. O perfil dos leitores do jornal impresso e do site é semelhante, com predominância dos internautas da classe B (59%). A comparação fica um pouco diferente em relação à escolaridade do leitor, que na internet apresenta predominância do ensino médio, 49%, seguido do ensino superior, com 29%²⁰. O site possui 25.360.822 milhões de visitas ao mês.

O portal do InfoGlobo ainda oferece gráficos para demonstrar o público leitor, assim como disponibiliza o perfil de leitores por caderno²¹. Na editoria “Opinião”, o jornal não distingue o editorial dos demais textos opinativos da empresa, assinados por determinados jornalistas (intitulados pelo mesmo nome, “Opinião”). Em um total de 611 mil leitores, 43% são homens e 57% mulheres, sendo 88% pertencentes às classes AB. Desses leitores, 70% possuem ensino superior, com faixa etária predominante entre 40 anos ou mais. Em relação à posição geográfica dos leitores da editoria Opinião, 46% residem na zona sul do Rio de Janeiro (o site considera somente a cidade do Rio de Janeiro). Se comparar a audiência da editoria de Opinião com a primeira página do jornal (que registra o maior índice de leitores), o total é de 1.282.000 pessoas. O caderno com menor audiência é a “Carros Etc”, com 233 mil leitores.

¹⁸ Globo celebra alcance de mais de 100 milhões de pessoas por dia. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/globo-celebra-alcance-de-mais-de-100-milhoes-de-pessoas-por-dia.ghtml>.

¹⁹ Dados divulgados pelo InfoGlobo. Disponível em: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>.

²⁰ InfoGlobo, perfil dos leitores. Disponível em: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=89&Sexo=1&Faixa=5&Classe=1&Atividade=1&Pagina=1>.

²¹ Idem acima. Disponível em: <https://www.infoglobo.com.br/anuncie/perfilleitores.aspx>.

Por se tratar de um dos maiores periódicos do país²², o jornal O Globo é um veículo bastante procurado por leitores pertencentes a diferentes camadas da sociedade. Entretanto, não se trata de um jornal popular. Em relação à editoria Opinião (como são chamados os editoriais), o jornal não aponta dados de acesso pela audiência. Contudo, considera-se que o público leitor dos editoriais é especializado, diferentemente do que ocorre com os demais cadernos temáticos. Presume-se que, em função da recorrente temática política dos textos opinativos, os editoriais visam como público alvo a políticos, grandes empresários e assinantes, já que o gênero editorial retrata o ponto de vista da empresa, levando em conta sua linha editorial e os interesses sociais e políticos de seus controladores.

De acordo com os Princípios Editoriais do Grupo Globo, a empresa é apartidária “e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos” (seção 1, item i)²³. A empresa também diz ser independente de governos e grupos econômicos. Pensando nisso, é difícil desvincular a linha editorial da empresa do conteúdo dos editoriais analisados. Cabe a nós, no exercício de análise, demonstrar o quanto os Princípios Editoriais estão presentes ou não na construção enunciativa dos textos, fazendo refletir sobre a importância desse discurso na construção da opinião pública.

Conforme a Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira²⁴, promovida, em 2017, pela Secretaria de Comunicação Social do governo federal, a organização configura o maior conglomerado de comunicação do Brasil, sendo sua emissora de TV líder em audiência no Brasil e o jornal em questão um dos mais lidos do país, inclusive na versão on-line. O próprio grupo midiático afirma atingir mais de cem milhões de brasileiros²⁵, por meio de suas múltiplas plataformas.

Segundo os preceitos da Teoria Semiociológica do Discurso (CHARAUDEAU, 2008, p. 70), “todo o sujeito falante (locutor) ocupa o centro de uma situação de

²² De acordo com a pesquisa Mídia Dados 2018. Disponível em: <https://www.gm.org.br/midia-dados-2018>

²³ Princípios editoriais do Grupo Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>.

²⁴ Ver Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 - Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>

²⁵ Globo celebra alcance de mais de 100 milhões de pessoas por dia. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/globo-celebra-alcance-de-mais-de-100-milhoes-de-pessoas-por-dia.ghtml>.

comunicação que constitui um espaço de troca no qual ele se põe em relação com um parceiro (interlocutor)”. No caso dos editoriais, serão demonstradas as características dos indivíduos envolvidos na ação, quem são os parceiros, o canal de transmissão e os papéis comunicativos desempenhados pelos participantes do ato de comunicação, de acordo com os componentes da situação de comunicação, determinados a seguir:

Quadro 7 - A situação de comunicação nos editoriais do jornal O Globo

Locutor	Interlocutores	Características contratuais
Editorialista (membros da família Marinho e jornalistas que dirigem as redações) ²⁶ .	Empresários, políticos, assinantes e demais pessoas com representatividade pública e política.	Não troca (situação monologal).
Características identitárias: maior conglomerado de comunicação da América Latina.	Características identitárias: Predominância de leitores da classe B, na faixa etária entre 20 e 60 anos, sendo 52% dos leitores homens e 48% mulheres ²⁷ .	Não troca (situação monologal).

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Na situação específica de comunicação (SEC) dos editoriais, os parceiros não estão presentes fisicamente (os editoriais estão disponíveis nas versões impressa e digital), logo, trata-se de uma situação monologal, e o canal de transmissão é gráfico e indireto (jornal impresso e internet). Sobre o comportamento de cada participante do

²⁶ Princípios Editoriais do Grupo Globo: Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>.

²⁷ InfoGlobo, perfil dos leitores. Disponível em: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=89&Sexo=1&Faixa=5&Class e=1&Atividade=1&Pagina=1..>

ato discursivo, os sujeitos encontram-se em uma posição delocutiva, que indica o apagamento do locutor e do interlocutor no ato de comunicação. Nesta modalidade, o sujeito falante apresenta um ponto de vista externo, de maneira impessoal, produzindo um efeito de neutralidade ao discurso, como se não fosse responsável pela enunciação.

Em relação aos papéis comunicativos desempenhados pelos parceiros da troca em função do contrato de comunicação (Charaudeau, 2008), o editorialista, que representa a opinião da empresa, ocupa uma posição de superioridade e influência sobre os interlocutores, tendo em vista o peso do grupo de mídia em questão. Salientamos que, ao longo de décadas, o fundador Roberto Marinho foi o autor dos editoriais do jornal. Nos dias de hoje, de acordo com os Princípios Editoriais do grupo (seção II, item 4), o conselho editorial é composto por “membros da família Marinho e jornalistas que dirigem as redações”²⁸. Os preceitos editoriais da organização dizem ainda, que:

b) Os veículos do Grupo Globo expressam, em seus editoriais, uma opinião comum sobre os temas em voga. Os textos podem e devem divergir no estilo, no enfoque, na ênfase nesse ou naquele argumento, mas a essência é a mesma. Essa opinião deve refletir a visão do seu conselho editorial, composto por membros da família Marinho e jornalistas que dirigem as redações. Nenhum outro jornalista do grupo precisa, porém, concordar com tais opiniões, que, em nenhuma hipótese, influenciarão as coberturas dos fatos. Estas, como exposto aqui extensivamente, devem se pautar por critérios de isenção.

Na Estrutura Corporativa das Organizações Globo²⁹ (ocupando os mais altos cargos administrativos) estão o presidente, Roberto Irineu Marinho e os vice-presidentes, João Roberto Marinho (é também presidente do Conselho Editorial) e José Roberto Marinho.

Os editoriais evidenciam uma visada de fazer-creer, em que o jornal O Globo assume o papel de detentor da verdade e, ao compartilhar o seu sistema de crenças com o público, tenta persuadir o leitor, fazendo-o aderir ao seu discurso. Os quatro

²⁸ Idem 22.

²⁹ Estrutura corporativa do Grupo Globo. Conselho de administração. Disponível em: <https://grupoglobo.globo.com/estrutura-corporativa/>.

textos analisados neste trabalho pertencem ao gênero discursivo editorial e estão disponibilizados no formato impresso e digital (site do periódico).

4.2 Análise de editorial “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo”

O editorial intitulado “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo” foi veiculado pelo O Globo no dia 30 de março de 2016, conforme o *print screen* da publicação:

Figura 10 - *Print screen* do editorial “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo”



Fonte: Acervo O Globo (2016).

Para facilitar o acompanhamento da análise, transcreve-se o referido editorial, enumerando-se os segmentos marcados por ponto final, no quadro 8:

Quadro 8 – Transcrição do editorial “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo”

(1) A farsa do “golpe” construída pelo lulopetismo

(2) Na estratégia de defesa e nas ações de agitação e propaganda do PT e de uma presidente acuada no Planalto, a palavra "golpe" ganha grande relevância. (3) "Golpe" é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações - mas nada tem a ver com a crise política por que passa o país, na qual estão atolados PT e Dilma, e muito menos com o processo de impeachment da presidente em tramitação na Câmara.

(4) O partido se encalacra a cada avanço da Lava-Jato, e ontem a presidente sofreu derrota emblemática, com a formalização pelo PMDB da saída da base do governo. (5) Deve puxar uma fila de novas defecções, porque político, em geral, não gosta de ser sócio de derrocadas.

(6) À medida que a campanha pelo impedimento crescia e o juiz Sérgio Moro, com a força-tarefa da Lava-Jato se aproximava do ex-presidente Lula, a militância criou termos paradoxais, como “golpe constitucional”. (7) Ora, se é golpe, não pode ser constitucional.

(8) Aceitar a tese de que seria ilegal o afastamento de Dilma é admitir que o STF participaria de uma ação de cunho político contra princípios da Constituição.

(9) PT e aliados marcaram para amanhã, 31 de março, manifestações em defesa do governo e, por óbvio, farão referência ao golpe dado pelos militares, apoiados pelas classes média e alta, há 52 anos.

(10) Pura manipulação, porque o Brasil de 2016 nada tem a ver com o de 1964. (11) A Lava-Jato, em que atuam de maneira coordenada a Justiça, o Ministério Público e a Polícia Federal, trabalha sem atropelos constitucionais. (12) E quando a defesa considera haver alguma ilegalidade recorre às devidas instâncias judiciais. (13) Se não tem conseguido muitos êxitos é pela solidez das provas e pelos argumentos do juiz Sérgio Moro. (14) Equivocam-se, então, os que enxergam uma conspiração antidemocrática no combate à corrupção.

(15) Já o processo de impeachment de Dilma, por sua vez, transita pelas instituições sem ilegalidades. (16) Em 64 seria diferente. (17) Acreditar no conto da carochinha do “golpe” é aceitar como verdadeiro o conluio do Supremo numa operação para defenestrar por vias ilegais Dilma do Planalto. (18) Só numa alucinação. (19) Vários ministros da Corte já negaram esta ideia tresloucada: seu presidente, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso, Celso de Mello, por exemplo. (20) Prova irrefutável da institucionalidade do impeachment é que seu rito foi estabelecido pelo próprio STF, com base naquele seguido contra Collor, em 1992.

(21) Em 1964, houve ruptura institucional, com o esmagamento, pelos militares, das instituições. (22) O golpe farsesco convence apenas desinformados e ingênuos, serve tão-somente aos mal-intencionados — estes, sim, golpistas — que desejam envolver numa espessa nuvem de fumaça as provas e as evidências de grossa corrupção que envolve quadros petistas.

(23) Aceite quem quiser que políticas de supostos benefícios aos pobres podem justificar a roubalheira. (24) Não num país com instituições republicanas sólidas.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Para iniciar a análise, retomam-se os postulados de Charaudeau (2008), no que concerne à estrutura argumentativa do editorial.

Já no título do texto, representado pelo segmento 1, “*A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo*”, expressa-se a opinião do locutor de que Dilma e o PT fizeram uso do termo “golpe”, colocado entre aspas pelo jornal, para marcar sua posição contrária à ocorrência de um golpe de estado. Nesse caso, as aspas denotam uma intenção pejorativa e demonstram o afastamento do enunciador, que discorda do emprego do termo.

Os segmentos 2 e 3 reforçam essa premissa, ao expressar que a palavra “golpe” foi utilizada como estratégia de defesa e propaganda, conforme segue: (2) “*Na estratégia de defesa e nas ações de agitação e propaganda do PT e de uma presidente acuada no Planalto, a palavra ‘golpe’ ganha grande relevância.* (3) “*‘Golpe’ é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações - mas nada tem a ver com a crise política por que passa o país, na qual estão atolados PT e Dilma, e muito menos com o processo de impeachment da presidente em tramitação na Câmara.*

Essa construção discursiva representa a asserção de partida (A1), que, de acordo com Charaudeau (2008), consiste em atribuir características aos seres, descrevendo suas ações. Nesse editorial específico, A1 é representado pela tese de que Dilma e o PT teriam utilizado o termo “golpe” como estratégia de manipulação e propaganda.

Outro elemento da relação argumentativa proposto por Charaudeau (2008) é a asserção de chegada (A2), que pretende evidenciar a causa ou consequência de A1. Nesse editorial, o locutor representa A2 pelo argumento de que o impeachment foi constitucional e que, por isso, não teria sido um golpe, conforme os segmentos 6, 7 e 8: (6) “*À medida que a campanha pelo impedimento crescia e o juiz Sérgio Moro, com a força-tarefa da Lava-Jato se aproximava do ex-presidente Lula, a militância criou termos paradoxais, como ‘golpe constitucional’.* (7) “*Ora, se é golpe, não pode ser constitucional.* (8) “*Aceitar a tese de que seria ilegal o afastamento de Dilma é admitir*

que o STF participaria de uma ação de cunho político contra princípios da Constituição”.

Complementando a relação argumentativa do referido editorial, o locutor traz ao texto uma série de justificativas para fundamentar uma relação de causalidade entre A1 e A2, o que Charadeau (2008) denomina como asserção de passagem. Essa construção demonstra os argumentos trazidos pelo enunciador para defender o seu ponto de vista, em uma tentativa de fazer com que os interlocutores passem a aderir a esse discurso.

Seguem as asserções de passagem que representam os argumentos utilizados pelo enunciador para descrever a ex-presidenta Dilma e o PT:

- (2) *“Na estratégia de defesa e nas ações de agitação e propaganda do PT e de uma presidente acuada no Planalto, a palavra ‘golpe’ ganha grande relevância”;*
- (3) *“‘Golpe’ é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações - mas nada tem a ver com a crise política por que passa o país, na qual estão atolados PT e Dilma, e muito menos com o processo de impeachment da presidente em tramitação na Câmara”;*
- (4) *“O partido se encalacra a cada avanço da Lava-Jato, e ontem a presidente sofreu derrota emblemática, com a formalização pelo PMDB da saída da base do governo”;*
- (9) *“PT e aliados marcaram para amanhã, 31 de março, manifestações em defesa do governo e, por óbvio, farão referência ao golpe dado pelos militares, apoiados pelas classes média e alta, há 52 anos”;*
- (12) *“E quando a defesa considera haver alguma ilegalidade recorre às devidas instâncias judiciais”;*
- (13) *“Se não tem conseguido muitos êxitos é pela solidez das provas e pelos argumentos do juiz Sérgio Moro”;*
- (15) *“Já o processo de impeachment de Dilma, por sua vez, transita pelas instituições sem ilegalidades”;*
- (17) *“Acreditar no conto da carochinha do ‘golpe’ é aceitar como verdadeiro o conluio do Supremo numa operação para defenestrar por vias ilegais Dilma do Planalto”;*

- (18) *“Só numa alucinação”;*
- (22) *“O golpe farsesco convence apenas desinformados e ingênuos, serve tão-somente aos mal-intencionados — estes, sim, golpistas — que desejam envolver numa espessa nuvem de fumaça as provas e as evidências de grossa corrupção que envolve quadros petistas”;*
- (23) *“Aceite quem quiser que políticas de supostos benefícios aos pobres podem justificar a roubalheira”.*

Na sequência, o editorial apresenta as asserções de passagem que demonstram o ponto de vista das Organizações Globo em relação ao impeachment:

- (6) *“À medida que a campanha pelo impedimento crescia e o juiz Sérgio Moro, com a força-tarefa da Lava-Jato se aproximava do ex-presidente Lula, a militância criou termos paradoxais, como ‘golpe constitucional’”;*
- (8) *“Aceitar a tese de que seria ilegal o afastamento de Dilma é admitir que o STF participaria de uma ação de cunho político contra princípios da Constituição”;*
- (10) *“Pura manipulação, porque o Brasil de 2016 nada tem a ver com o de 1964”;*
- (11) *“A Lava-Jato, em que atuam de maneira coordenada a Justiça, o Ministério Público e a Polícia Federal, trabalha sem atropelos constitucionais”;*
- (14) *“Equivocam-se, então, os que enxergam uma conspiração antidemocrática no combate à corrupção”;*
- (20) *“Prova irrefutável da institucionalidade do impeachment é que seu rito foi estabelecido pelo próprio STF, com base naquele seguido contra Collor, em 1992”;*
- (21) *“Em 1964, houve ruptura institucional, com o esmagamento, pelos militares, das instituições”;*
- (24) *“Não num país com instituições republicanas sólidas”.*

Para evidenciar a relação argumentativa deste editorial, apresentam-se os quadros 9 e 10:

Quadro 9 - A asserção de partida e a asserção de chegada do editorial “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo”

Asserção de partida (Dado / Premissa / A1)	Asserção de chegada (Conclusão / A2)
Dilma e o PT utilizam a expressão “golpe” como estratégia de manipulação e propaganda	O impeachment é constitucional (portanto, não é golpe)

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Quadro 10 – As asserções de passagem do editorial “A farsa do ‘golpe’ construída pelo lulopetismo”

Asserções de passagem	
Dilma e PT	Impeachment
Na estratégia de defesa e nas ações de agitação e propaganda do PT e de uma presidente acuada no Planalto, a palavra "golpe" ganha grande relevância (segmento 2).	À medida que a campanha pelo impedimento crescia e o juiz Sérgio Moro, com a força-tarefa da Lava-Jato se aproximava do ex-presidente Lula, a militância criou termos paradoxais, como “golpe constitucional” (segmento 6).
"Golpe" é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações - mas nada tem a ver com a crise política por que passa o país, na qual estão atolados PT e Dilma, e muito menos com o processo de impeachment da presidente em tramitação na Câmara (segmento 3).	Aceitar a tese de que seria ilegal o afastamento de Dilma é admitir que o STF participaria de uma ação de cunho político contra princípios da Constituição (segmento 8).
O partido se encalacra a cada avanço da Lava-Jato, e ontem a presidente sofreu derrota emblemática, com a formalização pelo PMDB da saída da base do governo (segmento 4).	Pura manipulação, porque o Brasil de 2016 nada tem a ver com o de 1964 (segmento 10).
PT e aliados marcaram para amanhã, 31 de março, manifestações em defesa do governo e, por óbvio, farão referência ao golpe dado pelos militares, apoiados	A Lava-Jato, em que atuam de maneira coordenada a Justiça, o Ministério Público e a Polícia Federal, trabalha sem atropelos constitucionais (segmento 11).

pelas classes média e alta, há 52 anos (segmento 9).	
E quando a defesa considera haver alguma ilegalidade recorre às devidas instâncias judiciais (segmento 12).	Equivocam-se, então, os que enxergam uma conspiração antidemocrática no combate à corrupção (segmento 14).
Se não tem conseguido muitos êxitos é pela solidez das provas e pelos argumentos do juiz Sérgio Moro (segmento 13).	Prova irrefutável da institucionalidade do impeachment é que seu rito foi estabelecido pelo próprio STF, com base naquele seguido contra Collor, em 1992 (segmento 20).
Já o processo de impeachment de Dilma, por sua vez, transita pelas instituições sem ilegalidades (segmento 15).	[Comparação com o golpe de 1964] Em 1964, houve ruptura institucional, com o esmagamento, pelos militares, das instituições (segmento 21).
Acreditar no conto da carochinha do “golpe” é aceitar como verdadeiro o conluio do Supremo numa operação para defenestrar por vias ilegais Dilma do Planalto (segmento 17).	Não num país com instituições republicanas sólidas (segmento 24).
Só numa alucinação (segmento 18).	
Aceite quem quiser que políticas de supostos benefícios aos pobres podem justificar a roubalheira (segmento 23).	

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Segundo Charaudeau (2008), qualquer relação argumentativa é composta pelos elementos de base: asserção de partida (A1), asserção de chegada (A2) e asserção de passagem. Seguindo esse modelo da lógica argumentativa, o editorial em questão indica uma construção negativa das figuras de Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto defende uma posição favorável ao impeachment, conforme os diferentes argumentos listados no quadro 10. As asserções de passagem evidenciam, de forma explícita, a tese defendida pelo editorialista, para demonstrar que o impeachment estaria apoiado na legislação brasileira e que o termo “golpe” (colocado entre aspas pelo locutor) foi utilizado pelos petistas como estratégia de publicidade e manipulação.

Entre os componentes da lógica argumentativa também se inscrevem as articulações lógicas, representadas pelos modos de encadeamento, conforme demonstrado na fundamentação teórica. Tais articuladores ou operadores determinam relações discursivo-argumentativas entre enunciados. De acordo com o Modo de Organização Argumentativo do Discurso, proposto por Charaudeau (2008), essas relações podem ser expressas por meio das articulações de conjunção, disjunção, restrição, oposição, causa, consequência e finalidade.

No texto, destaca-se, nesse sentido, o segmento 3, *“Golpe’ é curto, fácil de pronunciar e adequado para ser gritado em manifestações - mas nada tem a ver com a crise política por que passa o país, na qual estão atolados PT e Dilma, e muito menos com o processo de impeachment da presidente em tramitação na Câmara”*, que utiliza o articulador discursivo-argumentativo de contrajunção “mas” (KOCH, 2016), para contrapor os dois enunciados. Nesse sentido, tem-se, de um lado, a alegação do golpe por parte dos representantes petistas (por não haver causa jurídica que justificasse o impeachment da ex-presidenta Dilma) e, de outro, a crise política brasileira.

Nos segmentos 6 e 7, (6) *“À medida que a campanha pelo impedimento crescia e o juiz Sérgio Moro, com a força-tarefa da Lava-Jato se aproximava do ex-presidente Lula, a militância criou termos paradoxais, como ‘golpe constitucional’”* e (7) *“Ora, se é golpe, não pode ser constitucional”*, o articulador de temporalidade “à medida que”, atua como marcador de progressão, combinado ao marcador “ora”, que possui valor conclusivo (KOCH, 2016). O segmento 7 também indica o fechamento da premissa defendida pelo locutor (“se é golpe, não pode ser constitucional”).

O locutor segue a construção discursiva contrária ao golpe parlamentar e favorável à Lava Jato, de acordo com os segmentos 8, 9 e 10, respectivamente: *“PT e aliados marcaram para amanhã, 31 de março, manifestações em defesa do governo e, por óbvio, farão referência ao golpe dado pelos militares, apoiados pelas classes média e alta, há 52 anos”, “Pura manipulação, porque o Brasil de 2016 nada tem a ver com o de 1964”* e *“A Lava-Jato, em que atuam de maneira coordenada a Justiça, o Ministério Público e a Polícia Federal, trabalha sem atropelos constitucionais”*. Esse raciocínio serve para reforçar a tese defendida pelo editorialista, a de que a destituição da ex-presidente não foi um golpe (que se trata de manipulação por parte do PT) e que a força tarefa trabalha dentro da lei.

Em 11, 12, 13 e 14, o texto exalta a Operação Lava-Jato e o então juiz, Sérgio Moro, ao mesmo tempo em que desvaloriza a defesa da ex-presidenta Dilma, reforçando o discurso de que a destituição de Dilma Rousseff não representa um golpe parlamentar, conforme os trechos: (11) *“A Lava-Jato, em que atuam de maneira coordenada a Justiça, o Ministério Público e a Polícia Federal, trabalha sem atropelos constitucionais. (12) E quando a defesa considera haver alguma ilegalidade recorre às devidas instâncias judiciais. (13) Se não tem conseguido muitos êxitos é pela solidez das provas e pelos argumentos do juiz Sérgio Moro.*

Organizando a exposição das ideias, encontra-se o articulador “quando”, que indica tempo exato, ou seja, em algumas situações, a defesa considera a existência de alguma irregularidade (não é sempre que isso ocorre), enquanto o articulador “se” estabelece uma relação de condicionalidade, que introduz um fato para associá-lo a uma consequência (“se não tem conseguido muitos êxitos é pela solidez das provas”). No segmento 14, *“Equivocam-se, então, os que enxergam uma conspiração antidemocrática no combate à corrupção”*, o editorialista utiliza o marcador discursivo “então” para dar continuidade ao raciocínio, reforçando o discurso favorável ao impeachment.

Em 15, *“Já o processo de impeachment de Dilma, por sua vez, transita pelas instituições sem ilegalidades”*, o texto apresenta uma mudança de tópico para mostrar uma diferença entre o que o locutor chama de conspiração antidemocrática e o impeachment da ex-presidenta.

Na composição das imagens de Dilma Rousseff e do Partido dos Trabalhadores (PT), salientam-se algumas escolhas lexicais depreciativas, como *“ações de agitação e propaganda do PT e de uma presidente acuada”* (segmento 2), *“na qual estão atolados PT e Dilma”* (segmento 3), *“o partido se encalacra”* (segmento 4), *“conspiração antidemocrática”* (segmento 14), *“conto da carochinha do ‘golpe’”* (segmento 17) e o segmento (22) *“O golpe farsesco convence apenas desinformados e ingênuos, serve tão-somente aos mal-intencionados — estes, sim, golpistas — que desejam envolver numa espessa nuvem de fumaça as provas e as evidências de grossa corrupção que envolve quadros petistas”*.

Por meio do discurso, o editorialista traz argumentos para fundamentar sua orientação política em favor do impeachment, apontando para uma possível

legalidade na destituição de Dilma Rousseff, sem abordar o teor da acusação contra a ex-presidenta.

Ao mesmo tempo, o texto constrói argumentos de rejeição e depreciação às imagens dos personagens petistas, associando-os à crise política brasileira e à corrupção.

4. 3 Análise de editorial “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”

O editorial intitulado “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer” foi veiculado pelo jornal O Globo no dia 29 de abril de 2016, conforme o *print screen* da publicação, na figura 11:

Figura 11 - *Print screen* do editorial “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”

29 de Abril de 2016, Matutina, Opinião, página 18

SAIR DO MODO DE TELA

Opinião

Reformar a Previdência seria bom começo de Temer

Por mais discreto que seja Michel Temer, notabilizado por fazer política sem alaridos, não há como o vice-presidente deixar de trabalhar na montagem de equipe e em plano de governo, com o processo de impeachment de Dilma em andamento, e a previsão de que, em meados de maio, poderá ser decidido no Senado o afastamento da presidente por 180 dias.

Não importa que continue a ser tachado de “conspirador” e “traidor” pelo Planalto e o lulopetismo; o inimaginável é Temer assumir em pouco menos de um mês, sem nomes de peso em postos-chave e sem anunciar medidas que ataquem causas centrais da enorme crise em que Lula e Dilma atolaram o Brasil.

Na edição de ontem, O GLOBO adiantou que Michel Temer planeja, ainda em maio, encaminhar duas reformas estratégicas, da Previdência e trabalhista. Esta, para que acordos firmados entre patrões e empregados, com a participação dos respectivos sindicatos, se sobreponham à CLT, tem uma lógica granítica, mas a resistência ideológica sindical e partidária sempre a combateu. Mesmo que o próprio governo Dilma adote este princípio no programa que permite a redução de salários e de jornada de trabalho, para preservar empregos.

Um possível governo Temer defenderá o estabelecimento da idade mínima de 65 anos, sem distinção entre homens e mulheres, como condição para a aposentadoria. A regra é usual no mundo, mas o Brasil mantém o sistema que permite a aposentadoria

Como terá pouco tempo para agir, o possível governo Temer precisará atacar logo pontos centrais do desequilíbrio fiscal, como é o déficit do INSS

proporcional ao tempo de contribuição.

O resultado é que, com a ampliação da expectativa de vida do brasileiro, o fato de se aposentar muito cedo no Brasil (55 anos, em média) ajuda a criar um sério e crescente desequilíbrio das contas públicas: o déficit no INSS, que foi de mais de R\$ 80 bilhões no ano passado, deverá ultrapassar os R\$ 120 bilhões neste.

A situação é tal que o déficit da previdência do INSS e da pública ultrapassa os 10% do PIB, muito mais que no Japão, por exemplo, com população bem mais idosa que a brasileira.

Notícia-se que o novo governo tratará também de quebrar a corrente de transmissão de aumentos do salário mínimo, acima da inflação, para benefícios previdenciários e assistenciais. Ai está uma das causas importantes dos enormes déficits públicos, pois, enquanto grande parcela dos gastos públicos cresce, as receitas caem, devido à recessão.

Se assim for, será bom começo. Embora falte tratar da quebra da vinculação de 90% do Orçamento a gastos específicos. E mesmo a fórmula de reajuste do salário mínimo precisa ser revista, para que não continue a haver reajustes elevados na recessão, em que não existem avanços na produtividade geral da economia.

Pelas circunstâncias (terá pouco mais de meio mandato e sob cerrada oposição de PT e aliados), Temer contará com pouco tempo para dar certo. Não pode esperar, e tem mesmo de aproveitar logo o apoio que terá na Câmara e no Senado.

Essas mudanças cruciais são algumas que tratam de questões que estão no centro do desarranjo fiscal aprofundado pelo lulopetismo, e que naufraga o país nesta longa recessão e, na melhor das hipóteses, num extenso período posterior de também longa estagnação.

O provável governo Temer terá de consertar o carro em movimento. ●

Fonte: Acervo O Globo (2016).

Para facilitar a análise, transcreve-se o referido editorial, enumerando-se os segmentos marcados por ponto final, no quadro a seguir:

Quadro 11 – Transcrição do editorial “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”

(1) Reformar a Previdência seria bom começo de Temer

(2) Por mais discreto que seja Michel Temer, notabilizado por fazer política sem alaridos, não há como o vice-presidente deixar de trabalhar na montagem de equipe e em plano de governo, com o processo de impeachment de Dilma em andamento, e a previsão de que, em meados de maio, poderá ser decidido no Senado o afastamento da presidente por 180 dias.

(3) Não importa que continue a ser tachado de "conspirador" e "traidor" pelo Planalto e o lulopetismo; o inimaginável é Temer assumir em pouco menos de um mês sem nomes de peso em postos-chave e sem anunciar medidas que ataquem causas centrais da enorme crise em que Lula e Dilma atolaram o Brasil.

(4) Na edição de ontem, O GLOBO adiantou que Michel Temer planeja, ainda em maio, encaminhar duas reformas estratégicas, da Previdência e trabalhista. (5) Esta, para que acordos firmados entre patrões e empregados, com a participação dos respectivos sindicatos, se sobreponham à CLT, tem uma lógica granítica, mas a resistência ideológica sindical e partidária sempre a combateu. (6) Mesmo que o próprio governo Dilma adote este princípio no programa que permite a redução de salários e de jornada de trabalho, para preservar empregos.

(7) Como terá pouco tempo para agir, o possível governo Temer precisará atacar logo pontos centrais do desequilíbrio fiscal, como é o déficit do INSS.

(8) Um possível governo Temer defenderá o estabelecimento da idade mínima de 65 anos, sem distinção entre homens e mulheres, como condição para a aposentadoria. (9) A regra é usual no mundo, mas o Brasil mantém o sistema que permite a aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição.

(10) O resultado é que, com a ampliação da expectativa de vida do brasileiro, o fato de se aposentar muito cedo no Brasil (55 anos, em média) ajuda a criar um sério e crescente desequilíbrio das contas públicas: o déficit no INSS, que foi de mais de R\$ 80 bilhões no ano passado, deverá ultrapassar os R\$ 120 bilhões neste.

(11) A situação é tal que o déficit da previdência do INSS e da pública ultrapassa os 10% do PIB, muito mais que no Japão, por exemplo, com população bem mais idosa que a brasileira.

(12) Notícia-se que o novo governo tratará também de quebrar a correia de transmissão de aumentos do salário mínimo, acima da inflação, para benefícios previdenciários e assistenciais. (13) Aí está uma das causas importantes dos enormes déficits públicos, pois, enquanto grande parcela dos gastos públicos cresce, as receitas caem, devido à recessão.

(14) Se assim for, será bom começo. (15) Embora falte tratar da quebra da vinculação de 90% do Orçamento a gastos específicos. (16) E mesmo a fórmula de reajuste do salário mínimo precisa ser revista, para que não continue a haver reajustes elevados na recessão, em que não existem avanços na produtividade geral da economia.

(17) Pelas circunstâncias (terá pouco mais de meio mandato e sob cerrada oposição de PT e aliados), Temer contará com pouco tempo para dar certo. (18)

Não pode esperar, e tem mesmo de aproveitar logo o apoio que terá na Câmara e no Senado.

(19) Essas mudanças cruciais são algumas que tratam de questões que estão no centro do desarranjo fiscal aprofundado pelo lulopetismo, e que naufraga o país nesta longa recessão e, na melhor das hipóteses, num extenso período posterior de também longa estagnação.

(20) O provável governo Temer terá de consertar o carro em movimento.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Antes de dar início à análise, ressalta-se que, na data de publicação desse editorial, o processo de *impeachment* já estava em andamento no Senado. Entretanto, Dilma Rousseff ainda ocupava o cargo de presidenta do país (o afastamento de 180 dias para os senadores julgarem o processo ocorreu somente em 12 de maio de 2016).

No que diz respeito aos componentes da lógica argumentativa (Charaudeau, 2008), a asserção de partida (A1), que atribui características aos objetos discursivos, é determinada pela premissa de que a Reforma da Previdência é positiva para o país. O outro elemento que compõe essa lógica é a asserção de chegada (A2), que busca evidenciar a razão de A1. Nesse editorial, A2 é representada pelo locutor com o argumento de que aprovar a Reforma da Previdência seria um bom começo para Temer.

Para integralizar essa relação argumentativa, demonstrar-se-ão as asserções de passagem, que são os argumentos trazidos pelo locutor para justificar uma relação de causalidade entre A1 e A2. Seguem as asserções de passagem construídas pelo enunciador para descrever a ex-presidenta Dilma e o PT:

- (3) *“Não importa que continue a ser tachado de ‘conspirador’ e ‘traidor’ pelo Planalto e o lulopetismo; o inimaginável é Temer assumir em pouco menos de um mês sem nomes de peso em postos-chave e sem anunciar medidas que ataquem causas centrais da enorme crise em que Lula e Dilma atolaram o Brasil”;*

- (5) *“Esta [faz referência à Reforma Trabalhista], para que acordos firmados entre patrões e empregados, com a participação dos respectivos sindicatos, se sobreponham à CLT, tem uma lógica granítica, mas a resistência ideológica sindical e partidária sempre a combateu”;*

- (17) *“Pelas circunstâncias (terá pouco mais de meio mandato e sob cerrada oposição de PT e aliados) [...]”;*
- (19) *“Essas mudanças cruciais são algumas que tratam de questões que estão no centro do desarranjo fiscal aprofundado pelo lulopetismo, e que naufraga o país nesta longa recessão e, na melhor das hipóteses, num extenso período posterior de também longa estagnação”.*

Listam-se, agora, as asserções de passagem que demonstram os argumentos utilizados pelo locutor para descrever Michel Temer:

- (2) *“Por mais discreto que seja Michel Temer, notabilizado por fazer política sem alaridos, não há como o vice-presidente deixar de trabalhar na montagem de equipe e em plano de governo, com o processo de impeachment de Dilma em andamento [...]”;*
- (4) *“Na edição de ontem [28/04/2016], O GLOBO adiantou que Michel Temer planeja, ainda em maio, encaminhar duas reformas estratégicas, da Previdência e trabalhista”.*
- (7) *“Como terá pouco tempo para agir, o possível governo Temer precisará atacar logo pontos centrais do desequilíbrio fiscal, como é o déficit do INSS”;*
- (8) *“Um possível governo Temer defenderá o estabelecimento da idade mínima de 65 anos, sem distinção entre homens e mulheres, como condição para a aposentadoria”;*
- (12) *“Notícia-se que o novo governo tratará também de quebrar a correia de transmissão de aumentos do salário mínimo, acima da inflação, para benefícios previdenciários e assistenciais”;*
- (14) *“Se assim for, será bom começo”;*
- (17) *“[...] Temer contará com pouco tempo para dar certo”;*
- (20) *“O provável governo Temer terá de consertar o carro em movimento”.*

Para evidenciar a relação argumentativa deste editorial, apresentam-se os quadros 12 e 13:

Quadro 12 - A asserção de partida e a asserção de chegada do editorial “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”.

Asserção de partida (Dado / Premissa / A1)	Asserção de chegada (Conclusão / A2)
As reformas Trabalhista e da Previdência são positivas para o país.	Reformar a Previdência seria bom começo de Temer.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Quadro 13 – As asserções de passagem do editorial “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”

Asserções de passagem	
Dilma e PT	Michel Temer
(3) Não importa que continue a ser tachado de "conspirador" e "traidor" pelo Planalto e o lulopetismo; o inimaginável é Temer assumir em pouco menos de um mês sem nomes de peso em postos-chave e sem anunciar medidas que ataquem causas centrais da enorme crise em que Lula e Dilma atolaram o Brasil.	(2) Por mais discreto que seja Michel Temer, notabilizado por fazer política sem alaridos, não há como o vice-presidente deixar de trabalhar na montagem de equipe e em plano de governo, com o processo de impeachment de Dilma em andamento [...]
(5) Esta [faz referência à Reforma Trabalhista], para que acordos firmados entre patrões e empregados, com a participação dos respectivos sindicatos, se sobreponham à CLT, tem uma lógica granítica, mas a resistência ideológica sindical e partidária sempre a combateu.	(4) Na edição de ontem [28/04/2016], O GLOBO adiantou que Michel Temer planeja, ainda em maio, encaminhar duas reformas estratégicas, da Previdência e trabalhista.
(17) Pelas circunstâncias (terá pouco mais de meio mandato e sob cerrada oposição de PT e aliados) [...].	(7) Como terá pouco tempo para agir, o possível governo Temer precisará atacar logo pontos centrais do desequilíbrio fiscal, como é o déficit do INSS.
(19) Essas mudanças cruciais são algumas que tratam de questões que estão no centro do desarranjo fiscal aprofundado pelo lulopetismo, e que naufraga o país nesta longa recessão e,	(8) Um possível governo Temer defenderá o estabelecimento da idade mínima de 65 anos, sem distinção entre homens e mulheres, como condição para a aposentadoria.

na melhor das hipóteses, num extenso período posterior de também longa estagnação.	
	(12) Notícia-se que o novo governo tratará também de quebrar a correia de transmissão de aumentos do salário mínimo, acima da inflação, para benefícios previdenciários e assistenciais.
	(14) Se assim for, será bom começo.
	(17) [...] Temer contará com pouco tempo para dar certo.
	(20) O provável governo Temer terá de consertar o carro em movimento.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

De acordo com o modelo da lógica argumentativa, o editorial em questão apresenta os objetos discursivos Dilma Rousseff e Partido dos Trabalhadores (PT) como os responsáveis pela crise no Brasil, ao passo que produz uma argumentação favorável à figura de Michel Temer, desde que o então vice-presidente assuma as reformas defendidas pelo jornal. As asserções de passagem listadas no quadro 13 revelam a apreciação da empresa em relação à Reforma da Previdência e o posicionamento avesso aos representantes petistas.

Em relação à orientação argumentativa do editorial, já no título (segmento 1), “*Reformar a Previdência seria bom começo de Temer*”, o locutor sugere um comportamento a Michel Temer. O verbo “*seria*”, no futuro do pretérito, modaliza o enunciado e indica uma ação possível a realizar, segundo o editorialista. Trata-se de uma modalidade alocutiva, em que o locutor implica o interlocutor no enunciado, indicando uma sugestão de ação.

No segmento 2, “*Por mais discreto que seja Michel Temer, notabilizado por fazer política sem alaridos, não há como o vice-presidente deixar de trabalhar na montagem de equipe e em plano de governo, com o processo de impeachment de Dilma em andamento [...]*”, o editorial caracteriza a figura de Temer, atribuindo-lhe a qualidade de “*discreto*”, de quem “*faz política sem alaridos*”.

Seguindo a investigação, sublinha-se a escolha lexical utilizada pelo locutor no segmento 3, “*Não importa que continue a ser tachado de ‘conspirador’ e ‘traidor’ pelo*

Planalto e o lulopetismo; o inimaginável é Temer assumir em pouco menos de um mês sem nomes de peso em postos-chave e sem anunciar medidas que ataquem causas centrais da enorme crise em que Lula e Dilma atolaram o Brasil. A designação “tachado”³⁰ indica a atribuição de um defeito, sugerindo que Dilma e o lulismo imputaram características inadequadas a Michel Temer. A escolha lexical dos verbos “ataquem” e “atolaram” sugere uma antipatia do locutor em relação aos representantes petistas (“atacar”³¹ representa uma ação ofensiva e “atolar”³² faz referência a afundar-se na lama).

No segmento 4, “*Na edição de ontem, O GLOBO adiantou que Michel Temer planeja, ainda em maio, encaminhar duas reformas estratégicas, da Previdência e trabalhista*”, o enunciado “ainda em maio” marca o tempo da ação, considerando que esse editorial foi publicado no dia 29 de abril de 2016 e que a presidenta Dilma Rousseff foi afastada do cargo para o julgamento do processo de impeachment somente no dia 12 de maio. Dessa forma, Michel Temer teria pouco mais de 15 dias para encaminhar as reformas, adjetivadas pelo jornal como “*estratégicas*”. Ao qualificar os arranjos previdenciário e trabalhista, o editorial expõe o seu posicionamento favorável às reformas, a fim de persuadir os interlocutores de que esse plano seria benéfico ao país.

Em 5, “*Esta [faz referência à reforma trabalhista], para que acordos firmados entre patrões e empregados, com a participação dos respectivos sindicatos, se sobreponham à CLT, tem uma lógica granítica, mas a resistência ideológica sindical e partidária sempre a combateu*”, o editorial exalta a reforma trabalhista, para que acordos entre empregadores e empregados sejam colocados acima das Leis do Trabalho (em vigor no Brasil desde 1943)³³. O texto ainda qualifica a medida como sendo lógica e consistente, demonstrando claro apoio à proposta. Nesse contexto, o “*mas*” opera como elemento que contrapõe as duas asserções (o argumento trazido pelo jornal qualifica a reforma trabalhista e os acordos entre patrões e empregados como ações sólidas, mas que, apesar dessa qualificação, não vão adiante por enfrentar a resistência dos sindicatos). O jornal também limita os sindicatos a

³⁰ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/tachado>.

³¹ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/atacar>.

³² Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/atolar>.

³³ Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm.

organizações “resistentes ideologicamente e partidários”, ignorando todas as atribuições sindicais, no que diz respeito ao mundo do trabalho e à formação social do Brasil moderno.

Nos segmentos 8, “*Um possível governo Temer defenderá o estabelecimento da idade mínima de 65 anos, sem distinção entre homens e mulheres, como condição para a aposentadoria*” e 9, “*A regra é usual no mundo, mas o Brasil mantém o sistema que permite a aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição*”, o locutor constrói um raciocínio para defender a tese favorável à reforma da Previdência. Ainda no segmento 9, o conector “mas” assinala uma asserção restritiva que relaciona duas asserções diferentes, de maneira que a segunda asserção se contraponha à primeira.

Conforme Charaudeau (1992), a restrição é expressa por meio de duas asserções, sendo uma implícita, que representa uma consequência possível da asserção de base, e uma restritiva, que substitui a conclusão esperada por uma asserção contrária. Essa categoria tem por função relacionar duas asserções com, pelo menos, um elemento constitutivo comum, conforme demonstrado no quadro 14:

Quadro 14 - A restrição no editorial “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”

A restrição
Elemento constitutivo comum: idade mínima de 65 anos, sem distinção entre homens e mulheres, como condição para a aposentadoria.
Asserção implícita: se a regra é usual no mundo, o Brasil deveria adotar a medida.
Asserção restritiva: a regra não é aplicada no Brasil.
Conclusão: o Brasil possui um sistema previdenciário antiquado.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Nos segmentos 10 e 11, o locutor segue o raciocínio em favor da reforma previdenciária e utiliza dados estatísticos para ampliar a força argumentativa dos enunciados, conforme segue: (10) “*O resultado é que, com a ampliação da expectativa de vida do brasileiro, o fato de se aposentar muito cedo no Brasil (55 anos, em média) ajuda a criar um sério e crescente desequilíbrio das contas públicas: o déficit no INSS,*

que foi de mais de R\$ 80 bilhões no ano passado, deverá ultrapassar os R\$ 120 bilhões neste” e (11) “A situação é tal que o déficit da previdência do INSS e da pública ultrapassa os 10% do PIB, muito mais que no Japão, por exemplo, com população bem mais idosa que a brasileira”.

Em 12, “*Noticia-se que o novo governo tratará também de quebrar a correia de transmissão de aumentos do salário mínimo, acima da inflação, para benefícios previdenciários e assistenciais*”, o articulador “também” assinala que há uma soma de argumentos trazidos pelo locutor. No segmento 13, “*Aí está uma das causas importantes dos enormes déficits públicos, pois, enquanto grande parcela dos gastos públicos cresce, as receitas caem, devido à recessão*”, o marcador conversacional “aí” determina uma relação de causa e consequência (os aumentos do salário mínimo acima da inflação para benefícios assistenciais são uma das causas do déficit público).

No segmento 14, “*Se assim for, será bom começo*”, o articulador “se” indica uma relação lógica de consequência, inscrita em uma relação argumentativa de causalidade implicativa (se aprovar as reformas e cortar os reajustes do salário mínimo e benefícios acima da inflação, então, Temer terá um bom começo). Em 15, numa construção fragmentada em relação ao segmento (14), “*Embora falte tratar da quebra da vinculação de 90% do Orçamento a gastos específicos*”, o locutor utiliza o articulador argumentativo de contrajunção “embora”, com a finalidade de expressar contraposição entre as asserções que vão de 12 a 15, conforme o raciocínio a seguir: se quebrar o costume de aumentar o salário mínimo e benefícios assistenciais acima da inflação (responsáveis pelo déficit), Temer terá um bom começo, mesmo que não trate da quebra de vinculação de 90% do orçamento.

Já no segmento 17, “*Pelas circunstâncias (terá pouco mais de meio mandato e sob cerrada oposição de PT e aliados), Temer contará com pouco tempo para dar certo*”, o locutor descreve o PT e aliados como os que se opõem às reformas e mudanças anunciadas por Temer. No trecho seguinte, o editorial segue depreciando Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva e PT, conforme é possível observar em 19: “*Essas mudanças cruciais são algumas que tratam de questões que estão no centro do desarranjo fiscal aprofundado pelo lulopetismo, e que naufraga o país nesta longa recessão e, na melhor das hipóteses, num extenso período posterior de também longa estagnação*”. Ocorre, aqui, a modalidade Opinião, que, conforme Charaudeau

(2008), expressa o ponto de vista do locutor, de acordo com o seu universo de crenças. O uso de termos como “desarranjo fiscal” e “naufraga” demonstra uma construção negativa da imagem do PT e de seus aliados.

Por fim, no segmento 20, “*O provável governo Temer terá de consertar o carro em movimento*”, o editorialista utiliza o verbo “terá” no futuro do presente (que indica uma ação a cumprir), para exprimir Opinião com Convicção (Charaudeau, 2008), isto é, uma modalização em que o locutor exprime certeza. O texto também traz uma figura de linguagem para se referir a um governo que já está em andamento.

Ao longo do editorial, o locutor utiliza diferentes marcas linguísticas para exaltar um possível novo governo, dirigido por Michel Temer, ao passo que desqualifica a gestão petista, proclamando a sua aversão ao partido e àquilo que o PT representa. O texto em questão também desconstrói a imagem dos sindicatos, restringindo-os a organizações ideológicas e partidárias.

4.4 Análise do editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”

O editorial intitulado “Otimismo com o novo tom do Planalto” foi veiculado pelo O Globo no dia 13 de maio de 2016, conforme o *print screen* da publicação:

Figura 12 - *Print screen* do editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”



Fonte: Acervo O Globo (2016).

Para facilitar a análise, transcreve-se o referido editorial, enumerando-se os segmentos marcados por ponto final (quadro 15):

Quadro 15 – Transcrição do editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”

(1) Otimismo com o novo tom do Planalto

(2) Dilma Rousseff deixou o Planalto, na manhã de ontem, na condição de presidente afastada por um processo de impeachment em andamento, bem ao seu estilo. (3) O momento não era mesmo ameno e para sorrisos, mas a dureza do seu pronunciamento, com a reiterada denúncia do "golpe", faz parte de sua marca registrada em cinco anos e cinco meses incompletos de poder.

(4) Esta marca tornava-se mais forte à medida que o pedido de impedimento tramitava na Câmara para desembarcar e ser admitido no Senado, enquanto a presidente e o PT convertiam o principal salão do Planalto em palanque de comícios.

(5) À tarde, o presidente em exercício Michel Temer ocupou os mesmos espaços para dar posse ao novo Ministério. (6) A cor vermelha deixou de predominar, num evento mais condizente com os ares de um palácio de governo.

(7) Temer rebate o catastrofismo de Dilma e cita reformas necessárias, para as quais é preciso trânsito no Congresso, um dos predicados do presidente em exercício.

(8) Mudou também o discurso, e para melhor. (9) Pela manhã, Dilma fez um pronunciamento agressivo, para a militância. (10) Com as ameaças importadas das campanhas eleitorais petistas: profetizou, por exemplo, o corte de programas e gastos sociais, um catastrofismo digno do marqueteiro João Santana, ainda preso em Curitiba.

(11) Temer disse que não pensava em fazer um pronunciamento mais substantivo, mas fez. (12) Deve ter mudado de ideia para responder a Dilma e ao lulopetismo, que prometem fazer uma guerra contra o seu governo. (13) O presidente em exercício foi direto ao garantir a manutenção dos programas sociais, com a citação do Bolsa Família, do Fies, do Prouni, do Pronatec e do Minha Casa Minha Vida.

(14) Ainda vice de Dilma, Temer defendeu que o Brasil precisava de quem o unificasse. (15) Passou a ser tratado como conspirador e traidor. (16) E ontem, com Dilma no Alvorada, onde aguardará o desfecho do julgamento propriamente dito do seu impedimento, Temer defendeu que é "urgente pacificar e unificar o Brasil". (17) De fato.

(18) Acenou, ainda, para reformas na legislação trabalhista e na Previdência, relacionando-as com a necessidade de o Estado poder continuar a pagar os benefícios à população e à geração de empregos. (19) Um avanço enorme, depois de 13 anos em que o PT se recusou a fazer estas e outras reformas essenciais. (20) O resultado aí está.

(21) Não faltaram referências ao grave problema do desequilíbrio fiscal, à necessidade de se melhorar o ambiente de negócios no país e à intenção de impulsionar a realização de parcerias público-privadas (PPPs), a fim de que o Estado se circunscreva a suas funções básicas (segurança, saúde, educação).

(22) Outra mudança radical em relação aos tempos de Dilma foi a maciça presença no Planalto de parlamentares, não fosse Temer um político de longa experiência no Congresso, em que presidiu a Câmara por três vezes.

(23) Também por isso o novo governo estimula o otimismo, pois, sem o apoio do Legislativo, nada poderá ser feito para sair da crise.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Ressaltamos, antes de iniciar a análise, que este editorial foi veiculado um dia após o afastamento da presidenta Dilma para o julgamento do processo de impeachment, ocorrido em 12 de maio de 2016. No mesmo dia, Michel Temer assumiu a presidência do país como interino.

De acordo com os componentes da lógica argumentativa (Charaudeau, 1992), a asserção de partida (A1), que atribui características aos seres e descreve suas ações, é expressa nesse editorial a partir da premissa de que houve uma mudança no Palácio do Planalto, com o afastamento de Dilma Rousseff e a posse interina de Michel Temer.

Já a asserção de chegada (A2), que representa a causa ou consequência de A1, é manifestada pelo argumento de que o tom do novo governo de Michel Temer estimula o otimismo. Essa asserção demonstra a conclusão ou a legitimidade do argumento defendido pelo locutor.

Para complementar a relação argumentativa desse editorial, serão apresentadas as asserções de passagem, que representam o universo de crenças de quem se enuncia. Tais crenças são compartilhadas com os interlocutores implicados no ato de comunicação, a fim de comprovar uma relação de causalidade entre A1 e A2.

Seguem as asserções de passagem construídas pelo enunciador para descrever a ex-presidenta Dilma Rousseff e o PT:

- (2) *“Dilma Rousseff deixou o Planalto, na manhã de ontem, na condição de presidente afastada por um processo de impeachment em andamento, bem ao seu estilo”;*

- (3) *“O momento não era mesmo ameno e para sorrisos, mas a dureza do seu pronunciamento, com a reiterada denúncia do ‘golpe’, faz parte de sua marca registrada em cinco anos e cinco meses incompletos de poder”;*
- (4) *“Esta marca tornava-se mais forte à medida que o pedido de impedimento tramitava na Câmara para desembarcar e ser admitido no Senado, enquanto a presidente e o PT convertiam o principal salão do Planalto em palanque de comícios”;*
- (9) *“Pela manhã, Dilma fez um pronunciamento agressivo, para a militância”;*
- (10) *“Com as ameaças importadas das campanhas eleitorais petistas: profetizou, por exemplo, o corte de programas e gastos sociais, um catastrofismo digno do marqueteiro João Santana, ainda preso em Curitiba”.*

Já as asserções de passagem que manifestam o ponto de vista do enunciador sobre Michel Temer são:

- (5) *“À tarde, o presidente em exercício Michel Temer ocupou os mesmos espaços para dar posse ao novo Ministério”;*
- (6) *“A cor vermelha deixou de predominar, num evento mais condizente com os ares de um palácio de governo”;*
- (7) *“Temer rebate o catastrofismo de Dilma e cita reformas necessárias, para as quais é preciso trânsito no Congresso, um dos predicados do presidente em exercício”;*
- (8) *“Mudou também o discurso, e para melhor”,*
- (11) *“Temer disse que não pensava em fazer um pronunciamento mais substantivo, mas fez”;*
- (12) *“Deve ter mudado de ideia para responder a Dilma e ao lulopetismo, que prometem fazer uma guerra contra o seu governo”;*
- (13) *“O presidente em exercício foi direto ao garantir a manutenção dos programas sociais, com a citação do Bolsa Família, do Fies, do Prouni, do Pronatec e do Minha Casa Minha Vida”,*
- (14) *“Ainda vice de Dilma, Temer defendeu que o Brasil precisava de quem o unificasse”,*

- (15) *“Passou a ser tratado como conspirador e traidor”;*
- (16) *“E ontem, com Dilma no Alvorada, onde aguardará o desfecho do julgamento propriamente dito do seu impedimento, Temer defendeu que é ‘urgente pacificar e unificar o Brasil’”;*
- (18) *“Acenou, ainda, para reformas na legislação trabalhista e na Previdência, relacionando-as com a necessidade de o Estado poder continuar a pagar os benefícios à população e à geração de empregos”;*
- (19) *“Um avanço enorme, depois de 13 anos em que o PT se recusou a fazer estas e outras reformas essenciais”;*
- (21) *“Não faltaram referências ao grave problema do desequilíbrio fiscal, à necessidade de se melhorar o ambiente de negócios no país e à intenção de impulsionar a realização de parcerias público-privadas (PPPs), a fim de que o Estado se circunscreva a suas funções básicas (segurança, saúde, educação)”;*
- (22) *“Outra mudança radical em relação aos tempos de Dilma foi a maciça presença no Planalto de parlamentares, não fosse Temer um político de longa experiência no Congresso, em que presidiu a Câmara por três vezes”;*
- (23) *“Também por isso o novo governo estimula o otimismo, pois, sem o apoio do Legislativo, nada poderá ser feito para sair da crise”.*

Para explicitar a relação argumentativa do editorial analisado, apresentam-se os quadros 16 e 17:

Quadro 16 - A asserção de partida e a asserção de chegada do editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”

Asserção de partida (Dado / Premissa / A1)	Asserção de chegada (Conclusão / A2)
Otimismo com o novo tom do planalto.	O novo governo Temer estimula o otimismo.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Quadro 17 – As asserções de passagem do editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”

Asserções de passagem	
Dilma Rousseff	Michel Temer
(2) Dilma Rousseff deixou o Planalto, na manhã de ontem, na condição de presidente afastada por um processo de impeachment em andamento, bem ao seu estilo.	(5) À tarde, o presidente em exercício Michel Temer ocupou os mesmos espaços para dar posse ao novo Ministério.
(3) O momento não era mesmo ameno e para sorrisos, mas a dureza do seu pronunciamento, com a reiterada denúncia do ‘golpe’, faz parte de sua marca registrada em cinco anos e cinco meses incompletos de poder.	(6) A cor vermelha deixou de predominar, num evento mais condizente com os ares de um palácio de governo.
(4) Esta marca tornava-se mais forte à medida que o pedido de impedimento tramitava na Câmara para desembarcar e ser admitido no Senado, enquanto a presidente e o PT convertiam o principal salão do Planalto em palanque de comícios”.	(7) Temer rebate o catastrofismo de Dilma e cita reformas necessárias, para as quais é preciso trânsito no Congresso, um dos predicados do presidente em exercício.
(9) Pela manhã, Dilma fez um pronunciamento agressivo, para a militância.	(8) Mudou também o discurso, e para melhor.
(10) Com as ameaças importadas das campanhas eleitorais petistas: profetizou, por exemplo, o corte de programas e gastos sociais, um catastrofismo digno do marqueteiro João Santana, ainda preso em Curitiba.	(11) Temer disse que não pensava em fazer um pronunciamento mais substantivo, mas fez.
	(12) Deve ter mudado de ideia para responder a Dilma e ao lulopetismo, que prometem fazer uma guerra contra o seu governo.
	(13) O presidente em exercício foi direto ao garantir a manutenção dos programas sociais, com a citação do Bolsa Família, do Fies, do Pronuni, do Pronatec e do Minha Casa Minha Vida.
	(14) Ainda vice de Dilma, Temer defendeu que o Brasil precisava de quem o unificasse.

	(15) Passou a ser tratado como conspirador e traidor.
	(16) E ontem, com Dilma no Alvorada, onde aguardará o desfecho do julgamento propriamente dito do seu impedimento, Temer defendeu que é "urgente pacificar e unificar o Brasil".
	(18) Acenou, ainda, para reformas na legislação trabalhista e na Previdência, relacionando-as com a necessidade de o Estado poder continuar a pagar os benefícios à população e à geração de empregos.
	(19) Um avanço enorme, depois de 13 anos em que o PT se recusou a fazer estas e outras reformas essenciais.
	(21) Não faltaram referências ao grave problema do desequilíbrio fiscal, à necessidade de se melhorar o ambiente de negócios no país e à intenção de impulsionar a realização de parcerias público-privadas (PPPs), a fim de que o Estado se circunscreva a suas funções básicas (segurança, saúde, educação).
	(22) Outra mudança radical em relação aos tempos de Dilma foi a maciça presença no Planalto de parlamentares, não fosse Temer um político de longa experiência no Congresso, em que presidiu a Câmara por três vezes.
	(23) Também por isso o novo governo estimula o otimismo, pois, sem o apoio do Legislativo, nada poderá ser feito para sair da crise.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

De acordo com os componentes da lógica argumentativa, o editorial indica uma construção positiva da imagem de Michel Temer, ao mesmo tempo em que desconstrói a figura de Dilma Rousseff, conforme os diferentes argumentos listados no quadro 17. As asserções de passagem evidenciam, de forma explícita, a tese defendida pelo editorialista, para demonstrar que a posse interina de Michel Temer

trouxe otimismo para o país. Por meio do discurso, o locutor emprega argumentos para fundamentar a sua proposta de mundo, expressando o ponto de vista de quem escreve.

No que diz respeito à estrutura argumentativa do editorial, o segmento 2 retrata a ex-presidenta e sua saída do governo federal: “*Dilma Rousseff deixou o Planalto, na manhã de ontem, na condição de presidente afastada por um processo de impeachment em andamento, bem ao seu estilo”.* Nesse trecho, tem-se a descrição do fato, marcado temporalmente no tempo e no espaço (na manhã de ontem). Em “bem ao seu estilo”, o editorialista não explicita como é Dilma Rousseff, evocando o conhecimento de mundo dos interlocutores a respeito da presidenta, por intermédio de uma inferência. Esta, segundo Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 276), é utilizada para “[...] tentar dar conta das operações que permitem extrair sentido implícito dos atos de discurso, aquele sentido que é produzido pelo sujeito falante, e reconstruído (ou construído) pelo destinatário”.

No segmento 3, “*O momento não era mesmo ameno e para sorrisos, mas a dureza do seu pronunciamento, com a reiterada denúncia do ‘golpe’, faz parte de sua marca registrada em cinco anos e cinco meses incompletos de poder*”, o conector “mas” assinala uma asserção restritiva (Charaudeau, 1992), que relaciona duas asserções diferentes com, pelo menos, um elemento constitutivo em comum, de maneira que uma negue a outra. No segmento analisado, a segunda asserção nega a primeira. Ao afirmar que Dilma deixou o governo “bem ao seu estilo” e que “o momento não era ameno e para sorrisos”, o editorialista sugere que, em função do processo de *impeachment*, o estilo da presidenta não era ameno e para sorrisos. Entretanto, com o articulador “mas”, o locutor explica que a dureza do pronunciamento de Dilma faz parte de sua marca registrada durante todo o período em que governou, ou seja, não se trata de uma característica temporária, conforme demonstrado no quadro 18:

Quadro 18 - A restrição I no editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”

A restrição
Elemento constitutivo comum: o comportamento da ex-presidenta Dilma.
Asserção implícita: O pronunciamento não ameno (duro) e sem sorrisos poderia ser apenas momentâneo, tendo em vista seu afastamento por um processo de impeachment [<i>“o momento não era mesmo ameno e para sorrisos”</i>].
Asserção restritiva: Ser dura e não sorrir são características permanentes [<i>“são sua marca registrada em cinco anos e cinco meses incompletos de poder”</i>].
Conclusão: Ser dura e não sorrir fazem parte de seu estilo.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

O quadro 18 expressa, portanto, uma caracterização negativa e permanente do comportamento de Dilma Rousseff.

A desqualificação da presidenta manifesta-se, também, no segmento 4: *“Esta marca tornava-se mais forte à medida que o pedido de impedimento tramitava na Câmara para desembarcar e ser admitido no Senado, enquanto a presidente e o PT convertiam o principal salão do Planalto em palanque de comícios”*. O enunciado “esta marca” retoma a asserção anterior, caracterizando uma anáfora (a dureza do pronunciamento de Dilma Rousseff e a denúncia de ‘golpe’, fazem parte de sua marca registrada em cinco anos e cinco meses incompletos de poder). O articulador “à medida que” indica tempo progressivo (KOCH & ELIAS, 2016), isto é, conforme o processo para a destituição de Dilma Rousseff transcorria no Congresso, o seu comportamento mostrava-se mais forte. Já o articulador “enquanto” foi utilizado para relatar uma temporalidade simultânea (KOCH & ELIAS, 2016) entre a tramitação do processo de *impeachment* no Legislativo e os discursos da presidenta Dilma, definidos pelo editorialista como “comícios”. O verbo “convertiam” assevera que Dilma e o PT transformaram o principal Salão do Planalto em um “palanque de comícios”, de maneira a depreciar as alegações da presidenta e do PT naquele período.

Nos segmentos de 5 a 10, o locutor constrói um raciocínio de causa e consequência, com a finalidade de legitimar a proposta de que o novo governo Temer era otimista. Em 6, *“A cor vermelha deixou de predominar, num evento mais condizente com os ares de um palácio de governo”*, o locutor faz referência à cor

vermelha, que simboliza o PT, alegando que, sem o partido no Planalto, a aparência do local condiz com um palácio de governo. No segmento 7, “*Temer rebate o catastrofismo de Dilma e cita reformas necessárias, para as quais é preciso trânsito no Congresso, um dos predicados do presidente em exercício”*, o enunciado “rebate o catastrofismo de Dilma” indica que Michel Temer rechaça atitudes temerosas da ex-presidenta, retratando-a como dramática. O texto também exalta a figura de Temer ao mencionar, como uma de suas qualidades, a boa relação com parlamentares do Congresso. Em 8, “*Mudou também o discurso, e para melhor”*, o “também” indica uma soma de argumentos utilizados pelo locutor, enquanto o enunciando “para melhor” qualifica o discurso de Temer como sendo superior ao da ex-presidenta.

No segmento 9, “*Pela manhã, Dilma fez um pronunciamento agressivo, para a militância”*, o verbo “fez”, no pretérito perfeito, explicita uma ação realizada, qualificada pelo editorialista como “pronunciamento agressivo, para a militância”. Trata-se de uma asserção de opinião, que exprime um fato de acordo com o ponto de vista do locutor, para representar o discurso de Dilma como sendo dirigido somente a filiados e eleitores do partido. Em 10, “*Com as ameaças importadas das campanhas eleitorais petistas: profetizou, por exemplo, o corte de programas e gastos sociais, um catastrofismo digno do marqueteiro João Santana, ainda preso em Curitiba”*, o locutor deprecia o pronunciamento da presidenta, qualificando-o como um discurso ameaçador, proveniente das campanhas eleitorais petistas, como se a ameaça fosse característica permanente nas campanhas do partido. O verbo “profetizou” (que simboliza predizer o futuro, por um dom especial ou por inspiração divina) aponta para um tom pejorativo do locutor em relação à figura da presidenta. Agora, o editorialista direciona a definição “catastrofismo” para João Santana, marqueteiro da campanha de Dilma, como se os discursos proferidos pelo partido fossem alarmistas (em referência à fala sobre corte em programas sociais, com o afastamento da presidenta). Nesse segmento, verifica-se um forte posicionamento contrário à Dilma Rousseff e ao PT, com a manifestação explícita da opinião do locutor.

De 11 a 20, o editorialista expõe argumentos para legitimar o apoio ao impeachment e à figura de Michel Temer, conforme os segmentos a seguir. Em 11, “*Temer disse que não pensava em fazer um pronunciamento mais substantivo, mas fez”*, o conector “mas” expressa uma restrição, na qual duas asserções distintas estão relacionadas por uma simples negação, de acordo com o quadro 19:

Quadro 19 - A restrição II no editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”

A restrição
Elemento constitutivo comum: o pronunciamento de Temer.
Asserção implícita: o pronunciamento de Temer foi superior ao de Dilma.
Asserção restritiva: Temer fez um pronunciamento mais substantivo.
Conclusão: o discurso de Temer foi uma resposta ao PT e à Dilma, que alertava para a descontinuidade dos programas sociais.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

No segmento analisado, a segunda asserção nega a primeira com a ajuda de um termo contrário (“Temer não pensava em fazer um pronunciamento mais significativo, mas fez”). Ao comparar os dois pronunciamentos, o locutor ressalta o discurso de Michel Temer, qualificando-o como substancial, ao mesmo tempo em que reprova a fala de Dilma Rousseff. O verbo fazer, no pretérito perfeito do indicativo, certifica que a ação foi realizada.

Já em 12, “*Deve ter mudado de ideia para responder a Dilma e ao lulopetismo, que prometem fazer uma guerra contra o seu governo*”, o locutor relaciona o pronunciamento de Temer a uma possível resposta à Dilma Rousseff e ao PT que, segundo o editorial, prometem fazer dura oposição ao presidente interino. O enunciado “guerra”³⁴ assinala oposição ou hostilidade constante e apela para um estado de tensão.

No segmento 13, “*O presidente em exercício foi direto ao garantir a manutenção dos programas sociais, com a citação do Bolsa Família, do Fies, do Prouni, do Pronatec e do Minha Casa Minha Vida*”, o locutor determina uma Asserção de Confirmação, em que declara o fato como verdadeiro, a fim de manifestar o posicionamento de Temer em relação aos programas sociais.

No segmento 14, “*Ainda vice de Dilma, Temer defendeu que o Brasil precisava de quem o unificasse*”, o enunciado “ainda” indica o tempo da ação, para mostrar que antes mesmo de assumir o governo como interino, Michel Temer preocupava-se em

³⁴ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/guerra>.

unificar o país. Já em 15, “*Passou a ser tratado como conspirador e traidor”, o editorialista revela claramente a categoria modal de Opinião, para explicitar a posição que o fato, ou seja, a defesa de Temer, ocupa em seu universo de crenças.*

Em 16, “*E ontem, com Dilma no Alvorada, onde aguardará o desfecho do julgamento propriamente dito do seu impedimento, Temer defendeu que é ‘urgente pacificar e unificar o Brasil’*” o “ontem” marca a sequência temporal do fato (lembrando que esse editorial foi publicado um dia após o afastamento da presidenta para julgamento do processo de *impeachment*). O verbo “defendeu”, no contexto político, expressa advogar em favor de algo, no caso, em benefício da pacificação e unificação do país. Já no segmento 17, a expressão “*De fato*” assinala concordância com o enunciado anterior.

No segmento 18, “*Acenou, ainda, para reformas na legislação trabalhista e na Previdência, relacionando-as com a necessidade de o Estado poder continuar a pagar os benefícios à população e à geração de empregos*”, o operador “ainda” assinala que outras ações foram propostas por Temer. Em 19, “*Um avanço enorme, depois de 13 anos em que o PT se recusou a fazer estas e outras reformas essenciais*”, o locutor revela a categoria Opinião ao se referir às ações inscritas no segmento anterior. Em 20, “*O resultado aí está*”, o marcador discursivo “aí” atua como um continuador (KOCH & ELIAS, 2016), responsável pela união dos enunciados.

De 21 a 23, o locutor tenta provar a tese defendida nesse editorial, de que o novo governo estimula o otimismo, conforme segue: (21) “*Não faltaram referências ao grave problema do desequilíbrio fiscal, à necessidade de se melhorar o ambiente de negócios no país e à intenção de impulsionar a realização de parcerias público-privadas (PPPs), a fim de que o Estado se circunscreva a suas funções básicas (segurança, saúde, educação)*”; (22) “*Outra mudança radical em relação aos tempos de Dilma foi a maciça presença no Planalto de parlamentares, não fosse Temer um político de longa experiência no Congresso, em que presidiu a Câmara por três vezes*”; (23) “*Também por isso o novo governo estimula o otimismo, pois, sem o apoio do Legislativo, nada poderá ser feito para sair da crise*”. No último segmento (23), o articulador “também” representa uma soma de argumentos utilizados anteriormente pelo locutor, ao passo que o conector “pois” assinala uma justificativa.

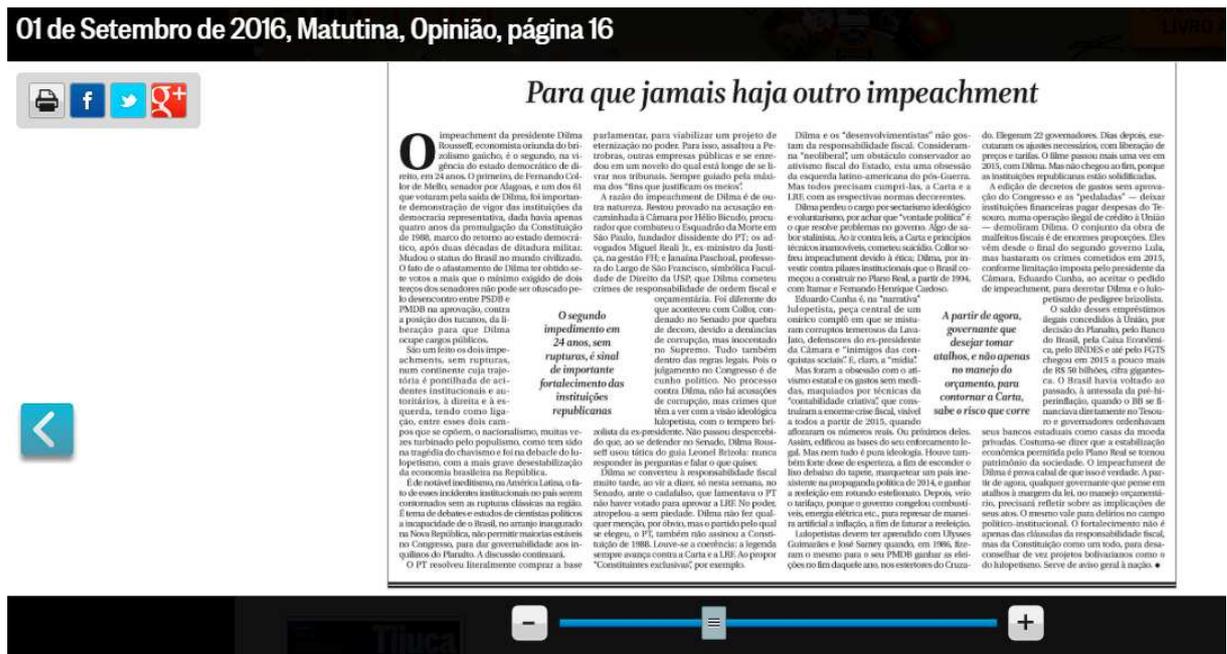
No decorrer do editorial, o locutor emprega diversos operadores e marcadores argumentativos para aclamar o novo governo de Michel Temer, ao mesmo tempo que

desqualifica a gestão de Dilma Rousseff e o PT, caracterizando negativamente esse grupo social. Destaca-se, nesse texto, a ocorrência de inúmeras asserções que correspondem à opinião, da modalidade delocutiva, revelando o ponto de vista explícito do editorialista, favorável a Michel Temer.

4.5 Análise de editorial “Para que jamais haja outro impeachment”

O editorial intitulado “Para que jamais haja outro *impeachment*” foi veiculado pelo O Globo no dia 01 de setembro de 2016, conforme o *print screen* da publicação:

Figura 13 - *Print screen* do editorial “Para que jamais haja outro impeachment”



Fonte: Acervo O Globo (2016).

Para facilitar o acompanhamento da análise, transcreve-se o editorial, enumerando-se os segmentos marcados por ponto final, de acordo com o quadro 20:

Quadro 20 – Transcrição do editorial “Para que jamais haja outro impeachment”

(1) Para que jamais haja outro impeachment

(2) O impeachment da presidente Dilma Rousseff, economista oriunda do brizolismo gaúcho, é o segundo, na vigência do estado democrático de direito, em 24 anos. (3) O primeiro, de Fernando Collor de Mello, senador por Alagoas, e um dos 61 que votaram pela saída de Dilma, foi importante demonstração de vigor das instituições da democracia representativa, dada havia apenas quatro anos da promulgação da Constituição de 1988, marco do retorno ao estado democrático, após duas décadas de ditadura militar. (4) Mudou o status do Brasil no mundo civilizado. (5) O fato de o afastamento de Dilma ter obtido sete votos a mais que o mínimo exigido de dois terços dos senadores não pode ser ofuscado pelo desencontro entre PSDB e PMDB na aprovação, contra a posição dos tucanos, da liberação para que Dilma ocupe cargos públicos.

(6) O segundo impedimento em 24 anos, sem rupturas, é sinal de importante fortalecimento das instituições republicanas.

(7) São um feito, os dois impeachments, sem rupturas, num continente cuja trajetória é pontilhada de acidentes institucionais e autoritários, à direita e à esquerda, tendo como ligação, entre esses dois campos que se opõem, o nacionalismo, muitas vezes turbinado pelo populismo, como tem sido na tragédia do chavismo e foi na debacle do lulopetismo, com a mais grave desestabilização da economia brasileira na República.

(8) É de notável ineditismo, na América Latina, o fato de esses incidentes institucionais no país serem contornados sem as rupturas clássicas na região.

(9) É tema de debates e estudos de cientistas políticos a incapacidade de o Brasil, no arranjo inaugurado na Nova República, não permitir maiorias estáveis no Congresso, para dar governabilidade aos inquilinos do Planalto.

(10) A discussão continuará. (11) O PT resolveu literalmente comprar a base parlamentar, para viabilizar um projeto de eternização no poder. (12) Para isso, assaltou a Petrobras, outras empresas públicas e se enredou em um novelo do qual está longe de se livrar nos tribunais. (13) Sempre guiado pela máxima dos "fins que justificam os meios".

(14) A razão do impeachment de Dilma é de outra natureza. (15) Restou provado na acusação encaminhada à Câmara por Hélio Bicudo, procurador que combateu o Esquadrão da Morte em São Paulo, fundador dissidente do PT; os advogados Miguel Reali Jr., ex-ministro da Justiça, na gestão FH; e Janaína Paschoal, professora do Largo de São Francisco, simbólica Faculdade de Direito da USP, que Dilma cometeu crimes de responsabilidade de ordem fiscal e orçamentária. (16) Foi diferente do que aconteceu com Collor, condenado no Senado por quebra de decoro, devido a denúncias de corrupção, mas inocentado no Supremo. (17) Tudo também dentro das regras legais. (18) Pois o julgamento no Congresso é de cunho político. (19) No processo contra Dilma, não há acusações de corrupção, mas crimes que têm a ver com a visão ideológica lulopetista, com o tempero brizolista da ex-presidente. (20) Não passou despercebido que, ao se defender no Senado, Dilma Rousseff usou tática do guia Leonel Brizola: nunca responder às perguntas e falar o que quiser.

(21) Dilma se converteu à responsabilidade fiscal muito tarde, ao vir a dizer, só nesta semana, no Senado, ante o cadafalso, que lamentava o PT não haver

votado para aprovar a LRF. (22) No poder, atropelou-a sem piedade. (23) Dilma não fez qualquer menção, por óbvio, mas o partido pelo qual se elegeu, o PT, também não assinou a Constituição de 1988. (24) Louve-se a coerência: a legenda sempre avança contra a Carta e a LRF. (25) Ao propor "Constituintes exclusivas", por exemplo.

(26) Dilma e os "desenvolvimentistas" não gostam da responsabilidade fiscal. (27) Consideram-na "neoliberal", um obstáculo conservador ao ativismo fiscal do Estado, esta uma obsessão da esquerda latino-americana do pós-Guerra. (28) Mas todos precisam cumpri-las, a Carta e a LRF, com as respectivas normas decorrentes.

(29) Dilma perdeu o cargo por sectarismo ideológico e voluntarismo, por achar que "vontade política" é o que resolve problemas no governo. (30) Algo de sabor stalinista. (31) Ao ir contra leis, a Carta e princípios técnicos inamovíveis, cometeu suicídio. (32) Collor sofreu impeachment devido à ética: Dilma, por investir contra pilares institucionais que o Brasil começou a construir no Plano Real, a partir de 1994, com Itamar e Fernando Henrique Cardoso.

(33) Eduardo Cunha é, na "narrativa" lulopetista, peça central de um onírico complô em que se misturam corruptos temerosos da lava-Jato, defensores do ex-presidente da Câmara e "inimigos das conquistas sociais". (34) E, claro, a "mídia".

(35) Mas foram a obsessão com o ativismo estatal e os gastos sem medidas, maquiados por técnicas da "contabilidade criativa", que construíram a enorme crise fiscal, visível a todos a partir de 2015, quando afloraram os números reais. (36) Ou próximo deles. (37) Assim, edificou as bases do seu enforcamento legal. (38) Mas nem tudo é pura ideologia. (39) Houve também forte dose de esperteza, a fim de esconder o lixo debaixo do tapete, marquetear um país inexistente na propaganda política de 2014, e ganhar a reeleição em rotundo estelionato. (40) Depois, veio o tarifaço, porque o governo congelou combustíveis, energia elétrica etc., para represar de maneira artificial a inflação, a fim de faturar a reeleição.

(41) Lulopetistas devem ter aprendido com Ulysses Guimarães e José Sarney quando, em 1986, fizeram o mesmo para o seu PMDB ganhar as eleições no fim daquele ano, nos estertores do Cruzado. (42) Elegeram 22 governadores. (43) Dias depois, executaram os ajustes necessários, com liberação de preços e tarifas. (44) O filme passou mais uma vez em 2015, com Dilma. (45) Mas não chegou ao fim, porque as instituições republicanas estão solidificadas.

(46) A partir de agora, governante que desejar tomar atalhos, e não apenas no manejo do orçamento, para contornar a Carta, sabe o risco que corre.

(47) A edição de decretos de gastos sem aprovação no Congresso e as "pedaladas" - deixar instituições financeiras pagar despesas do Tesouro, numa operação ilegal de crédito à União - demoliram Dilma. (48) O conjunto da obra de malfeitos fiscais é de enormes proporções. (49) Eles vêm desde o final do segundo governo Lula, mas bastaram os crimes cometidos em 2015, conforme limitação imposta pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao aceitar o pedido de impeachment, para derrotar Dilma e o lulopetismo de pedigree brizolista.

(50) O saldo desses empréstimos ilegais concedidos à União, por decisão do Planalto, pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica, pelo BNDES e até pelo FGTS chegou em 2015 a pouco mais de R\$ 50 bilhões, cifra gigantesca. (51)

O Brasil havia voltado ao passado, à antessala da pré-hiperinflação, quando o BB se financiava diretamente no Tesouro e governadores ordenavam seus bancos estaduais como casas da moeda privadas. (52) Costuma-se dizer que a estabilização econômica permitida pelo Plano Real se tornou patrimônio da sociedade. (53) O impeachment de Dilma é prova cabal de que isso é verdade. (54) A partir de agora, qualquer governante que pense em atalhos à margem da lei, no manejo orçamentário, precisará refletir sobre a implicação de seus atos. (55) O mesmo vale para delírios no campo político-institucional. (56) O fortalecimento não é apenas das cláusulas de responsabilidade fiscal, mas da Constituição como um todo, para desaconselhar de vez projetos bolivarianos como o do lulopetismo. (57) Serve de aviso geral à nação.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Antes de iniciar à análise, destaca-se que esse editorial foi publicado um dia após a destituição da presidenta Dilma Rousseff³⁵, após seis dias de julgamento no Senado. Reitera-se que, apesar de sofrer o *impeachment*, a ex-mandatária não perdeu seus direitos políticos, sendo possível assumir qualquer função na administração pública. Ao comparar a destituição de Dilma com a de Fernando Collor de Mello (segmentos 2 e 3), o locutor coloca os dois impedimentos em relação de igualdade, sem mencionar o importante fato de que, em 1992, o autointitulado “caçador de marajás” teve seus direitos políticos cassados³⁶, o que o tornou inelegível por oito anos.

Seguindo os componentes da lógica argumentativa (Charaudeau, 2008), a asserção de partida A1, que constitui uma posição sobre o mundo, é manifestada no editorial a partir da proposição de que o impeachment de Dilma Rousseff “foi importante demonstração de vigor das instituições da democracia representativa”.

O seguinte elemento que constitui essa lógica é a asserção de chegada (A2), a qual justifica a causa ou consequência de A1. Nesse caso, A2 é representada pelo argumento de que o impeachment de Dilma serve de exemplo aos que têm projetos “bolivarianos”.

³⁵ Disponível em: <<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dilma-rousseff-perde-o-mandato-de-presidente-da-republica-mas-mantem-direitos-politicos>>>.

³⁶ Disponível em: <<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment>>>.

Para integrar essa relação argumentativa, o locutor compartilha, no texto, o seu universo de crenças sobre o impeachment e tenta estabelecer uma relação de causalidade entre A1 e A2, denominada como asserções de passagem (Charaudeau, 2008). Essa construção manifesta o ponto de vista de quem escreve, para que os interlocutores do editorial aceitem a proposta apresentada pelo jornal. Destacam-se, a seguir, as asserções de passagem que provam a tese defendida pelo editorial, no que diz respeito à destituição da ex-presidenta Dilma:

- (2) *“O impeachment da presidente Dilma Rousseff, economista oriunda do brizolismo gaúcho, é o segundo, na vigência do estado democrático de direito, em 24 anos”;*
- (4) *“Mudou o status do Brasil no mundo civilizado”;*
- (6) *“O segundo impedimento em 24 anos, sem rupturas, é sinal de importante fortalecimento das instituições republicanas”;*
- (7) *“São um feito, os dois impeachments, sem rupturas, num continente cuja trajetória é pontilhada de acidentes institucionais e autoritários, à direita e à esquerda, tendo como ligação, entre esses dois campos que se opõem, o nacionalismo, muitas vezes turbinado pelo populismo, como tem sido na tragédia do chavismo e foi na debacle do lulopetismo, com a mais grave desestabilização da economia brasileira na República”;*
- (15) *“Restou provado na acusação encaminhada à Câmara por Hélio Bicudo, procurador que combateu o Esquadrão da Morte em São Paulo, fundador dissidente do PT; os advogados Miguel Reali Jr., ex-ministro da Justiça, na gestão FH; e Janaína Paschoal, professora do Largo de São Francisco, simbólica Faculdade de Direito da USP, que Dilma cometeu crimes de responsabilidade de ordem fiscal e orçamentária”;*
- (16) *“Foi diferente do que aconteceu com Collor, condenado no Senado por quebra de decoro, devido a denúncias de corrupção, mas inocentado no Supremo”;*
- (17) *“Tudo também dentro das regras legais”;*
- (19) *“No processo contra Dilma, não há acusações de corrupção, mas crimes que têm a ver com a visão ideológica lulopetista, com o tempero brizolista da ex-presidente”;*

- (21) *“Dilma se converteu à responsabilidade fiscal muito tarde, ao vir a dizer, só nesta semana, no Senado, ante o cadafalso, que lamentava o PT não haver votado para aprovar a LRF”;*
- (22) *“No poder, atropelou-a sem piedade”;*
- (26) *“Dilma e os “desenvolvimentistas” não gostam da responsabilidade fiscal”;*
- (27) *“Consideram-na “neoliberal”, um obstáculo conservador ao ativismo fiscal do Estado, esta uma obsessão da esquerda latino-americana do pós-Guerra”;*
- (29) *“Dilma perdeu o cargo por sectarismo ideológico e voluntarismo, por achar que ‘vontade política’ é o que resolve problemas no governo”;*
- (30) *“Algo de sabor stalinista”;*
- (31) *“Ao ir contra leis, a Carta e princípios técnicos inamovíveis, cometeu suicídio”;*
- (32) *“Collor sofreu impeachment devido à ética: Dilma, por investir contra pilares institucionais que o Brasil começou a construir no Plano Real, a partir de 1994, com Itamar e Fernando Henrique Cardoso”;*
- (37) *“Assim, edificou as bases do seu enforcamento legal”.*
- (39) *“Houve também forte dose de esperteza, a fim de esconder o lixo debaixo do tapete, marquetear um país inexistente na propaganda política de 2014, e ganhar a reeleição em rotundo estelionato”;*
- (47) *“A edição de decretos de gastos sem aprovação no Congresso e as ‘pedaladas’ - deixar instituições financeiras pagar despesas do Tesouro, numa operação ilegal de crédito à União - demoliram Dilma”;*
- (48) *“O conjunto da obra de malfeitos fiscais é de enormes proporções”;*
- (49) *“Eles vêm desde o final do segundo governo Lula, mas bastaram os crimes cometidos em 2015, conforme limitação imposta pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao aceitar o pedido de impeachment, para derrotar Dilma e o lulopetismo de pedigree brizolista”;*

- (56) “O fortalecimento não é apenas das cláusulas de responsabilidade fiscal, mas da Constituição como um todo, para desaconselhar de vez projetos bolivarianos como o do lulopetismo”.

Para demonstrar a relação argumentativa desse editorial, apresentam-se os quadros 21 e 22:

Quadro 21 - A asserção de partida e a asserção de chegada do editorial “Para que jamais haja outro impeachment”

Asserção de partida (Dado / Premissa / A1)	Asserção de chegada (Conclusão / A2)
O impeachment de Dilma Rousseff representa o fortalecimento das instituições republicanas.	O impeachment de Dilma Rousseff serve de exemplo aos que têm projetos “bolivarianos”.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Quadro 22 – As asserções de passagem do editorial “Para que jamais haja outro impeachment”

Asserções de passagem Impeachment da presidenta Dilma Rousseff
(2) “O impeachment da presidente Dilma Rousseff, economista oriunda do brizolismo gaúcho, é o segundo, na vigência do estado democrático de direito, em 24 anos”.
(4) “Mudou o status do Brasil no mundo civilizado”.
(6) “O segundo impedimento em 24 anos, sem rupturas, é sinal de importante fortalecimento das instituições republicanas”
(7) “São um feito, os dois impeachments, sem rupturas, num continente cuja trajetória é pontilhada de acidentes institucionais e autoritários, à direita e à esquerda, tendo como ligação, entre esses dois campos que se opõem, o nacionalismo, muitas vezes turbinado pelo populismo, como tem sido na tragédia do chavismo e foi na debacle do lulopetismo, com a mais grave desestabilização da economia brasileira na República”.

(15) “Restou provado na acusação encaminhada à Câmara por Hélio Bicudo, procurador que combateu o Esquadrão da Morte em São Paulo, fundador dissidente do PT; os advogados Miguel Reali Jr., ex-ministro da Justiça, na gestão FH; e Janaína Paschoal, professora do Largo de São Francisco, simbólica Faculdade de Direito da USP, que Dilma cometeu crimes de responsabilidade de ordem fiscal e orçamentária”.
(16) “Foi diferente do que aconteceu com Collor, condenado no Senado por quebra de decoro, devido a denúncias de corrupção, mas inocentado no Supremo”.
(17) “Tudo também dentro das regras legais”.
(19) No processo contra Dilma, não há acusações de corrupção, mas crimes que têm a ver com a visão ideológica lulopetista, com o tempero brizolista da ex-presidente.
(21) Dilma se converteu à responsabilidade fiscal muito tarde, ao vir a dizer, só nesta semana, no Senado, ante o cadafalso, que lamentava o PT não haver votado para aprovar a LRF.
(22) No poder, atropelou-a sem piedade.
(26) Dilma e os "desenvolvimentistas" não gostam da responsabilidade fiscal.
(27) Consideram-na "neoliberal", um obstáculo conservador ao ativismo fiscal do Estado, esta uma obsessão da esquerda latino-americana do pós-Guerra.
(29) Dilma perdeu o cargo por sectarismo ideológico e voluntarismo, por achar que "vontade política" é o que resolve problemas no governo.
(30) Algo de sabor stalinista.
(31) Ao ir contra leis, a Carta e princípios técnicos inamovíveis, cometeu suicídio.
(32) “Collor sofreu impeachment devido à ética: Dilma, por investir contra pilares institucionais que o Brasil começou a construir no Plano Real, a partir de 1994, com Itamar e Fernando Henrique Cardoso”.
(37) “Assim, edificou as bases do seu enforcamento legal”.
(39) Houve também forte dose de esperteza, a fim de esconder o lixo debaixo do tapete, marquetear um país inexistente na propaganda política de 2014, e ganhar a reeleição em rotundo estelionato.
(47) A edição de decretos de gastos sem aprovação no Congresso e as "pedaladas" - deixar instituições financeiras pagar despesas do Tesouro, numa operação ilegal de crédito à União - demoliram Dilma.
(48) O conjunto da obra de malfeitos fiscais é de enormes proporções.

(49) Eles vêm desde o final do segundo governo Lula, mas bastaram os crimes cometidos em 2015, conforme limitação imposta pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao aceitar o pedido de impeachment, para derrotar Dilma e o lulopetismo de pedigree brizolista.

56) O fortalecimento não é apenas das cláusulas de responsabilidade fiscal, mas da Constituição como um todo, para desaconselhar de vez projetos bolivarianos como o do lulopetismo.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Segundo o modelo da lógica argumentativa postulado por Charaudeau (2008), o editorial em questão revela uma composição desfavorável à presidenta Dilma Rousseff e ao PT, ao passo que aponta para uma apreciação favorável ao *impeachment*, de acordo com os argumentos trazidos no quadro 20. As asserções de passagem tornam evidente a premissa apresentada pelo locutor, para ratificar a destituição da ex-presidenta, associando-a ao fortalecimento das instituições republicanas.

No que diz respeito à caracterização de Dilma Rousseff pelo editorialista, salienta-se o segmento 2, *“O impeachment da presidente Dilma Rousseff, economista oriunda do brizolismo gaúcho, é o segundo, na vigência do estado democrático de direito, em 24 anos”*, que relaciona a ex-presidenta (economista de formação) com o representante pedetista Leonel de Moura Brizola, ex-governador dos estados do Rio Grande do Sul (1959-1963) e do Rio de Janeiro (1983-1987 e de 1991-1994). Com um discurso nacionalista, Brizola se dirigia às massas e propunha, entre outras ações, iniciativas assistenciais aos menos favorecidos, conforme conceito desenvolvido pelo professor e cientista político, João Trajano Sento-Sé³⁷.

Na sequência, o editorial compara a destituição de Dilma Rousseff com o impeachment de Fernando Collor de Mello, conforme o segmento 3: *“O primeiro, de Fernando Collor de Mello, senador por Alagoas, e um dos 61 que votaram pela saída de Dilma, foi importante demonstração de vigor das instituições da democracia representativa, dada havia apenas quatro anos da promulgação da Constituição de 1988, marco do retorno ao estado democrático, após duas décadas de ditadura militar”*. Reitera-se a observação feita no início desta análise, de que o texto, ao

³⁷ Disponível em:

https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b56e986db43e1a02f3edd/1462458090415/06_Sento-Se%2C+Joao+Trajano.pdf.

comparar os dois processos, não informa que Dilma Rousseff foi destituída do cargo sem perder seus direitos políticos, ao contrário do que ocorreu com Collor, que ficou inelegível por oito anos.

Em 4, “*Mudou o status do Brasil no mundo civilizado*”, o editorial reforça a tese de que o impeachment representa o fortalecimento das instituições republicanas, ao afirmar que, com o impeachment, o país mudou sua condição no “mundo civilizado”. O segmento 6 corrobora com a premissa defendida pelo locutor: “*O segundo impedimento em 24 anos, sem rupturas, é sinal de importante fortalecimento das instituições republicanas*”.

O segmento 7 volta a comparar o impeachment de Fernando Collor com o da ex-presidenta, caracterizando novamente os representantes petistas Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva e o próprio partido (PT), além de mencionar o continente sulamericano e o governo chavista, conforme segue: “*São um feito, os dois impeachments, sem rupturas, num continente cuja trajetória é pontilhada de acidentes institucionais e autoritários, à direita e à esquerda, tendo como ligação, entre esses dois campos que se opõem, o nacionalismo, muitas vezes turbinado pelo populismo, como tem sido na tragédia do chavismo e foi na debacle do lulopetismo, com a mais grave desestabilização da economia brasileira na República*”. Novamente, o editorial iguala a destituição da ex-presidenta com a de Collor, ao afirmar que ambos os processos foram uma conquista para o país. O texto não descreve o que chama de “acidentes institucionais autoritários”, mas relaciona-os com o nacionalismo, citando os governos chavista e lulista. De acordo com Duarte (2000)³⁸, o chavismo representa um “pesado nacionalismo intransigente e estatista, que poderia condenar o país ao isolacionismo ao remar contra a corrente da globalização homogeneizadora”. Ao caracterizar o governo venezuelano como “*tragédia do chavismo*” e o lulismo como “*debacle do lulopetismo*”, o locutor hostiliza os modelos governistas citados, além de estigmatizar tais políticas de governo. Os adjetivos “tragédia”³⁹ (que faz ou representa tragédias) e “debacle”⁴⁰ (fracasso) revelam uma posição ideológica claramente contrária a essas gestões.

³⁸ Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000100008&lng=en&nrm=iso.

³⁹ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/trágico>.

⁴⁰ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/debacle>.

Nos segmentos 8, 9 e 10, o editorialista constrói um raciocínio acerca da política na América Latina, conforme os itens a seguir: (8) “*É de notável ineditismo, na América Latina, o fato de esses incidentes institucionais no país serem contornados sem as rupturas clássicas na região*”; (9) “*É tema de debates e estudos de cientistas políticos a incapacidade de o Brasil, no arranjo inaugurado na Nova República, não permitir maiorias estáveis no Congresso, para dar governabilidade aos inquilinos do Planalto*” e (10) “*A discussão continuará*”.

Em 11, 12 e 13, o locutor torna a desqualificar a gestão petista: (11) “*O PT resolveu literalmente comprar a base parlamentar, para viabilizar um projeto de eternização no poder*”, (12) “*Para isso, assaltou a Petrobras, outras empresas públicas e se enredou em um novelo do qual está longe de se livrar nos tribunais*” e (13) “*Sempre guiado pela máxima dos ‘fins que justificam os meios’*”. Algumas das escolhas lexicais empregadas no texto, como “eternização no poder”, “assaltou a Petrobras” e “se enredou” apontam para uma depreciação da imagem do PT e de seus respectivos governos, o que reforça o posicionamento do jornal O Globo a favor do impeachment da ex-presidenta. Os segmentos citados acima manifestam, visivelmente, o ponto de vista do jornal contrário ao PT e a seus representantes.

De 15 a 19, o locutor, pela primeira vez, diferencia os dois processos de impeachment ocorridos no Brasil. Em 15, “*Restou provado na acusação encaminhada à Câmara por Hélio Bicudo, procurador que combateu o Esquadrão da Morte em São Paulo, fundador dissidente do PT; os advogados Miguel Reali Jr., ex-ministro da Justiça, na gestão FH; e Janaína Paschoal, professora do Largo de São Francisco, simbólica Faculdade de Direito da USP, que Dilma cometeu crimes de responsabilidade de ordem fiscal e orçamentária*”, o locutor demonstra engajamento com a acusação do processo de *impeachment*, ao corroborar com o posicionamento de que a ex-presidenta cometeu crimes de responsabilidade.

No segmento 16, “*Foi diferente do que aconteceu com Collor, condenado no Senado por quebra de decoro, devido a denúncias de corrupção, mas inocentado no Supremo*”, o editorial ratifica o que fundamentou a destituição de Collor. Nesse caso, o “mas” opera como um articulador de restrição (Charaudeau, 1992), que determina a quebra na expectativa de uma relação causal, conforme o quadro 23:

Quadro 23 - A restrição I no editorial “Para que jamais haja outro impeachment”

A restrição
Elemento constitutivo comum: o <i>impeachment</i> dos presidentes Collor e Dilma.
Asserção implícita: se ambos sofreram <i>impeachment</i> , não teria havido diferença entre os dois processos.
Asserção restritiva: Collor foi condenado no Senado por quebra de decoro e denúncias de corrupção e inocentado no Supremo.
Conclusão: o <i>impeachment</i> de Collor foi diferente do de Dilma.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Em 17, “*Tudo também dentro das regras legais*”, o articulador “também” determina que o editorial fez uma soma de argumentos para assegurar a tese de que ambos os processos de *impeachment* sucederam dentro das normas legais. Já em 18, “*Pois o julgamento no Congresso é de cunho político*”, o conector “pois” indica uma justificativa relacionada ao enunciado anterior. Além disso, o emprego do verbo ser no presente do indicativo marca a modalidade delocutiva de opinião, na qual o locutor revela o seu ponto de vista.

No segmento 19, “*No processo contra Dilma, não há acusações de corrupção, mas crimes que têm a ver com a visão ideológica lulopetista, com o tempero brizolista da ex-presidente*”, o “mas” atua como um articulador restritivo (Charaudeau, 1992), que relaciona duas asserções contrárias, conforme o quadro 24:

Quadro 24 - A restrição II no editorial “Para que jamais haja outro impeachment”

A restrição
Elemento constitutivo comum: o <i>impeachment</i> da presidenta Dilma Rousseff.
Asserção implícita: sem acusações de corrupção, a presidenta seria inocente.
Asserção restritiva: os crimes de Dilma são de ordem ideológica, com tempero brizolista.
Conclusão: o julgamento no Congresso é de cunho político.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

No texto, o locutor isenta a ex-presidenta de uma condenação por corrupção e associa o *impeachment* com o que chama de crimes relacionados ao posicionamento ideológico do PT, sem mencionar quais seriam esses delitos. Tal afirmação ratifica o parecer do jornal, avesso ao partido e à figura de Dilma Rousseff, para afirmar uma posição particular sobre o *impeachment*. No mesmo segmento, a imagem da ex-presidenta é, novamente, associada ao ex-governador Leonel Brizola. A locução adjetiva “tempero brizolista” insinua que Dilma Rousseff dispõe de atributos oriundos do pedetista. Destaca-se, aqui, que o confronto entre a Rede Globo e Leonel de Moura Brizola vem de um passado longínquo. Para tanto, salienta-se a importância do direito de resposta obtido na Justiça por Brizola, então governador do Rio de Janeiro, para contrapor trechos de um editorial do Globo, divulgado no Jornal Nacional, em 1992, cujo título foi “Para entender a fúria de Brizola”. O editorial citado fez referência ao governador, que, na época, concedeu entrevista recomendando ao prefeito do Rio que negasse à Rede Globo a exclusividade na transmissão do carnaval. O direito de resposta foi conquistado dois anos depois, sendo veiculado no Jornal Nacional em 15 de março de 1994⁴¹. Ao mencionar o brizolismo e compará-lo à Dilma Rousseff, a Globo evoca o seu passado e o posicionamento antagônico a Brizola.

No segmento 20, o editorialista insiste na associação da imagem de Dilma Rousseff com a de Brizola: “*Não passou despercebido que, ao se defender no Senado, Dilma Rousseff usou tática do guia Leonel Brizola: nunca responder às perguntas e falar o que quiser*”. A palavra “tática”⁴² está relacionada com a arte da guerra, de combate militar ou de guerrilha, enquanto “guia”⁴³ representa um tutor, alguém que conduz. Nesse caso, o locutor afirma que, durante a defesa no Senado, a ex-presidenta foi estrategicamente guiada por Brizola (falecido em 2004) ao “nunca responder às perguntas e falar o que quiser”. O editorialista faz uma apreciação negativa da petista, ao alegar que Dilma nunca responde às perguntas, atribuindo-lhe uma fala aleatória e fora de contexto.

⁴¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?time_continue=4&v=8hkYW54eV-8&feature=emb_logo.

⁴² Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/tática>.

⁴³ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/guia>.

Em 21, o editorial desconsidera os feitos da presidenta, construindo enunciados depreciativos, no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)⁴⁴, conforme segue: “*Dilma se converteu à responsabilidade fiscal muito tarde, ao vir a dizer, só nesta semana, no Senado, ante o cadafalso, que lamentava o PT não haver votado para aprovar a LRF*”. O verbo “converteu-se”⁴⁵ sugere uma mudança moral, ao passo que “só nesta semana” está associado a “muito tarde” e indica o tempo da ação, apontado pelo jornal como tardio. Ao construir esse argumento, o locutor reforça a tese de que Dilma Rousseff não foi capaz de governar, apelando para um sentimento de antipetismo. No mesmo item, ressaltamos a força argumentativa do emprego de “cadafalso”⁴⁶, que remete a um palanque de execução de sentenciados, usado para referir-se ao PT, em uma tentativa de desconstruir a imagem do partido. Na sequência, em 22, “*No poder, atropelou-a sem piedade*”, o editorialista utiliza o verbo atropelar⁴⁷ para referir-se à LRF, dizendo que a presidenta passou por cima da Lei.

De 23 a 28, o editorial organiza argumentativamente o discurso sobre as ações da presidenta Dilma e o comportamento do PT acerca da LRF. Em 26, o locutor chega a afirmar que “*Dilma e os ‘desenvolvimentistas’ não gostam da responsabilidade fiscal*”, e coloca “desenvolvimentistas” entre aspas, para marcar um posicionamento contrário ao termo. Dessa forma, as aspas transparecem o desprezo das Organizações Globo no tocante à Dilma Rousseff e PT. O mesmo comportamento avesso ao enunciado ocorre com o uso das aspas, em 27: “*Consideram-na “neoliberal”, um obstáculo conservador ao ativismo fiscal do Estado, esta uma obsessão da esquerda latino-americana do pós-Guerra*”. Além de realçar uma posição contrária ao termo, o texto deprecia a posição ideológica da esquerda latino-americana em relação ao neoliberalismo.

Do segmento 29 ao 37, o editorialista constrói argumentos para responsabilizar a ex-presidenta por sua destituição: (29) “*Dilma perdeu o cargo por sectarismo ideológico e voluntarismo, por achar que ‘vontade política’ é o que resolve problemas no governo*” e (30) “*Algo de sabor stalinista*”. Ao alegar que Dilma Rousseff foi destituída do cargo em função de seu posicionamento ideológico, o locutor culpabiliza a ex-presidenta pelo impeachment. Em relação às escolhas lexicais do enunciado,

⁴⁴ Lei Complementar que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.

⁴⁵ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/converter>.

⁴⁶ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/cadafalso>.

⁴⁷ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/atropelar>.

destacamos “sectarismo ideológico”⁴⁸, que indica partidarismo, e “voluntarismo”⁴⁹, que representa o desejo acima do entendimento. O emprego da qualificação “algo de sabor *stalinista*” é depreciativo e revela uma posição ideológica. De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 1221), o Stalinismo pode ser representado como um governo comunista, que praticava o culto à personalidade e o emprego do terror, além de alimentar uma liderança carismática na representação do partido.

Nos segmentos 31 e 32, o locutor sentencia Dilma: (31) “*Ao ir contra leis, a Carta e princípios técnicos inamovíveis, cometeu suicídio*” e (32) “*Collor sofreu impeachment devido à ética: Dilma, por investir contra pilares institucionais que o Brasil começou a construir no Plano Real, a partir de 1994, com Itamar e Fernando Henrique Cardoso*”. Em 31, o texto ratifica a ex-presidenta como a responsável pelo impeachment ao utilizar “cometeu suicídio” (ou seja, Dilma agiu contra si mesma), além de externar uma opinião convicta. Já em 32, o editorialista constrói um argumento para mostrar a representante petista como uma dirigente irresponsável, que agiu contra as estruturas republicanas do país e que por isso fora retirada do cargo. O item 37 complementa o raciocínio produzido pelo editorialista: “*Assim, edificou as bases do seu enforcamento legal*”. Nesse trecho, o locutor novamente atribui o impeachment ao comportamento de Dilma Rousseff, e se refere à destituição da presidenta como “enforcamento legal”, ou seja, um auto sacrifício que ocorreu dentro da lei.

De 38 a 40, o editorial utiliza uma soma de argumentos para desqualificar a gestão da ex-presidenta. Em 38, “*Mas nem tudo é pura ideologia*”, a acusação do editorialista é de que Dilma Rousseff agia por motivação ideológica, mas não somente. Em 39, “*Houve também forte dose de esperteza, a fim de esconder o lixo debaixo do tapete, marquetear um país inexistente na propaganda política de 2014, e ganhar a reeleição em rotundo estelionato*”, o “também” está associado ao enunciado anterior (“nem tudo é pura ideologia”) e manifesta a existência de outras motivações. Ainda nesse trecho, “rotundo estelionato” indica uma acusação mais grave, de que Dilma agiu com a má intenção de estelionato político. A força argumentativa desse enunciado revela a opinião do locutor, ao assegurar a existência de um crime que não deixa dúvidas. Já no segmento 40, o locutor elenca outros argumentos depreciativos

⁴⁸ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/sectarismo>.

⁴⁹ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/voluntarismo>.

relacionados às ações de Dilma: “*Depois, veio o tarifaço, porque o governo congelou combustíveis, energia elétrica etc., para represar de maneira artificial a inflação, a fim de faturar a reeleição”.* O léxico aqui utilizado revela uma postura contrária à presidenta, como em “marqueter um país inexistente na propaganda política”, “rotundo estelionato”, “represar de maneira artificial a reeleição”, além de “faturar a reeleição”. Esses enunciados expõem uma construção negativa dos feitos de Dilma Rousseff, com o propósito de conduzir o raciocínio dos interlocutores, para que aceitem a tese do Globo, de que o *impeachment* traz benefícios ao país.

De 41 a 46, o editorial compara os governos do PT com outros políticos, reprovando novamente a gestão petista, conforme os itens a seguir: (41) “*Lulopetistas devem ter aprendido com Ulysses Guimarães e José Sarney quando, em 1986, fizeram o mesmo para o seu PMDB ganhar as eleições no fim daquele ano, nos estertores do Cruzado*”; (42) “*Elegeram 22 governadores*”; (43) “*Dias depois, executaram os ajustes necessários, com liberação de preços e tarifas*”; (44) “*O filme passou mais uma vez em 2015, com Dilma*”; (45) “*Mas não chegou ao fim, porque as instituições republicanas estão solidificadas*”; (46) “*A partir de agora, governante que desejar tomar atalhos, e não apenas no manejo do orçamento, para contornar a Carta, sabe o risco que corre*”. Nesse trecho, destaca-se o segmento 41, que traz acusações contra o PMDB, em contraste com o elogio ao PSDB, demonstrado no segmento 32, sobre a construção do Plano Real.

Já no segmento 47, “*A edição de decretos de gastos sem aprovação no Congresso e as pedaladas - deixar instituições financeiras pagar despesas do Tesouro, numa operação ilegal de crédito à União - demoliram Dilma*”, o locutor coloca entre aspas a expressão “pedaladas”, (que faz referência às manobras fiscais apontadas pela Câmara como razão para o *impeachment* da ex-presidenta), com o intuito de marcar a construção metafórica que tem sido utilizada para qualificar as manobras fiscais. O verbo demolir⁵⁰ denota destruição, desmantelamento (ou seja, as pedaladas destroçaram a presidenta). Em 48 e 49, o editorial avalia as pedaladas como (48) “*O conjunto da obra de malfeitos fiscais é de enormes proporções*” e (49) “*Eles vêm desde o final do segundo governo Lula, mas bastaram os crimes cometidos em 2015, conforme limitação imposta pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ao*

⁵⁰ Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/demolir>

aceitar o pedido de impeachment, para derrotar Dilma e o lulopetismo de pedigree brizolista". No que diz respeito às pedaladas fiscais, o locutor caracteriza como uma ação mal executada, de muita gravidade. Para tanto, destaca-se que Dilma Rousseff fora inocentada dessa acusação em junho de 2016⁵¹, após perícia realizada por uma comissão técnica do Senado. Também, evidencia-se que tais operações orçamentárias foram praticadas por governos anteriores⁵². No segmento 49, "crimes cometidos em 2015", o texto difama a gestão petista e não menciona nenhum delito específico. No mesmo item, o locutor declara que o pedido de impeachment foi aceito para abater Dilma Rousseff e o "lulopetismo" de proveniência brizolista, em uma tentativa de depreciar as imagens da ex-presidenta e do PT.

De 50 a 52, o editorial segue construindo argumentos, no que diz respeito à economia brasileira e às pedaladas fiscais, para validar a tese favorável ao *impeachment*: (50) "*O saldo desses empréstimos ilegais concedidos à União, por decisão do Planalto, pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica, pelo BNDES e até pelo FGTS chegou em 2015 a pouco mais de R\$ 50 bilhões, cifra gigantesca*, (51) "*O Brasil havia voltado ao passado, à antesala da pré-hiperinflação, quando o BB se financiava diretamente no Tesouro e governadores ordenavam seus bancos estaduais como casas da moeda privadas*" e (52) "*Costuma-se dizer que a estabilização econômica permitida pelo Plano Real se tornou patrimônio da sociedade*".

Entre os segmentos 54 e 57, o locutor manifesta a modalidade alocutiva de Aviso, ao estabelecer uma condição aos interlocutores, conforme os itens a seguir: (54) "A partir de agora, qualquer governante que pense em atalhos à margem da lei, no manejo orçamentário, precisará refletir sobre a implicação de seus atos"; (55) "O mesmo vale para delírios no campo político-institucional"; (56) "O fortalecimento não é apenas das cláusulas de responsabilidade fiscal, mas da Constituição como um todo, para desaconselhar de vez projetos bolivarianos como o do lulopetismo"; (57) "Serve de aviso geral à nação". Em 56, o editorialista intitula a gestão petista como

⁵¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/pericia-conclui-que-dilma-nao-participou-de-pedaladas-fiscais.html>

⁵² AGU diz que 'pedaladas fiscais' foram adotadas por governos anteriores. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/agu-diz-que-pedaladas-fiscais-foram-adotadas-por-governos-anteriores.html>

“bolivariana”. Segundo Duarte (2000)⁵³, o legado bolivariano é proveniente do libertador venezuelano Simón Bolívar (1783-1830), que propunha nações livres e independentes, com a união dos povos. O termo "bolivariano" ganha um tom de conceito como sinônimo do projeto chavista, tanto para a Venezuela como para a América Latina e Caribe. Apesar disso, o editorialista utiliza o vocábulo em associação ao lulismo para induzir os interlocutores a rejeitarem a proposta de governo petista.

Verificou-se, ao longo do editorial, uma argumentação em favor da destituição da ex-presidenta e contrária ao PT, em que o locutor se esforça para provar a tese de que o *impeachment* de Dilma Rousseff representou a força das instituições republicanas. Para tanto, o locutor faz comparações com diferentes regimes de governo, empenhando-se na desconstrução do PT e da imagem de Dilma Rousseff e Lula. O texto também demonstra diversas asserções que exprimem opinião, evidenciando o universo de crenças do editorialista, sem implicar os interlocutores.

⁵³ Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000100008&lng=en&nrm=iso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade desta pesquisa foi a de identificar algumas das estratégias discursivas utilizadas nos editoriais do jornal O Globo, para a construção da imagem das principais figuras do *impeachment*: Dilma Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva, Michel Temer e PT, entre março e setembro de 2016, e como essa representação pode manipular a opinião pública. Para isso, esta pesquisa ancorou-se na Teoria Semiolinguística do Discurso, a qual permitiu identificar a situação de comunicação em que se inserem editorialista e leitores, além dos Modos de Organização do Discurso Enunciativo e o Argumentativo, para demonstrar o comportamento enunciativo e as marcas da lógica argumentativa presentes nos editoriais.

Ao longo do percurso de análise, verificou-se que os editoriais apresentam uma reconstrução de fatos políticos, de acordo com o ponto de vista e o posicionamento ideológico das Organizações Globo. A partir da opinião institucional, os editoriais do Globo se valem do poder que o conglomerado de mídia possui e do peso que esses textos apresentam na formação da opinião pública. Os argumentos utilizados pelos editorialistas sobre a destituição da presidenta Dilma manifestaram a necessidade do *impeachment* como uma verdade já estabelecida, reforçada pela defesa da tese apresentada.

Na encenação do ato de linguagem, constatou-se que o enunciador se apresenta por meio de um comportamento delocutivo, próprio dos editoriais, em que impõe aos interlocutores uma representação de mundo, de acordo com os interesses políticos e econômicos do locutor. As análises demonstraram a ocorrência de inúmeras Asserções, que exprimem Opinião e revelam o ponto de vista explícito do editorialista, contrário à Dilma Rousseff e ao PT, e favorável ao impeachment e à posse de Michel Temer.

Por meio do discurso, os editorialistas (membros da família Marinho e jornalistas chefes de redação, conforme descrito na situação de comunicação dos editoriais), utilizaram argumentos para fundamentar sua orientação política a favor do *impeachment*, apontando para uma possível legalidade na destituição de Dilma Rousseff, sem abordar o teor da acusação contra a ex-presidenta. Conforme constatado nas análises, as asserções de passagem, que pertencem ao Modo de Organização Argumentativo, demonstram o discurso do jornal em relação aos ex-presidentes e assinalam a desqualificação da presidenta Dilma Rousseff, do lulismo e

do PT, ao mesmo tempo em que constroem uma representação positiva da imagem de Michel Temer, exaltando o ex-mandatário. Trata-se da expressão de opiniões e julgamentos por parte do conglomerado de mídia, que produziu seu discurso para influenciar o leitor na deslegitimação dos representantes petistas e do partido (PT).

Retomam-se os Princípios Editoriais do Grupo Globo, seção 1, item i, segundo os quais “a empresa também diz ser independente de governos e grupos econômicos” para agora confrontar tal posicionamento com a postura argumentativa de incriminar Dilma Rousseff e seu partido, em diferentes passagens do texto. Nota-se, nessa afirmação, que a própria empresa controladora do periódico O Globo, por meio do discurso político praticado nos enunciados dos editoriais, omite sua condição empresarial de conglomerado e de capital aberto (que controla várias empresas e presta contas a acionistas nacionais e estrangeiros). E, como todo conglomerado atuante em um determinado país, age conforme seus próprios interesses econômicos, na tentativa permanente de agendar ou influenciar o Poder Executivo do governo de turno.

Observa-se que o jornal O Globo não pertence a uma fundação sem fins lucrativos, mas à Globo Comunicações S.A., que, por sua vez, pertence à *holding* do conglomerado, as Organizações Globo S.A., com fundos de investimento, aplicações de risco e interesses que ocupam parcela importante da agenda política do Poder Executivo federal e da participação de mercado. Ao omitir sua condição de agente interessado nos rumos políticos do país, os editoriais agem dissimulando sua condição múltipla de agente econômico líder de mercado, que representa uma empresa receptora de investimentos internacionais, produtora ideológica e, também, responsável por grande parte do agendamento em torno da política nacional.

O estudo evidenciou, ao focar o emprego de articuladores argumentativos, a utilização de estratégias linguístico-discursivas para captar o público leitor e convencê-lo, por meio de um discurso “anti-petista”, de que Dilma Rousseff e o lulismo foram os responsáveis pela crise econômica do país e de que, portanto, o *impeachment* traria benefícios ao Brasil.

No editorial “A farsa do golpe construída pelo lulopetismo”, publicado em 30 de março de 2016, o editorialista utilizou argumentos depreciativos à imagem de Dilma Rousseff e ao lulismo, a fim de sustentar a tese favorável ao *impeachment* da presidenta. No entanto, nessa data, o processo de destituição da ex-mandatária ainda

não havia sequer sido encaminhado ao Congresso Nacional. Ao alegar que a manobra jurídica contra Dilma não foi um golpe parlamentar e que o termo “golpe” seria usado de maneira enganosa pela presidenta e pelo PT, o editorial revela um evidente posicionamento contrário à Dilma e ao bloco de sustentação do pacto de classes liderado pelo ex-presidente Lula, relacionando os representantes petistas à corrupção e à crise política do país.

Já no editorial “Reformar a Previdência seria bom começo de Temer”, veiculado dia 29 de abril de 2016, o locutor fez uso de diversas marcas linguísticas para enaltecer Michel Temer (ainda vice-presidente de Dilma) e desqualificar a gestão petista. Nesse momento, Dilma Rousseff ainda exercia o cargo de presidenta da República (o afastamento de Dilma para que o Senado julgasse o processo de *impeachment* ocorreu somente dia 12 de maio de 2016). Destaca-se, nesse editorial, o uso do articulador lógico de restrição “mas” (“*Um possível governo Temer defenderá o estabelecimento da idade mínima de 65 anos, sem distinção entre homens e mulheres, como condição para a aposentadoria. A regra é usual no mundo, mas o Brasil mantém o sistema que permite a aposentadoria proporcional ao tempo de contribuição*”, segmentos 8 e 9), utilizado no texto para demonstrar uma relação de causalidade, em que uma asserção se contrapõe à outra, reforçando a tese favorável à Reforma da Previdência.

O editorial “Otimismo com o novo tom do Planalto”, de 13 de maio de 2016, foi publicado no dia seguinte ao afastamento da presidenta Dilma para julgamento do processo de destituição. Nesse texto, o editorialista utiliza diferentes operadores e marcadores argumentativos para exaltar o governo interino de Michel Temer, iniciado um dia antes. O locutor exprime seu ponto de vista favorável a Temer por meio de diversas Asserções da modalidade Opinião, ao passo que desqualifica a gestão petista e o lulismo. Ressalta-se, novamente, o uso da asserção restritiva “mas”, com o intuito de depreciar a imagem da presidenta (“*Dilma Rousseff deixou o Planalto, na manhã de ontem, na condição de presidente afastada por um processo de impeachment em andamento, bem ao seu estilo. O momento não era mesmo ameno e para sorrisos, mas a dureza do seu pronunciamento, com a reiterada denúncia do ‘golpe’, faz parte de sua marca registrada em cinco anos e cinco meses incompletos de poder*”, segmentos 2 e 3). Nessa sequência, o editorialista explicita que ser dura e não sorrir são características que representam a marca registrada da presidenta

durante todo o período em que governou o país, em uma tentativa de desprestigiar e caluniar Dilma.

Em “Para que jamais haja outro impeachment”, veiculado em 01 de setembro de 2016, um dia após a destituição da presidenta, o editorialista tenta provar a tese de que o *impeachment* de Dilma foi benéfico ao país e que representava o vigor das instituições republicanas. O texto traz comparações entre o lulismo e outros governos, a fim de desconstruir a imagem do PT, de Dilma Rousseff e de Lula. Salienta-se a presença do articulador restritivo “mas”, utilizado para associar duas asserções contrárias e, assim, convencer os interlocutores de que Dilma cometeu crimes e que por isso foi deposta (“*No processo contra Dilma, não há acusações de corrupção, mas crimes que têm a ver com a visão ideológica lulopetista, com o tempero brizolista da ex-presidente*”, segmento 19). Com essa fala, o jornal atesta sua posição contrária à figura de Dilma Rousseff e ao PT, confirmando o seu ponto de vista favorável ao *impeachment*. Ao longo do texto, o locutor também demonstrou asserções que exprimem Opinião, demonstrando o universo de crenças das Organizações Globo.

Os editoriais jornalísticos acompanham os temas em voga na sociedade, principalmente no que diz respeito à política. Ao acompanhar o processo político do momento e se posicionar diante desses fatos, o editorialista assume a função de reproduzir oficialmente o ponto de vista da empresa, revelando uma visada de fazer-crer, em que o locutor busca persuadir os leitores para convencer pelo discurso. Ao longo de décadas, os editoriais do jornal O Globo atestaram sua relação favorável ou contrária aos governos de turno. Assim como ocorreu durante a ditadura militar (conforme demonstrado na situação de comunicação), em que Roberto Marinho atuou como porta voz oficioso do regime, os editoriais sobre o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, aqui analisados, comprovam o propósito das Organizações Globo em desconstruir a imagem do lulismo e do partido, agindo de acordo com interesses políticos e econômicos do grupo.

A formação de um oligopólio midiático faz com que o conglomerado líder tenha um peso muito maior do que os demais, reificando uma enorme correlação de forças, em que a opinião publicada supera o peso da opinião pública, mesmo em tempos de redes sociais. Infelizmente, a agenda de regulação dos grupos de mídia e a democratização dos meios de comunicação jamais foram implantadas pelos treze anos de continuidade do governo, que veio a ser deposto por intermédio de um golpe

jurídico-parlamentar. Assim, junto com as conclusões analíticas já citadas, observa-se que é fundamental democratizar os meios de comunicação, não só para impedir a concentração da mídia nas mãos de oligarquias políticas, como para garantir o direito à informação plural e à liberdade de expressão.

Por fim, ressalta-se a relevância social deste estudo, tanto para a Linguística Aplicada como para o Jornalismo, no sentido de orientar o leitor para a compreensão dos diversos fenômenos de linguagem, que transcorrem no domínio midiático. Para tanto, é necessário perceber como a mídia organiza e define os temas relevantes à sociedade, assim como a influência dos meios de comunicação na manipulação da opinião pública, transmutando a opinião publicada como se fosse uma parcela significativa das posições mais influentes que circulam na sociedade.

REFERÊNCIAS

AGU diz que 'pedaladas fiscais' foram adotadas por governos anteriores. **G1**, 14 de julho de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/agu-diz-que-pedaladas-fiscais-foram-adotadas-por-governos-anteriores.html>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço Brasil). Disponível em: <<http://abracobrasil.org.br>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

“atacar” in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/atacar>>. Acesso em: 24 out. 2019.

“atolar” in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/atolar>>. Acesso em: 24 out. 2019.

BAKHTIN, M (VOLOCHÍNOV, V.). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BOBBIO, Norberto. Política. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Editores). **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Registro das Sessões. 20 anos do IMPEACHMENT do Collor. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/destaque-de-materias/20-anos-do-impeachment>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

_____. Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm>. Acesso em: 02 jan. 2019.

_____. [Constituição (1988)]. Artigo 220, de 12 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_220_.asp>. Acesso em: 02 jan. 2019.

_____. [Constituição (1988)]. Artigo 222, de 15 de setembro de 2015. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_15.09.2015/art_222_.asp>. Acesso em: 08 jan. 2020.

_____. [Constituição (1988)]. Artigo 223, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_223_.asp>. Acesso em: 02 jan. 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. Operação Lava Jato. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/pfdc/informacao-e-comunicacao/eventos/comunicacao/copy_of_1a-conferencia-nacional-de-comunicacao-confecom>. Acesso em: 02 jan. 2019.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 26 dez. 2019.

_____. Secretaria Especial de Comunicação Social. Relatório Final Pesquisa Brasileira de Mídia - PBM 2016. Distrito Federal, 2016. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

“cadafalso” in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/cadafalso>>. Acesso em: 24 out. 2019.

CAPARELLI, Sérgio; LIMA, Venício. **Comunicações e Televisão**: desafios da pós-globalização. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

Catálogo de Teses e Dissertações CAPES. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas. **Revista latinoamericana de estudios del discurso - ALED**, Caracas, v. 1, n. 1, p.1-10, 2001.

_____. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

_____. **Um modelo sócio-comunicacional do discurso**: entre situação

de comunicação e estratégias de individualização. [não paginado], 2010. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Um-modelo-socio-comunicacional-do.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **La argumentación persuasiva: El ejemplo del discurso político**. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/La-argumentacion-persuasiva-El.html>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Uma análise semiolinguística do texto e do discurso**. [não paginado], 2005. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____.; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed., São Paulo: Contexto, 2004

“converter” in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020.. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/converter>>. Acesso em: 24 out. 2019.

“demolir” in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/demolir>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

Dilma Rousseff perde o mandato de presidente da República, mas mantém direitos políticos. **Agência Senado**, 31 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dilma-rousseff-perde-o-mandato-de-presidente-da-republica-mas-mantem-direitos-politicos>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Disponível em: <<http://fndc.org.br>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

GLOBO celebra alcance de mais de 100 milhões de pessoas por dia. **Globo.com**, 23 de outubro de 2017. Disponível em: <<https://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/globo-celebra-alcance-de-mais-de-100-milhoes-de-pessoas-por-dia.ghtml>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOUVÊA, L. H. M.; PAULIUKONIS, M. A. L.; MONNERAT, R. S. M. **Modalização em textos midiáticos: estratégias de construção de sentido**. Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso [não paginado]. Disponível em: <<https://raled.comunidadeled.org/index.php/raled/article/view/52/54>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

Grupo Globo. Conselho de Administração. Estrutura Corporativa. Disponível em: <<https://grupoglobo.globo.com/estrutura-corporativa/>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

Grupo Globo. História. Disponível em: <<http://historiagrupo.globo.com/hgg/index.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

_____. Princípios Editoriais. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

_____. Quem somos. Disponível em: <<https://grupoglobo.globo.com/quem-somos/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. About Globo (Sobre a Globo). Disponível em: <<https://globoir.globo.com/show.aspx?idMateria=bOz0NXkg3cBj1kFF1zqnUA==>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

_____. Bonds (Ações). Disponível em: <<https://globoir.globo.com/show.aspx?idMateria=ARbrT6IMJGDOVnC96s+yuA==>>. Acesso em: 02 jan. 2020.

“guia” in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/guia>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

HERMAN, Edward S; CHOMSKY. Noam. **A manipulação do público**. São Paulo: Futura, 2003.

HERZ, Daniel. **A história secreta da rede Globo**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2009.

InfoGlobo. Hábitos de Consumo dos Leitores. Disponível em: <<https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>>. Acesso em: 21 set. 2018.

Impeachment Collor 20 anos. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/impeachment-collor-20anos/platb/>>. Acesso em: 24 out. 2019.

Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. Disponível em: <<https://intervozes.org.br>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

Jornal Nacional, edição de 16 de março de 2016. Programa de notícias. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/edicoes/2016/03/16.html>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

KOCH, Ingedore, ELIAS, Vanda Maria. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

LIMA, Venício A. **Regulação das comunicações**: história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

Linha do tempo da Lava Jato. **G1**, 07 de janeiro de 2019. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2015/lava-jato/linha-do-tempo-da-lava-jato/>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Mídia Dados 2018. Grupo de Mídia São Paulo. Disponível em: <<https://www.gm.org.br/midia-dados-2018>>. Acesso em: 26 out. 2018.

Perícia conclui que Dilma não participou de pedaladas fiscais. **Jornal Nacional**, 27 de junho de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/06/pericia-conclui-que-dilma-nao-participou-de-pedaladas-fiscais.html>>. Acesso em: 03 set. 2019.

SCHRÖDER, Celso Augusto; CASTRO, Nilo André Piana de. **Globo**: empresa ou partido político. (Posfácio). In: HERZ, Daniel. A história secreta da Rede Globo. Porto Alegre: Dom Quixote Editora, 2009.

“sectarismo” in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/sectarismo>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. **G1**, 31 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>>. Acesso em: 26 out. 2018.

SENTO-SÉ, João T. **O discurso brizolista e a cultura política carioca**. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b56e986db43e1a02f3edd/1462458090415/06_Sento-Se%2C+Joao+Trajano.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do Lulismo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a04.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

“tática” in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/tatica>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: o projeto de refundação da república. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 dez. 2019.

“voluntarismo” *in* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/voluntarismo>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.